



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

LUCAS MEIRA DOS SANTOS

**TRAÇANDO CAMINHOS E POSSIBILIDADES PARA
AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**SALVADOR
2020**

LUCAS MEIRA DOS SANTOS

**TRAÇANDO CAMINHOS E POSSIBILIDADES PARA
AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Administração, na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ariádne Scalfoni Rigo

SALVADOR
2020

Escola de Administração - UFBA

S 237 Santos, Lucas Meira dos.

Traçando caminho e possibilidades para avaliação de atividades de extensão da Universidade Federal da Bahia / Lucas Meira dos Santos. – 2020.

118 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Ariádne Scalfoni Rigo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2020.

1. Universidade Federal da Bahia. – Administração. 2. Extensão universitária – Avaliação. 3. Avaliação - Indicadores. 4. Estudantes universitários – Programas de desenvolvimento. 5. Universidades e faculdades públicas. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 378.103

LUCAS MEIRA DOS SANTOS

**TRAÇANDO CAMINHOS E POSSIBILIDADES PARA
AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em 18 de dezembro de 2020.

Profa. Dra. Ariádne Scalfoni Rigo – Orientadora

Doutora em Administração (UFBA)
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Elisabeth Matos Ribeiro

Doutora em Ciências Políticas e da Administração (USC)
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Ives Romero Tavares do Nascimento

Doutor em Administração (UFBA)
Universidade Federal do Cariri

AGRADECIMENTOS

As trajetórias acadêmicas nunca são fáceis, pelo contrário, são cheias de desafios e dificuldades, porém, pude contar com o apoio e cumplicidade de muitas pessoas queridas, algumas que estão comigo desde sempre e outros que conheci neste próprio processo. Por isso, agradeço imensamente ao aconchego e motivação de meus pais, meus alicerces nesta vida, agradeço o apoio, dedicação e ensinamentos de minha querida orientadora, Professora Dra. Ariãdine, que me acolheu no programa de braços abertos. Agradeço às minhas irmãs Gerusa, Patrícia e à minha querida sobrinha Maria Luiza, por tornarem meus dias mais leves. Agradeço ao imenso apoio, cuidado e paciência de meus queridos amigos e irmãos de vida: Maurício, Daniel, Larissa e Dimi. Meus agradecimentos também vão para minhas queridas colegas de turma, e hoje, amigas inseparáveis: Vanessa, Vanúbia, Michelle e Luciana. Por fim, agradeço a todos os servidores técnicos e professores do NPGA - UFBA (Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia) pela excelência e dedicação do trabalho que realizam.

SANTOS, Lucas Meira dos Santos. Traçando caminhos e possibilidades para avaliação das atividades de extensão da Universidade Federal da Bahia. 118 f. 2020. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir sobre a necessidade de criação de um mecanismo de avaliação para as atividades de extensão da Universidade Federal da Bahia. Desta maneira, a partir de uma abordagem qualitativa, com o auxílio das técnicas de análises documentais e entrevistas: i) procura-se entender como a UFBA, a partir de seus principais documentos de gestão, tem institucionalizado a avaliação da sua extensão; ii) descreve como é desenvolvida a gestão da extensão na UFBA; iii) aponta quais as principais dificuldades encontradas para implantação de um processo permanente de avaliação de extensão; iv) indica, a partir das experiências dos profissionais atuantes na área, alternativas a serem adotadas para que se crie um processo de avaliação de extensão para a Universidade. São utilizados neste estudo a teoria de avaliação de programas públicos, bem como as dimensões e indicadores de avaliação propostas pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX). Os resultados da pesquisa revelam que a universidade necessita se adequar a uma série de medidas administrativas referentes ao seu planejamento, melhoria no sistema de registros, capacitação/aumento de servidores e atualização de suas legislações. Além disso, revela a necessidade de mobilização da comunidade acadêmica sobre o papel da extensão universitária.

Palavras-chave: Gestão Universitária; Extensão Universitária; Avaliação de Extensão.

SANTOS, Lucas Meira dos Santos. Tracing paths and possibilities for evaluating extension activities at the Federal University of Bahia. 118 f. 2020. Dissertation (Master's Degree) - Postgraduate Center in Administration, Federal University of Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

This research objective is to discuss the need to create an evaluation mechanism for Universidade Federal da Bahia's extension activities. For that matter, from a qualitative approach and with the support of document analysis techniques and interviews: i) it seeks to understand how UFBA, from its main management documents, has institutionalized the evaluation of its extension; ii) describes how the extension management at UFBA is developed; iii) points out the main difficulties encountered in implementing a permanent extension evaluation process; iv) indicates, based on the experiences of professionals working in the area, alternatives to be adopted in order to create an extension evaluation process for the University. The theory of evaluation of public programs is used in this study, as well as the dimensions and evaluation indicators proposed by the National Forum of Extension Deans of Public Higher Education Institutions (FORPROEX). The results of the research reveal that the university needs to adapt itself to a series of administrative measures regarding its planning, improvement in the registration system, training and increase of civil servants and updating of its legislation. In addition, it reveals the need to mobilize the academic community on the role of university extension.

Keywords: University Management; University Extension; Extension Evaluation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	16
2.2	NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS NO ATUAL CONTEXTO UNIVERSITÁRIO	24
2.2.1	Noções de avaliação de programas	24
2.3	CRIANDO INDICADORES NACIONAIS COMO REFERÊNCIA PARA PRODUÇÃO DE INSTRUMENTOS PRÓPRIOS DE AVALIAÇÃO	31
3	METODOLOGIA	39
3.1	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	40
3.1.1	Documentos	40
3.1.2	Entrevistas	42
3.2	ESTRATÉGIA DE ANÁLISE	44
3.2.1	Etapas de análise	45
4	INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	47
4.1	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	48
4.2	PRINCIPAIS DOCUMENTOS NACIONAIS DO FORPROEX	50
4.2.1	Estabelecendo dimensões de avaliação para extensão	50
4.2.2	A incorporação da extensão no processo de avaliação universitária e a criação de indicadores	52
4.3	MARCOS INSTITUCIONAIS DA UFBA SOBRE AVALIAÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	55
4.4	GESTÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFBA	59
4.4.1	Sistema de registro das atividades de extensão da UFBA	63
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	67
5.1	RELAÇÃO: PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E AVALIAÇÃO	67
5.2	PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO DA EXTENSÃO E SUA AVALIAÇÃO	72
5.3	IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PARA EXTENSÃO	76
5.4	REALIDADE DA EXTENSÃO NA UFBA	80

5.4.1	Gestão estratégica e avaliação.....	82
5.4.2	Defasagem do sistema de registos	83
5.4.3	Quadro de técnicos-administrativos pequeno	85
5.4.4	Capacitação de servidores	86
5.4.5	Defasagem das legislações.....	86
5.5	EXTENSÃO, COMUNIDADE E SOCIEDADE.....	89
6	SUGESTÕES PARA CRIAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO	94
6.1	QUESTÕES ESTRUTURAIS	94
6.2	MOMENTOS DA AVALIAÇÃO	96
6.3	RELAÇÃO COM OS DEMAIS EIXOS DA UNIVERSIDADE.....	98
6.4	ETAPAS DA AVALIAÇÃO	99
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICE	113

1 INTRODUÇÃO

O atual modelo de universidade, constituído pelo tripé ensino-pesquisa-extensão, consagrou a importância da construção do conhecimento a partir de trocas de experiências obtidas não apenas dentro das salas de aula ou laboratórios, mas a partir de uma inter-relação entre conhecimento técnico e saberes/vivências com a comunidade. Deste modo, a extensão universitária, ao se incorporar no conceito de universidade, tornou-se uma das principais pontes entre a universidade e a comunidade que a rodeia, possibilitando aos acadêmicos a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, a melhoria da qualidade de vida em determinadas localidades, bem como a produção de conhecimento a partir de múltiplos processos de intervenção.

Dada a importância da extensão universitária no contexto social e universitário brasileiro, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, em seu art. 207, no qual incluiu a extensão como um dos pilares da universidade, as práticas extensionistas passaram também a demandar um maior planejamento e acompanhamento crítico por parte da gestão acadêmica (BRASIL, 1988).

Desta forma, tornou-se necessária a criação de parâmetros e dimensões de avaliação da extensão universitária. Entretanto, apesar de sua necessidade, a avaliação da extensão universitária ainda é pouco discutida e instrumentalizada nas universidades brasileiras, segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX)¹ (2012).

Ainda segundo o Fórum, configura-se como um dos objetivos da Política Nacional de Extensão “tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade” (FORPROEX, 2001, p.09). Isso significa que a avaliação de extensão necessita se incorporar na dinâmica universitária, de modo que, em conjunto com os demais

¹ O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) é uma entidade criada com o intuito de promover políticas de extensão das universidades brasileiras.

mecanismos de avaliação, possa criar condições de se estabelecer permanentemente. Porém, tal meta ainda não foi incorporada à gestão das universidades. Poucas são as Instituições de Ensino Superior (IES) que conseguiram implementar um método de avaliação de extensão pautado nas dimensões e indicadores sugeridos pelo FORPROEX (FORPROEX, 2012).

Para este estudo, foi realizado um levantamento prévio² nos *sites* das dez principais universidades brasileiras, conforme ranking divulgado em 2019 pelo *Center for World University Rankings (CWUR)*³ para identificar como vem sendo realizada a avaliação da extensão universitária no Brasil.

Foi verificado que a maioria das IES não divulga em seus *sites* quaisquer relatórios ou dados referentes às avaliações das atividades de extensão. Aquelas que divulgam, a exemplo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2019), demonstram que a avaliação de suas ações está em fase inicial, em um primeiro ciclo, na qual é abordada a dimensão acadêmica, descrevendo como se dá a distribuição e o perfil das ações de extensão em suas unidades de ensino, não aprofundando, entretanto, a avaliação conforme as demais dimensões propostas pelo FORPROEX.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), apesar de ser uma das universidades brasileiras pioneiras no fazer-extensão, quando se considera os mais de 20 mil participantes registrados em projetos de extensão em 2018, conforme Relatório Ilustrado (UFBA, 2019), não destoa dessa realidade, uma vez que também não divulga em seu *site* nenhum relatório de avaliação de suas ações de extensão.

Além disso, conforme dispõe o artigo 94 do Regimento Interno da UFBA, cumpre à Pró-Reitora de Extensão (PROEXT), dentre outras atividades, realizar a avaliação da

²Lista dos sites das universidades analisados no apêndice.

³ O *CWUR* é uma organização de consultoria de resultados educacionais com sede nos Emirados Árabes, no qual presta a tarefa de realizar o ranqueamento das principais universidades do mundo. Sua metodologia de avaliação mede a qualidade do ensino, da pesquisa e do prestígio do corpo docente, a partir da utilização de sete indicadores de análise (CWUR, 2019). Neste trabalho utilizamos a lista das 10 principais universidades brasileiras listadas pela *CWUR* no ano de 2019 como amostra de verificação de como é realizada a divulgação das avaliações das atividades de extensão no Brasil.

extensão. Porém, apesar desta previsão, a UFBA até o momento pouco avançou nesta questão.

Conforme informações coletadas em uma visita de sondagem⁴ realizada durante a pesquisa-base deste estudo junto à PROEXT/UFBA, constatou-se que a universidade ainda não possui um mecanismo definido de avaliação/acompanhamento de extensão. Os únicos dados de caráter avaliativo que a Pró-reitoria até então dispõe são os relatórios preenchidos pelos coordenadores das atividades apoiadas. Estes relatórios são entregues ao final de cada atividade desenvolvida. Entretanto, além de não estarem alinhados com as atuais orientações de dimensões e indicadores elaborados pelo FORPROEX, são dotados de poucas informações, tornando-se insuficientes para uma futura avaliação.

Diante disso, percebe-se a necessidade de criação de um processo de avaliação das propostas de extensão desenvolvidas na UFBA. E, nessa perspectiva, conforme esclarece Santos, Meirelles e Serrano (2013), sobre gestão da extensão universitária, para se criar um instrumento eficiente de avaliação, é necessário entender de que forma a extensão acontece na universidade, o modo como é implementada, identificando as várias formas que ela se manifesta. De igual modo, é necessário também que se entenda as metas, objetivos e princípios que orientam a instituição.

Para tanto, na tentativa de compreender como acontece a extensão na UFBA, a partir de suas particularidades, desafios e oportunidades, o presente trabalho propõe como objetivo geral **apontar quais as ações a serem desenvolvidas pela Universidade Federal da Bahia para que se construa um processo de avaliação das suas atividades de extensão.**

Dado o objetivo geral apresentado, os objetivos específicos se desdobram em: i) entender como a UFBA e o FORPROEX, a partir de seus principais documentos de gestão, têm institucionalizado a avaliação da extensão universitária; ii) descrever como é

⁴ No período de elaboração do projeto desta dissertação foi realizada uma visita de sondagem à Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, no qual foi verificado, a partir informações obtidas pelos colaboradores da unidade, que a universidade ainda não possui um instrumento efetivo no que diz respeito à avaliação do desenvolvimento de suas atividades de extensão. Os detalhes desta visita são descritos no capítulo da metodologia.

desenvolvida a gestão da extensão na UFBA; iii) apontar quais as principais dificuldades encontradas para implantação de um processo permanente de avaliação de extensão na UFBA; iv) indicar, a partir das experiências dos profissionais atuantes na área (coordenadores de atividades de extensão e membros da Pró-Reitoria de Extensão), alternativas a serem adotadas para que se crie um processo de avaliação de extensão para a Universidade.

Ao responder tais objetivos, além de avançar no processo de inserção da avaliação da extensão universitária na UFBA, a presente pesquisa poderá contribuir com os esforços das demais universidades brasileiras preocupadas em também criar seus próprios processos de avaliação de extensão, na medida que os avanços aqui encontrados servem de apoio para suprir as necessidades e impasses que outras instituições de ensino enfrentam.

Há de se ressaltar que o objetivo do estudo não é de criar um instrumento específico de avaliação, mas, a partir da análise da realidade empírica, indicar alternativas que subsidiem os gestores responsáveis para que instrumentalizem uma metodologia de avaliação das ações de extensão. A partir disso, a PROEXT/UFBA poderá incluir nos seus processos de gestão a fase de avaliação das ações desenvolvidas, possibilitando ao gestor informações úteis na tomada de decisões, alocando de maneira mais eficaz os recursos públicos, que são cada vez mais escassos.

Torna-se muito importante este tipo de avaliação no atual contexto político e social, tendo em vista a racionalização de custos oriunda da crise orçamentária que a universidade vem enfrentando. Isso é exemplificado pela publicação no Diário Oficial da União (DOU), em julho de 2019, referente ao Decreto de Contingenciamento Orçamentário do Governo Federal, no qual bloqueou 24,1% do orçamento do Ministério da Educação, afetando diretamente o funcionamento das universidades e institutos federais de ensino (BRASIL, 2019). Nesse mesmo sentido, a UFBA informou em seu *site* que houve uma diminuição de 5% (cinco por cento) em seu orçamento do ano de 2020, se comparado ao orçamento de 2019 (UFBA, 2020).

Ademais, este trabalho será também útil à democratização da prestação de contas da universidade, já que possibilitará à sociedade o acesso aos resultados das atividades extensionistas desenvolvidas, caso o mecanismo de avaliação seja efetivado.

Desta forma, a presente dissertação divide-se em seis capítulos. No primeiro, tem-se a Introdução do estudo. No segundo, é apresentado o referencial teórico junto com a contextualização histórica sobre o desenvolvimento da extensão universitária, dando-se ênfase aos modelos de extensão norte-americano, europeu e brasileiro.

No referencial são discutidos os principais teóricos que tratam de avaliação de programas e de extensão universitária. Utiliza-se os conceitos de avaliação de programas, conforme os autores Ala-Harja (2000), Castanhar (2003), Worthen (2004) e Ramos (2012), uma vez que trata-se aqui de programas de extensão também públicos. Esta teoria possibilitou adentrar no processo de gestão de programas públicos a partir da perspectiva de tomada de decisões.

Nesse sentido, é ressaltada a necessidade de criação de processos de avaliação de extensão universitária a partir de Santos, Meireles e Serrano (2013), Fraga (2017) e Kienetz (2018), uma vez que os autores sistematizam os principais entraves que atualmente dificultam a criação de processos de avaliação de extensão. Dessa forma, ajudam a responder um dos objetivos desta pesquisa, referente às dificuldades que impedem a UFBA de criar seu próprio processo de avaliação de extensão.

Os conceitos de indicadores e dimensões de análise foram também úteis devido a pretensão desta pesquisa em contribuir com a construção de um processo de avaliação de extensão da UFBA. A utilização de indicadores permite aos gestores uma melhor aferição de desempenho dos programas desenvolvidos (JANNUZZI, 2005; FORPROEX, 2017).

O terceiro capítulo consiste no detalhamento da metodologia utilizada para o trabalho, no qual se apoiou em uma abordagem qualitativa, a partir da utilização de duas técnicas de coleta de dados: documental e entrevistas.

No quarto capítulo é realizada a análise documental, na qual foram utilizados documentos nacionais, que regulamentam a avaliação da extensão nas universidades brasileiras, e

documentos internos, oriundos da UFBA, que demonstram a forma que a extensão e sua avaliação vêm sendo institucionalizadas.

A partir das informações coletadas, com o auxílio da análise de conteúdo, o quinto e o sexto capítulo trazem os resultados e recomendações das questões suscitadas, de modo que nos permitem apontar quais os principais caminhos e possibilidades a serem adotados pela UFBA para a construção de um processo de avaliação de extensão, relativos às suas atividades, com ênfase nos seus processos e resultados, conforme os indicadores propostos pelo FORPROEX. Por fim, o sétimo e último capítulo consiste nas considerações finais acerca dos resultados encontrados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este segundo capítulo é dividido em duas partes: i) a princípio são apresentados os principais marcos históricos referentes ao desenvolvimento da extensão universitária na Europa, Estados Unidos e América do Latina, com seus respectivos contextos sociais, ii) logo após são apresentados os conceitos sobre avaliação de programas, seus principais benefícios frente aos contextos de crises orçamentárias, sobre a necessidade de se avaliar as ações de extensão universitária e de se criar um instrumento permanente de avaliação baseado em indicadores, conforme as particularidades de cada universidade.

2.1 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Atualmente a extensão universitária é compreendida como um dos eixos complementares à pesquisa e ao ensino dentro da universidade, de modo que além de possibilitar uma ampla comunicação entre universidade e sociedade, tem o poder de transformar os sujeitos atores internos e externos à instituição universitária. É por meio de suas ações que a academia se aproxima da comunidade e se torna cada vez mais democrática e cidadã (UFBA, 2014).

Entretanto, para que se chegasse a este atual conceito, a extensão passou por diversos contextos políticos, sociais e econômicos. Desta forma, para melhor entender o atual conceito de extensão, traçar-se-á, nesta primeira parte do capítulo, os seus principais marcos históricos, desde o seu surgimento até os dias atuais.

Os primeiros registros sobre extensão universitária apontam seu nascimento no continente europeu, na segunda metade do século XIX, na Universidade de Cambridge, ano de 1871, com o oferecimento de cursos de extensão em literatura, ciências físicas e economia política. Logo após, atividades semelhantes foram implementadas nas principais universidades europeias. No continente americano, a extensão teve seu ponto de partida

na Universidade de Chicago, no ano de 1892, a partir do programa *American Society for the Extension of University Teaching* (PAULA, 2013). Nesse contexto, a extensão universitária surgiu como fruto de uma demanda social de grupos historicamente marginalizados em uma época que o capitalismo passava por um momento decisivo, já que os modos de produção, após a consolidação da Revolução Industrial, acentuaram contradições sociais (PAULA, 2013).

Segundo Carneiro (1985), a extensão universitária como resultado das reivindicações populares teve, na Inglaterra, seu surgimento voltado para trabalhadores industriais analfabetos, onde os cursos eram oferecidos fora do horário de trabalho, geralmente no turno noturno.

Já nos Estados Unidos, na Universidade de Chicago, a extensão universitária originou-se a partir da criação do programa de educação continuada para jovens e adultos de comunidades agrícolas. Esta experiência permitiu a oferta de cursos de capacitação profissional para os agricultores da região, possibilitando a inserção de novas tecnologias de produção ao meio rural, bem como uma maior aproximação dos agricultores com os setores empresariais da época. Na medida que o programa se aprimorou, começou a receber também a participação do governo federal, estados e municípios (GURGEL, 1986).

Dentre os cenários políticos que contribuíram para a renovação universitária na América Latina durante o século XX, estão as revoluções mexicana e a cubana, que aconteceram em 1910 e 1959, respectivamente. De acordo com Paula (2013), elas estabeleceram os contornos das principais reivindicações dos movimentos sociais latinos. Estas reivindicações se iniciaram com a luta pela posse da terra e depois foram incorporando questões sociais mais amplas, sintetizadas na Constituição Mexicana de 1917, a exemplo da garantia pela educação pública, saúde e moradia. Atrelados a tais solicitações, os movimentos atuantes em defesa da educação começaram a questionar a função social do então modelo de ensino superior, que se encontrava distante das classes populares.

Nesse sentido, a onda de reforma universitária ganhou destaque na América Latina, a partir do Movimento de Córdoba, ocorrido na Argentina em 1918. Tratou-se de um movimento estudantil universitário, composto principalmente por jovens de classe média, que começou a exigir mudanças nas estruturas da educação. Dentre estas mudanças estavam: a gestão universitária mais democrática, em que os próprios estudantes pudessem participar dos processos decisórios; bem como uma maior aproximação da universidade com a sociedade, a partir da inserção das atividades de extensão (BRASIL, 1996).

No Brasil, a primeira experiência em extensão universitária surgiu no ano de 1914, na USP (Universidade de São Paulo), a partir da criação da ULSP (Universidade Livre de São Paulo), no qual eram oferecidos cursos de curta duração direcionados à população carente (BRASIL, 1995).

A ULSP era composta por 100 professores da própria USP e chegou a ter cerca de 700 alunos que participaram de cursos das áreas de: belas artes, direito, farmácia, engenharia, odontologia, medicina e comércio; e que discutiam temas relacionados ao sagrado, ao progresso, à latinidade, ao direito e às doenças. A ULSP funcionou até 1917, quando então foi fechada por pressão do governo estadual paulista (GURGEL, 1986).

Algum tempo depois, em 1921, as Faculdades de Agronomia das Universidades de Lavras e Viçosa (UFLA e UFV, respectivamente) começaram a implantar ações sociais voltadas para a população rural. Eram oferecidos seminários, minicursos e semanas de estudos e divulgação de pesquisas. Tais ações retomaram o modelo de extensão norte-americano (BRASIL, 1995).

Mais tarde ainda, em 1931, houve um grande marco interno para institucionalização da extensão no país. Foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, o Decreto nº 19.851, no qual regulamentou a forma que a extensão se inseria no currículo das universidades, dando prioridade à extensão nos formatos de cursos e conferências (BRASIL, 1931).

Logo após, em 1938, influenciados pelo Movimento de Córdoba, os estudantes universitários brasileiros criaram a União Nacional dos Estudantes (Une), e passaram a

exigir reformas no sistema universitário. Dentre as pautas reivindicadas estavam a solicitação por uma maior integração entre universidade e sociedade, na tentativa de que a universidade se alinhasse à realidade social brasileira. (BRASIL, 1996).

No início dos anos 1960, o Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco (SEC – UFPE), coordenado por Paulo Freire, gerou benefícios para história da extensão universitária, principalmente no campo da educação, uma vez que começaram a ser disseminadas as técnicas de alfabetização, em especial de adultos, chamado “Método Paulo Freire”⁵ (PAULA 2013).

Porém, a partir de 1964, período em que se iniciou a Ditadura Militar, a concepção e a forma como a extensão universitária estava sendo desenvolvida no país tomou novas dimensões políticas. Apesar de ganhar uma maior projeção e visibilidade, passando a fazer parte de uma política nacional, ganha também novas representações políticas, com a proibição de quaisquer manifestações político/partidárias que fossem de encontro com o governo vigente à época (GONÇALVES, 2015).

Ressalta-se que a Extensão Universitária nos anos de 1960, seguia a mesma trajetória histórica que vinha se desenhando com base nas concepções de difusão de conhecimento e técnica, produzidos pela universidade, porém ganha, durante o período da ditadura civil militar, maior visibilidade e projeção quando passa a fazer parte de uma política nacional, que lhe atribui novas concepções e práticas e conseqüentemente novas representações. (GONÇALVES, 2015, p. 277)

Como fruto desta nova projeção política, foi criado em 1965 o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Universitária (CRUTAC), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O programa era desenvolvido com a atuação assistencial dos estudantes universitários junto à população rural.

⁵ O Método Paulo Freire consistiu em uma didática desenvolvida pelo educador Paulo Freire na qual tinha como objetivo a alfabetização de adultos baseada nas experiências individuais de cada educando (BRASIL, 2018).

Ao longo de sua execução, o projeto ganhou influências estadunidenses, tornando-se “colaborador na proposta de combate à pobreza e à subversão com base na doutrina de segurança nacional e do governo militar” (GONÇALVES, p. 278 apud. GURGEL, 2015, p. 90). Nesse sentido, o regimento do programa CRUTAC/RN proibia a manifestação de apreços político-partidários como forma de assegurar a sua isenção em relação a qualquer posicionamento religioso, político ou ideológico.

Apesar de suas restrições políticas, o programa conseguiu se desenvolver conforme as metas estabelecidas, por isso o seu projeto foi replicado em várias outras regiões do país, sendo criado o Decreto nº 916/69, que instituiu a Comissão Incentivadora do CRUTAC, a CINCRUTAC (BRASIL, 1969).

Após aquele momento, para que os estudantes pudessem conhecer outras realidades do país a partir da prestação de serviços às comunidades, foi criado o Projeto Rondon, que surgiu em 1966, a partir de uma reunião realizada na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de estudantes, especialistas em educação e representantes do (à época) Ministério da Cultura e Educação (BRASIL, 2019).

Neste projeto foram organizadas expedições de estudantes de diversas universidades (em especial, do sul e sudeste) às regiões do norte e nordeste do país. A primeira ação aconteceu no então Território Federal de Rondônia, no qual deu origem ao nome “Projeto Rondon”, e terminou com 28 dias de atividades de pesquisa, assistência médica e educação sanitária. Dentre os principais objetivos propostos pelo projeto estavam: a integração do país, o treinamento de profissionais, bem como o serviço comunitário. (BRASIL, 2019).

De acordo com Cunha (2007), o Projeto Rondon foi uma atividade em que a universidade, de certa forma, contribuiu com o governo, porém, sem o seu poder questionador, de forma que aproximou os estudantes ao modelo de ensino tecnicista da época.

Ademais, com o fim do período militar (1985) e início do processo de redemocratização do país (1988), a extensão universitária começou a traçar novos horizontes e a se fortalecer dentro das instituições de ensino. Nesse sentido, foi criado em 1987, o Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX),

considerado um dos maiores marcos de referência ao atual estágio de modelo extensionista. O Fórum desenvolveu novos conceitos de práticas extensionistas, ajudou a institucionalizar a extensão, a construir modelos de instrumentos de avaliação e monitoramento, bem como a definir novas diretrizes para o planejamento das políticas públicas de extensão.

Nesta ocasião, o FORPROEX desenvolveu um novo conceito de extensão universitária, integrando a sociedade como ator decisivo na construção do conhecimento acadêmico, dada a possibilidade de confrontação dos conhecimentos técnicos universitários à realidade social, conforme dispõe o documento formulado em 1987 pelo Fórum:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. (FORPROEX, 1987. p.15).

Outrossim, o momento de instituição da FORPROEX (1987), foi politicamente propício e crucial para legitimação e contextualização legal da extensão na Constituição Federal de 1988. Ao ser promulgada, a Carta Magna trouxe em seu escopo a definição de Universidade como a junção indissociável entre pesquisa, ensino e extensão, estabelecendo que a pesquisa e a extensão poderiam ser financiadas pelo poder público.

O marco legal da inserção da extensão universitária na Constituição Federal possibilitou grandes avanços no que se refere à sua institucionalização, bem como financiamento. Após alguns anos, em 1993, foi criado o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXT), qual vem contribuindo não somente como instrumento de apoio financeiro, mas também como definidor das dimensões, diretrizes e objetivos da extensão universitária, bem como das metodologias a serem aplicadas para sua implementação (FORPROEX, 2012).

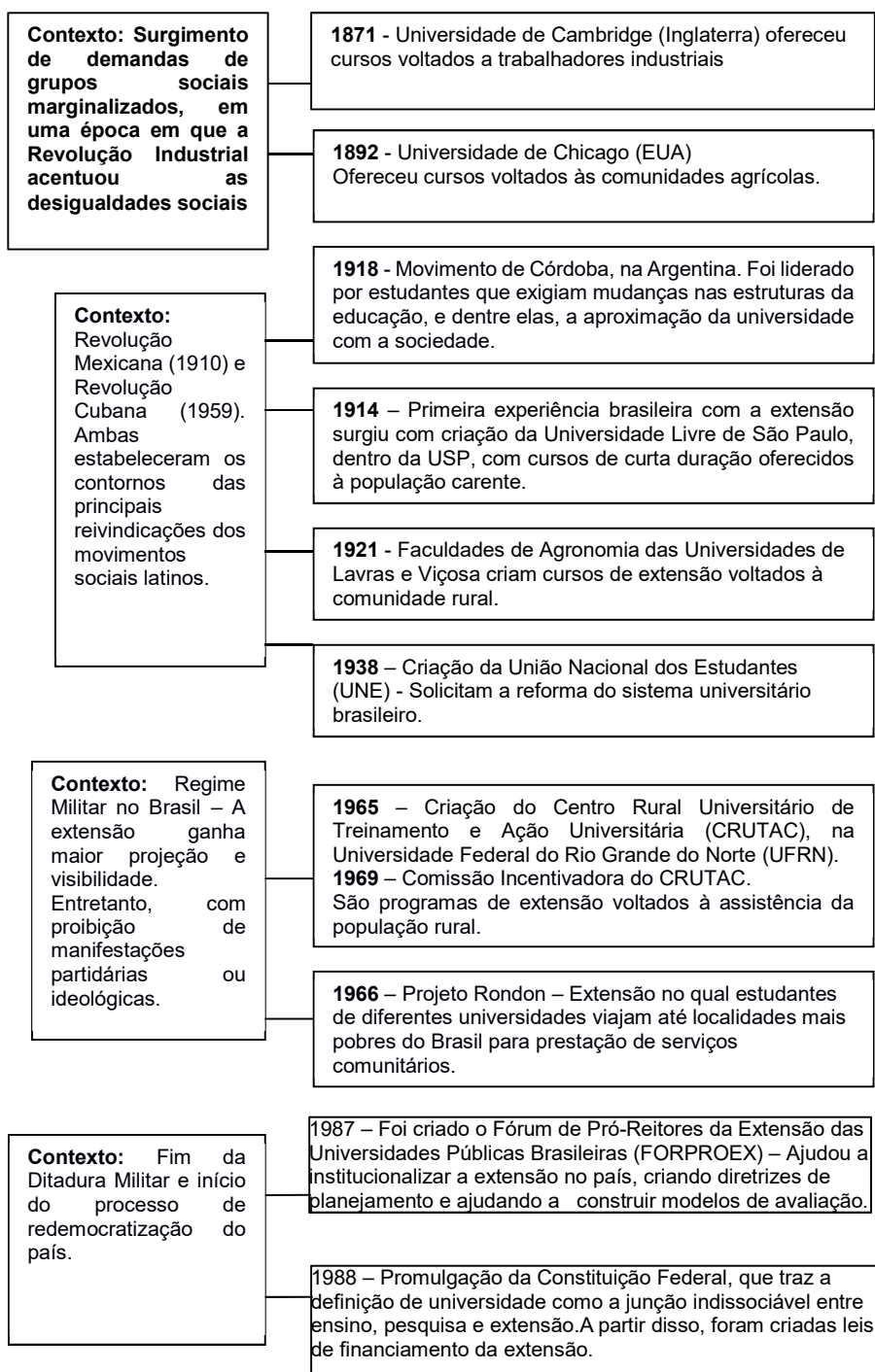
Por fim, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 1996, tendo em vista a importância dada pela CF de 1988 às práticas extensionistas, também

incorporou ao seu conteúdo a Extensão Universitária como um dos objetivos principais da universidade, de forma que também possibilitou o amparo financeiro à extensão, mediante a concessão de bolsas de estudos (BRASIL, 1996). Deste modo, a extensão universitária, enquanto eixo indispensável à construção da universidade, possibilitou um novo papel à comunidade externa, na qual passou a ser não apenas um mero receptor de serviços assistenciais, mas um ator ativo da própria extensão.

Nesse sentido, Britto (2017) argumenta que a ação extensionista atualmente cumpre o desafio de gerar conhecimento em conjunto com os atores não universitários, de modo que não se confunde com assistencialismo e benevolência, mas de um processo político onde a comunidade é coprotagonista na produção de conhecimento. É a partir da extensão que a universidade tem a possibilidade de incorporar os saberes não universitários oriundos dos movimentos populares.

Como síntese dos principais marcos históricos da extensão, temos abaixo uma linha histórica dos principais acontecimentos na Europa, Estados Unidos e América Latina, e seus respectivos contextos históricos que impulsionaram o desenvolvimento da extensão universitária para que se chegasse ao atual modelo vigente no Brasil.

Figura 01 – Linha do tempo sobre os marcos históricos da extensão universitária:



2.2 NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS NO ATUAL CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

2.2.1 Noções de avaliação de programas

Os marcos legais de democratização do acesso às informações públicas, a exemplo da Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/11) e do Decreto de instituição da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (nº 8.777/16) impuseram à administração pública federal o dever de tornar transparentes os resultados de seus investimentos, de forma a proporcionar à população um maior controle com relação à gestão dos gastos públicos, participação nas tomadas de decisão e melhoria da gestão das informações.

Diante dessa nova realidade, onde a regra é a publicidade, e o sigilo, a exceção, as entidades públicas são obrigadas a ter uma atitude mais proativa com relação à divulgação de seus gastos e resultados, ou seja, necessitam criar vias que permitam à sociedade o acompanhamento desse processo. Desta forma, para tornar mais simples o acompanhamento social da gestão dos investimentos públicos, torna-se necessário que sejam criados instrumentos de avaliação nos quais se possa mensurar o atingimento dos fins para os quais os investimentos foram propostos.

A avaliação, enquanto instrumento de consolidação da democracia, além de possibilitar o controle social com a verificação do alcance de objetivos e metas governamentais, cumpre a função de orientar os tomadores de decisões quanto à necessidade de eventuais correções, continuidade ou até mesmo a suspensão de uma determinada política ou programa (CASTANHAR, 2003; SERAPIONE, 2016).

Nesta pesquisa, adentra-se nos diferentes conceitos de avaliação, a partir dos estudos referentes à avaliação de programas públicos. Para tanto, além de trazer os conceitos de

alguns autores sobre o tema, ressaltar-se também os principais benefícios da avaliação frente aos atuais desafios da gestão pública universitária.

Para Ala-Harja (2000), a avaliação de programas pode ser entendida como uma análise sistêmica de pontos cruciais de um programa e seu valor, possibilitando fornecer resultados confiáveis que possam ser utilizados. Nesse sentido, deve ser vista como uma ferramenta para melhoria do processo de tomada de decisões, a fim de proporcionar melhores informações aos gestores, de modo que estes possam justificar suas decisões, bem como prestar contas sobre os programas públicos.

Ramos (2012) explica que “a avaliação constituiu-se na determinação de valor de uma atividade, programa ou política, um julgamento tão sistemático e objetivo quanto possível, efetuado por avaliadores internos e externos” (RAMOS, 2012, p.1273). Desta forma, ressalta a necessidade de que a avaliação seja realizada a partir de diferentes visões, com o auxílio de atores avaliadores internos e externos ao objeto a ser avaliado.

De acordo com Worthen (2004), avaliação consiste na identificação, esclarecimento e aplicação de determinados parâmetros a fim de mensurar o valor, mérito, eficácia, qualidade, utilidade e importância de algo. Para tanto, são utilizados padrões de qualidade, cujo objetivo é criar recomendações de otimização para que o objeto em análise cumpra com seu objetivo.

Entretanto, o foco da avaliação não é buscar uma verdade inquestionável, mas proporcionar a compreensão e uma visão justificada do programa, não substituindo, portanto, o processo de tomada de decisões, mas possibilitando que as mesmas sejam tomadas de forma mais consciente (ALA HARJA, 2000).

Conforme Ala-Harja (2000), as principais metas da avaliação podem ser sintetizadas fundamentalmente em três aspectos: i) melhoria nos processos de decisões; ii) alocação apropriada de recursos; iii) responsabilidade.

Ela auxilia nas práticas decisórias, uma vez que orienta os formuladores de políticas no juízo de valor referente aos programas, seja proporcionando seu avanço, avaliando sua continuidade ou finalização, ou mesmo contribuindo para o planejamento de futuros projetos (ALA HARJA, 2000).

Na alocação de recursos, a avaliação ajuda a detectar as formas mais eficientes/eficazes para se alcançar resultados pretendidos e conseqüentemente, manusear os custos, de modo a ajudar no desenvolvimento de áreas emergenciais, contribuindo para que seja possível verificar qual o financiamento adequado para aquele programa, bem como na indicação de prioridades, caso sejam necessários cortes orçamentários (ALA HARJA, 2000).

Pode também contribuir para o aumento da responsabilidade dos programas públicos frente à população ao tornar transparente os impactos e resultados das atividades desempenhadas pelo governo. Com posse de tais informações, fica possibilitado ao cidadão fiscalizar e sugerir alternativas políticas, tornando os processos de tomada de decisões mais democráticos (ALA HARJA, 2000).

Para Worthen (2004), a avaliação se divide em dois papéis: formativo e somativo. O primeiro papel (formativo), desempenha a função de gerar informações úteis à equipe de determinado programa. De forma que, com a posse de dados previamente levantados, a equipe responsável pela construção de um determinado programa, poderá desenvolver mais facilmente ou melhorar o desenvolvimento de seu plano de trabalho. Já o segundo papel (somativo), presta-se à função de oferecer informações úteis aos gestores e aos consumidores na tomada de decisões quando o programa já foi construído. Possibilita, desta forma, um retorno de informações confiáveis que irão auxiliar o tomador de decisão qual o melhor caminho a seguir, seja pela continuidade do programa, finalização, ampliação ou a sua redução.

A presente pesquisa se utiliza principalmente da avaliação de programas dos tipos processual e de resultados, a partir de suas duas possibilidades: acompanhamento das etapas e fluxos do programa em questão, assim como verificação de cobertura dos

beneficiários. Nesse sentido, conforme dispõe Castanhar (2003), a avaliação de resultados e processos procuram, respectivamente, medir o nível de alcance de determinado programa ou política com relação ao atendimento do público alvo, bem como possibilita o acompanhamento dos processos internos do programa.

Ao realizar o acompanhamento das fases do programa (avaliação processual), o instrumento avaliativo permite verificar falhas, erros de planejamento e obstáculos à consecução dos objetivos do programa. Desta forma, ao identificar tais impedimentos, será possível que o gestor tome medidas com o intuito de mudar o conteúdo do próprio programa ainda em desenvolvimento. Trata-se de um tipo de avaliação que possibilita a verificação mais célere das falhas, permitindo, portanto, uma ação também mais efetiva (CASTANHAR. 2003).

De outro, lado, a avaliação de resultados possibilita mensurar o alcance dos objetivos pretendidos pelo programa em questão, a partir da utilização de determinados indicadores. Estes indicadores são criados a partir dos objetivos pretendidos no projeto e podem ser divididos em: indicadores de médio e longo prazo. Os indicadores de longo prazo medem os impactos do programa no público alvo a partir de seus objetivos gerais, requerendo um tempo maior para serem aferidos. Já os indicadores de médio prazo aferem resultados mais imediatos junto aos beneficiários, utilizando-se de critérios mais específicos (CASTANHAR. 2003).

2.2.2 Necessidade de se avaliar a extensão de acordo com as especificidades da Universidade

Apesar de ser pauta nos Fóruns de extensão universitária desde a década de 1980, até hoje a avaliação de atividades de extensão não encontrou seu efetivo lugar nos rumos das universidades públicas brasileiras, ficando sempre à margem de outras prioridades gerenciais. Poucas foram as universidades que até o momento encararam a necessidade de se avaliar suas ações extensionistas, refletindo em seus contextos gerenciais os principais óbices que impedem o início ou a continuação deste tipo de avaliação.

De acordo com um levantamento realizado pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE), órgão ligado ao FORPROEX, a maioria das instituições de ensino superior que responderam aos questionários com as informações do ano de 2004, alegou realizar a avaliação da extensão sem, no entanto, possuir um sistema de avaliação ou, muitas vezes, um sistema de registro das ações de extensão (FORPROEX, 2012).

Para Santos, Meireles e Serrano (2013), somente com uma avaliação bem formulada com os projetos de extensão, será possível sair do campo apenas operacional, e adentrar no campo político da extensão, para que assim possamos valorá-la conforme critérios precisos.

Apenas com uma avaliação desenhada de forma adequada e criteriosa pode-se entender realmente quais foram os resultados do esforço realizado e decidir pela continuidade ou não do que está se realizando ou apoiando. Não avaliar significa voar às cegas, confiando em sensações momentâneas, subordinando-se a políticas institucionais ou públicas sem contestá-las, desperdiçar recursos e oportunidades e trabalhar com pouca chance de sucesso (SANTOS; MEIRELES; SERRANO, 2013, p.84).

Nesse sentido, se faz necessário ultrapassar os principais entraves que dificultam a avaliação e assim partir para a criação de um instrumento de registro e avaliação de extensão sólido e permanente, no qual estabeleça determinado diálogo com as avaliações dos demais âmbitos da universidade.

Para os autores, além da insuficiência de recursos financeiros, humanos, de tempo e da vontade política, os principais obstáculos que impedem a efetivação da avaliação podem ser sintetizados em três principais razões: i) “precariedade das formas de registro completo ou adequado da ação”; ii) “explicitação pouco clara ou ausência de identificação do beneficiado pela ação de extensão”; iii) “inadequada ou ausente capacitação técnica para realizar a avaliação” (SANTOS; MEIRELES; SERRANO, 2013, p.85-86).

No que se refere à “precariedade das formas de registro completo ou adequado da ação”, tal deficiência pode ser encontrada na fase de cadastro dos projetos de extensão, com a falta de um sistema único que permita o registro de todas as informações necessárias para posterior avaliação de dados. É imprescindível que seja implantado um sistema de

cadastro que se alinhe com a política de avaliação adotada pela universidade, com parâmetros pré-definidos (SANTOS; MEIRELES; SERRANO, 2013).

Quanto ao fator ii, referente à “explicitação pouco clara ou ausência de identificação do beneficiado pela ação de extensão”, é possível afirmar que tal obstáculo está diretamente ligado à avaliação de impacto, uma vez que impossibilita identificar o público-alvo preciso da ação, impedindo a mensuração das mudanças que se deram ao longo do tempo naquele grupo social (SANTOS; MEIRELES; SERRANO, 2013).

A falta ou inadequação de treinamento do corpo técnico responsável pela avaliação e monitoramento das atividades de extensão também é um grande obstáculo, já que impede que os dados sejam coletados e sistematizados de forma correta para futuras análises (SANTOS; MEIRELES; SERRANO, 2013).

Fraga (2017), em sua pesquisa de mestrado, relata que os motivos de ineficiência e ineficácia dos projetos de extensão em uma determinada Universidade Federal se distinguem conforme a modalidade de desenvolvimento da atividade de extensão. Nesse sentido, cita algumas destas modalidades e suas principais falhas.

Entre os motivos de ineficiência e ineficácia para atividades de capacitação (cursos de curta duração e *lato sensu*) são relatadas as seguintes falhas: liberação parcial de recursos financeiros pelos órgãos financiadores, disfunções burocráticas, planejamento orçamentário e operacional precário. No que se refere à modalidade de prestação de serviços, cita-se: pouco orçamento, limitações técnicas para desenvolvimento do projeto, morosidade burocrática, tempo de execução da atividade mal calculado. Quanto aos projetos sociais, as causas de ineficiência e ineficácia são atreladas a: ausência de articulação institucional, inabilidade na gestão de recursos, limitações operacionais. E, por fim, com relação à modalidade de eventos, destaca-se: falta de manejo no gerenciamento de equipes e planejamento de despesas mal calculado (FRAGA, 2017).

Kienetz (2018), em seu trabalho sobre avaliação da extensão universitária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cita alguns procedimentos que

necessitam ser realizados para a criação de um instrumento de avaliação para extensão, a exemplo de: utilização de um sistema de registros adequado, capacitação técnica, maior número de servidores, continuidade da avaliação, construção de uma avaliação que atenda a multiplicidade da extensão, com diferentes critérios para cada área, bem como a criação de formas de controle com relação às informações prestadas na avaliação.

Conforme esclarece Santos, Meireles e Serrano (2013), para se criar um instrumento eficiente de avaliação é necessário ir além dos indicadores formais e adentrar na realidade da universidade. É preciso que se discuta a realidade da extensão local, e, a partir das peculiaridades existentes, procurar entender como se dão e em que medida acontecem os impactos no campo qualitativo. Ou seja, é necessário entender de que forma a extensão acontece naquele lugar, o modo como é implementada, identificando as várias formas que ela se manifesta. De igual modo, é necessário também que se entenda as metas, objetivos e princípios que orientam a instituição.

É importante destacar que a avaliação institucional não basta em si mesma, é preciso que se vá além dos indicadores institucionais do Ministério, ou da valoração apenas qualitativa, e que se busque construir modelos de avaliação autônomos que contemplem a visão dos atores institucionais em seus processos e lutas internas, e que se busque contemplar os impactos acadêmicos e sociais, principalmente do campo qualitativo. (SANTOS; MEIRELES; SERRANO, 2013, p.97)

Para Santos, Viella e Spessatto (2020) é importante compreender que a avaliação de programas exige uma diversidade de elementos, de modo que não resume a um procedimento meramente técnico que desconsidera o contexto político em questão. Deve levar em consideração os diversos sujeitos envolvidos na prática daquela ação, de modo que seja permeada das diversas variáveis contextuais, racionalidades, experiências e abordagens. Só assim será possível ir além da perspectiva meramente tecnicista.

Para Meirelles e Santos (2013), o processo avaliativo, além de seu compromisso político, é composto também de técnicas e procedimentos científicos e, portanto, exige um processo de criação singular, para que se coadune com as especificidades de cada instituição, visto que deverá estar de acordo com as decisões políticas, acadêmicas e administrativas da universidade.

Para tanto, a avaliação enquanto processo constante na gestão universitária deve ser entendida como um instrumento permanente e atualizado com a prática, no qual seja possível indicar os principais pontos positivos e negativos de cada ação, e se o que se propôs no projeto inicial foi atendido ou não foi atendido, de forma a evidenciar os fatores que impulsionaram os sucessos e insucessos das atividades (SANTOS; MEIRELES, 2013).

Desta forma, os produtos obtidos na avaliação servirão não somente como conhecimento para a instituição promotora da extensão, mas para todos aqueles envolvidos no fazer extensão, sejam componentes de dentro ou de fora da universidade.

2.3 CRIANDO INDICADORES NACIONAIS COMO REFERÊNCIA PARA PRODUÇÃO DE INSTRUMENTOS PRÓPRIOS DE AVALIAÇÃO

Diante da emergente necessidade de avaliação no campo das ações de extensão, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), tem sugerido em suas publicações o uso de indicadores de avaliação baseados em dimensões de análise, conforme anteriormente citadas no relatório de 2001. A construção de tais indicadores, tão necessários atualmente na valoração de programas e projetos governamentais, pode permitir aos gestores universitários uma melhor aferição de desempenho dos programas desenvolvidos.

Para uma melhor compreensão sobre a sua definição, podemos dizer que os indicadores sociais são medidas usadas para possibilitar a instrumentalização de dimensões sociais de interesse conforme escolhas teóricas ou políticas anteriormente selecionadas (JANNUZZI, 2005). Nesse sentido:

Prestam-se a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2005, p.138).

São necessários não somente na fase avaliativa, mas em todo o processo do programa ou projeto, devendo estar alinhados com o planejamento e as metas previamente fixadas. A sua construção não é uma tarefa simples ou isolada, mas um processo frequente, onde acontece o constante aprimoramento de conceitos originais, que, em meio a imprecisões e ambiguidades, vão se redefinindo e tornando-se mais delimitado (JANNUZZI, 2016, p. 626 – 627).

Ainda, de acordo com o autor:

A boa prática da pesquisa social recomenda que os procedimentos de construção dos indicadores sejam claros e transparentes, que as decisões metodológicas sejam justificadas, que as escolhas subjetivas – invariavelmente freqüentes – sejam explicitadas de forma objetiva. Transparência metodológica é certamente um atributo fundamental para que o indicador goze de legitimidade nos meios técnicos e científicos, ingrediente indispensável para sua legitimidade política e social. (JANNUZZI, 2005, p.141).

Nesse sentido, foi realizado um trabalho em âmbito nacional, conforme supracitado, denominado Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU), no qual foi divulgado pela FORPROEX em seu relatório de 2017.

Sendo desenvolvia por um grupo de trabalho da própria FORPROEX e tendo a colaboração de gestores, técnicos e docentes de Universidades, Institutos Federais, Centros Universitários e Faculdades de 25 estados brasileiros (alcançando as 5 regiões nacionais), esta pesquisa realizou um levantamento de indicadores brasileiros de extensão, considerando as particularidades das universidades públicas brasileiras, conforme as dimensões: i) política e gestão; ii) infraestrutura; iii) política acadêmica; iv) relação universidade e sociedade; v) produção acadêmica.

A fim de estabelecer um parâmetro nacional básico, o trabalho buscou em seus objetivos específicos: somar a opinião e experiências de docentes e gestores de extensão universitária no que diz respeito aos conceitos e características de indicadores utilizáveis em instituições de ensino superior; alcançar respostas referentes aos aspectos de relevância e mensurabilidade com relação aos indicadores levantados, verificando, ao mesmo tempo, as suas propriedades; colocar em consenso um grupo de indicadores,

capazes de retratar a extensão universitária das universidades públicas brasileiras (FORPROEX, 2017).

Seu desenvolvimento foi dividido em duas etapas: uma interna, em que os grupos de trabalho da comissão propuseram, a partir de análises e discussões, a construção de 58 indicadores de referência conforme as 5 dimensões de análise; e uma etapa externa, que utilizou da metodologia Delphi, no qual foram enviados questionários eletrônicos (com respostas em escala Likert de 5 pontos) a determinados grupos de especialistas pré-selecionados para avaliarem o grau de importância desses indicadores, de modo que foram realizadas duas rodadas de coleta/avaliação de resultados e uma rodada de consolidação de resultados (FORPROEX, 2017).

A partir disso, chegou-se à composição de 52 indicadores que evidenciam a realidade atual da extensão universitária e possibilitam uma referência nacional em metodologia de avaliação e gestão de desempenho em extensão.

O trabalho foi desenvolvido sob a perspectiva da gestão de desempenho, alinhando os indicadores sugeridos às teorias de Cadeia de Valor e ao *Balanced Scorecard (BSC)*, cujo objetivo na administração pública é mapear e medir, com o uso de indicadores, todas as atividades desenvolvidas, com o propósito de melhorar o desempenho de toda cadeia, alterando ou até mesmo retirando as atividades que não acrescentam valor (FORPROEX, 2017).

O BSC é um método de aferição e gestão de desempenho elaborado em 1998 por Robert Kaplan e David Norton, utilizado para alinhar as unidades de um determinado negócio (unidades de serviço, equipe e pessoas) à sua própria estratégia. Sua utilização possibilita a criação de indicadores de desempenho que refletem todos os níveis da organização, tais indicadores permitem uma melhor comunicação entre unidades que compõe a organização e a sua estratégia. Para tanto, a visão estratégica dentro do BSC é dividida em quatro perspectivas: financeira, clientes, processos internos, aprendizado/crescimento (KAPLAN; NORTON, 1996).

De acordo com os autores, a perspectiva financeira indica se o desenvolvimento e execução das estratégias estão colaborando satisfatoriamente com os resultados financeiros. A perspectiva cliente observa os efeitos da estratégia utilizada sobre a satisfação e captação de clientes. A perspectiva de processos internos avalia o desempenho, inovação e qualidade dos processos internos que estão ligadas às táticas escolhidas. Já a perspectiva do aprendizado e crescimento avalia os esforços e união entre trabalhadores e tecnologias utilizadas para execução da estratégia (KAPLAN; NORTON, 1996).

Segundo Porter (1986), a cadeia de valor é um modelo que ajuda a mensurar as atividades de uma determinada empresa para que se possa agregar valor e vantagens aos seus produtos, tornando a empresa mais competitiva e agregando valor para seus clientes.

No trabalho descrito é utilizada a teoria do BSC adaptada aos setores públicos, conforme metodologia disseminada pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), cujo alcance se restringiu ao nível dos processos e resultados, não adentrando na avaliação de impactos, uma vez que necessitaria de uma metodologia distinta. Portanto, foram escolhidos para análise os indicadores de insumo/entrada, processamento/eficiência e de resultado/saída (FORPROEX, 2017).

Também visando a operacionalização de ações estratégicas frente ao direcionamento do desempenho, foi utilizado o modelo das 4 perspectivas citadas: 1) Financeira, 2) Clientes, 3) Processos Internos, 4) Inovação/Aprendizado. Porém, com alguns ajustes para melhor adequação ao setor público e um melhor atendimento das partes interessadas (*stakeholders*) (FORPROEX, 2017).

Sendo assim, as perspectivas ficaram da seguinte maneira:

Perspectiva 1: Do aluno, da sociedade e dos financiadores públicos - Quais metas devem ser conquistadas para atender as expectativas dos interessados na efetivação da extensão universitária? (FORPROEX, 2017).

Perspectiva 2: Dos processos internos da extensão - Quais procedimentos internos deverão ser exitosos para se garantir o atendimento das expectativas dos interessados? (FORPROEX, 2017).

Perspectiva 3: Da aprendizagem e crescimento institucional - Para prestar assistência aos “processos internos” e atender as partes interessadas como a organização deve aprender e se aperfeiçoar? (FORPROEX, 2017).

Perspectiva 4: Dos recursos financeiros e Infraestrutura - Como guarnecer capital financeiro e infraestrutura necessários para assegurar a concretização do macro-objetivo da extensão? (FORPROEX, 2017).

Após escolhidas as perspectivas, elaborados e submetidos os indicadores candidatos às rodadas de avaliação pelos entrevistados, chegou-se a uma lista de 52 indicadores⁶ agrupados em dimensões estratégicas, destacados abaixo:

Quadro 01: Dimensões e indicadores propostos pela FORPROEX.

DIMENSÃO	CÓDIGO E NOME DO INDICADOR
1) Política de Gestão (PG)	PG1: Importância estratégica da extensão universitária
	PG2: Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária
	PG3: Institucionalização de programas e projetos de extensão
	PG4: Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira
	PG5: Formação em gestão da extensão para servidores dos órgãos/setores responsáveis pela extensão
	PG6: Participação dos servidores da extensão em eventos da área
	PG7: Capacitação em extensão promovida ou apoiada pela pró-reitoria (ou equivalente) aberta à comunidade acadêmica
	PG8: Garantia da qualidade na extensão
	PG9: Taxa de aprovação de propostas de extensão em editais externos
	PG10: Taxa de conclusão de ações de extensão

⁶ O gráfico completo com indicadores, objetivos e forma de cálculo se encontra no apêndice deste trabalho.

	PG11: Recursos do orçamento anual público voltado para extensão
	PG12: Recursos para extensão captados via edital público externo
	PG13: Recursos para extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados
2) Infraestrutura (Infra)	Infra1: Disponibilidade de espaço físico adequado para órgãos/setores de gestão da extensão
	Infra2: Estrutura de pessoal nos órgãos/setores de gestão da extensão
	Infra3: Disponibilidade de equipamentos* adequados para eventos culturais
	Infra4: Disponibilidade de espaços esportivos adequados
	Infra5: Disponibilidade de espaços adequados de apoio ao empreendedorismo
	Infra6: Logística de transporte de apoio à extensão
	Infra7: Acesso e transparência das ações extensão
	Infra8: Sistemas informatizados de apoio a extensão
3) Plano Acadêmico (PA)	PA1: Regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos
	PA2: Nível de inclusão da extensão nos currículos
	PA3: Articulação extensão – ensino
	PA4: Articulação extensão – pesquisa
	PA5: Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa
	PA6: Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão
	PA7: Participação geral da extensão no apoio ao estudante
	PA8: Participação de docentes na extensão
	PA9: Participação de técnicos-administrativos na extensão
4) Relação Universidade – Sociedade (RUS)	RUS1: Representação da sociedade na IES
	RUS2: Parcerias interinstitucionais
	RUS3: Envolvimento de profissionais externos na extensão da IPES
	RUS4: Representação oficial da IES junto à sociedade civil

	RUS5: Meios de comunicação com a sociedade
	RUS6: Alcance da Prestação de Contas à Sociedade
	RUS7: Público alcançado por programas e projetos
	RUS8: Público alcançado por cursos e eventos
	RUS9: Público alcançado por atividades de prestação de serviço
	RUS10: Ações de extensão dirigidas às escolas públicas
	RUS11: Professores da rede pública atendidos por cursos de formação continuada
	RUS12: Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas
	RUS13: Municípios atendidos por ações extensionistas
5) Produção Acadêmica (Prod)	Prod1: Ações de extensão desenvolvidas por modalidade
	Prod2: Produção de materiais para instrumentalização da extensão
	Prod3: Produção de livros ou capítulos com base em resultados da extensão
	Prod4: Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão
	Prod5: Comunicações em eventos com base em resultados da extensão
	Prod6: Produções audiovisuais
	Prod7: Produções artísticas (exposições, espetáculos, outros)
	Prod8: Empreendimentos graduados em incubadoras
	Prod9: Cooperativas populares graduadas em incubadoras

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório FORPROEX de 2017, 2020.

O intuito do FORPROEX com a construção deste quadro foi o de disponibilizar às universidades brasileiras um apoio para a formulação de seus próprios instrumentos de avaliação, de forma que os indicadores sugeridos podem ser alterados conforme a realidade de cada universidade.

Na construção desta pesquisa, além de levar-se em conta o estabelecimento das 05 dimensões de avaliação da extensão, leva-se em conta também os indicadores formados a partir da pesquisa citada. Utiliza-se tais dimensões e indicadores como base para formulação das perguntas do questionário das entrevistas, conforme é explicado no próximo capítulo.

3 METODOLOGIA

A construção deste trabalho teve como propósito refletir sobre o desenvolvimento da extensão no atual contexto universitário, tentando realçar possibilidades para criação de um processo de avaliação. A partir disso, buscou-se: i) entender como a UFBA e a FORPROEX, a partir de seus principais documentos de gestão, têm institucionalizado a avaliação da extensão universitária; ii) descrever como é desenvolvida a gestão da extensão na UFBA; iii) apontar quais as principais dificuldades encontradas para implantação de um processo permanente de avaliação de extensão na UFBA; iv) indicar, a partir das experiências dos profissionais atuantes na área (coordenadores de atividades de extensão e membros da Pró-Reitoria de Extensão), alternativas a serem adotadas para que se crie um processo de avaliação de extensão para a Universidade.

Para concretização de tais objetivos, foram aplicados instrumentos de coleta de dados qualitativos: entrevistas semiestruturadas e análise documental. A escolha por uma metodologia qualitativa se deu pela necessidade de captura das informações já existentes sobre avaliação de extensão, a partir do avanço das metodologias e estratégias já divulgadas em documentos, bem como dos conhecimentos e experiências dos entrevistados.

Antes da coleta de dados, foi realizada uma pesquisa exploratória na Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT – UFBA), no qual, a partir de uma visita agendada à repartição, este pesquisador foi apresentado, por intermédio do secretário da pró-reitora, a todos os setores que compõe a unidade. Nesta ocasião, foi possível conversar com 04 servidores técnicos administrativos e um coordenador de programas e projetos sobre como acontece a extensão na universidade, bem como sobre a necessidade de sistematização de um instrumento de avaliação das atividades de extensão.

3.1 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

3.1.1 Documentos

Compreendendo a pesquisa documental como método utilizado para compreensão de um fenômeno, bem como meio de comunicação elaborado com um propósito e finalidade, foi adotado o entendimento de Flick (2009), que ressalta a importância de se entender a intencionalidade na elaboração dos documentos analisados e não apenas utilizando-os como ‘contêineres de informações’, ou seja, informações fechadas em si mesmas.

Foram utilizados documentos oficiais de caráter público e acesso aberto, divididos em dois grupos: i) documentos de cunho nacional, utilizados para entender a política nacional de avaliação, em que pese a atual situação da institucionalização da avaliação da extensão; ii) documentos internos, que são provenientes da UFBA, utilizados para descrever como é realizada a extensão na universidade, como é organizado o órgão gestor responsável pela extensão e até que ponto a avaliação de extensão foi institucionalizada. Abaixo são descritos os documentos utilizados:

Quadro 02: Documentos nacionais e internos utilizados na pesquisa.

Documentos Nacionais:	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório FORPROEX 2001: Avaliação de Extensão; • Relatório FORPROEX 2012: Política Nacional de Extensão Universitária; • Relatório FORPROEX 2017: Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária; • Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004.
Documentos Internos:	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução 02/2012 – Regulamento de Extensão Universitária da UFBA; • Resolução 02.2014 Programa Vizinhanças UFBA; • Resolução 03/2013 PIBIEX/UFBA; • Resolução 03/2016 - CAPEX/UFBA; • Resolução 04/2014 Bolsas PIBIEX UFBA; • Estatuto da UFBA;

	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI-UFBA; • UFBA em Números 2014; • UFBA em Números 2015; • UFBA em Números 2016; • UFBA em Números 2017; • UFBA em Números 2018; • UFBA em Números 2019; • Manual SIATEX UFBA; • Documento 01/2018 CAPEX; • Manual de Extensão Universitária da UFBA 2014.
--	---

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Os documentos referentes à UFBA foram obtidos no site da própria instituição, na página da PROEXT (www.proext.ufba.br) e na página de legislações (www.portal.ufba.br/legislacao). Já os documentos nacionais foram obtidos no site da Rede Nacional de Extensão (RENEX), situados no domínio: www.ufmg.br/proex/renex.

Conforme dispõe Flick (2009), os documentos representam um determinado ponto de vista da realidade, construídos para determinadas finalidades. Devendo, portanto, ser entendidos enquanto mecanismos de contextualização da informação. Para tanto, a utilização da documentação indicada serviu de apoio para contextualizar como a política de avaliação da extensão está sendo fomentada e discutida nacionalmente, bem como demonstrar como a UFBA começou se inserir dentro desta política avaliativa.

Ainda de acordo com Flick (2009), na análise documental, o pesquisador deve procurar identificar os objetivos práticos das instituições ou pessoas que os produziu. Para tanto, foram utilizadas como norte de análise dos documentos as seguintes questões:

- i) Por qual motivo o documento foi produzido?
- ii) Como a extensão é tratada?
- iii) Até que ponto se avançou sobre a avaliação da extensão?
- iv) Como a UFBA organiza administrativamente a extensão universitária?
- v) Como é realizado o registro das atividades propostas à PROEXT?

As questões i, ii e iii serviram principalmente para responder o primeiro objetivo específico do trabalho, que se configura em entender como e em que medida a UFBA e o FORPROEX, a partir de seus principais documentos de gestão, têm institucionalizado a avaliação da extensão universitária. Já as questões iv e v são utilizadas para responder o segundo objetivo específico do trabalho, que é descrever como é desenvolvida a gestão da extensão na UFBA.

3.1.2 Entrevistas

A segunda técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista, no qual foi adotado o entendimento de Vergara (2009), que compreende o método a partir de dois aspectos: i) seja enquanto diálogo, onde há uma troca de significados para produção de conhecimentos sobre algo específico; ii) bem como situação social complexa, representada por uma teia de diversos componentes, referentes a objetividade e subjetividade de entrevistador e entrevistado, atreladas a diferentes realidades que se encontram. Devendo, portanto, o pesquisador tomar o cuidado de entender a conjuntura espaço/tempo que as informações foram prestadas.

O principal motivo da escolha deste tipo de coleta de dados atribui-se ao fato de que a entrevista proporciona ao pesquisador não apenas informações externas ou óbvias, mas informações que estão internalizadas no indivíduo a partir de experiências vivenciadas (CANNELL; KAHN, 1974, apud VERGARA, 2009), proporcionando assim um melhor respaldo com relação aos objetivos específicos iii e iv deste trabalho, que buscam trazer à tona características da experiência da universidade com as práticas de extensão, evidenciando as principais dificuldades encontradas, bem como os principais direcionamentos para implementação da avaliação da extensão.

As entrevistas foram divididas em duas etapas:

a) Foram entrevistados 02 gestores que trabalham no setor de registro e certificação das atividades de extensão, ambos da Pró-Reitora de Extensão (PROEXT-UFBA). Tais servidores foram escolhidos, pois tratam diariamente com questões administrativas referentes à extensão universitária, possibilitando o fornecimento de informações sobre: como acontece a gestão das atividades de extensão na universidade; aspectos práticos relacionados ao padrão de relacionamento entre professores extensionistas e corpo administrativo no que se refere a prestação de contas e as condutas burocráticas relacionadas com as atividades de extensão; quais as principais dificuldades relacionadas à estrutura dos sistemas de registro de informações utilizados pela Pró-Reitoria.

b) Na segunda etapa, as entrevistas aconteceram com professores coordenadores de programas de extensão, escolhidos conforme cinco grandes áreas de conhecimento: ciências humanas, ciências sociais aplicadas, ciências exatas e tecnológicas, ciências biológicas e da saúde e por último, artes e linguagens. Foram escolhidos 07 professores coordenadores de programas de diferentes escolas, faculdades e institutos pertencentes à UFBA, a saber: 01 da Escola de Administração, 01 da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 01 da Faculdade de Educação, 01 do Instituto de Matemática, 01 da Faculdade de Direito, 01 do Instituto de Saúde Coletiva e 01 da Escola de Música. A mecanismo de escolha dos coordenadores ocorreu mediante indicação gestores das unidades que fazem parte, bem como indicação de colegas de trabalho.

Com relação à sua classificação, as entrevistas aconteceram de forma individual, semiestruturadas, com duração média de 45 minutos, agendadas previamente, sendo que algumas foram realizadas face-a-face no local de trabalho do entrevistado, outras via plataforma de videoconferência *on-line*, mediante gravação.

Foram elaborados dois tipos de roteiros de entrevistas, um para os professores e outro para o corpo administrativo, conforme as atribuições de cada profissional, sendo que a maioria das perguntas coincidem em ambos os roteiros. As perguntas foram embasadas pelo referencial teórico estudado, nas informações previamente colhidas durante a pesquisa exploratória e tomando por referência as dimensões e indicadores propostos pelo FORPROEX em seus relatórios de 2001 e 2017, respectivamente.

Desta forma, as questões foram agrupadas de acordo com as 05 dimensões de análise: Política de Gestão, Infraestrutura, Universidade e Sociedade, Acadêmica e Produto Acadêmico. Abaixo temos um quadro com os principais objetivos de investigação das questões propostas atrelados às dimensões de análise.⁷

Quadro 07: Objetivos de investigação conforme dimensões de análise:

i) política da gestão	Como se dá o planejamento da extensão universitária na UFBA.
ii) infraestrutura	De que forma a infraestrutura (principalmente referente a sistemas de registros) disponibilizada para extensão contribui ou dificulta o processo avaliativo.
iii) universidade e sociedade	Como melhorar a relação entre universidade e sociedade a partir dos mecanismos de divulgação de informações referentes a projetos e programas de extensão.
iv) acadêmico:	De que forma a extensão e sua avaliação se inserem no contexto universitário e se relacionam com o ensino e a pesquisa.
v) produto acadêmico:	De que forma se dá a valorização dos produtos obtidos pela extensão.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

3.2 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

Como estratégia de análise, foi utilizada a análise de conteúdo, a partir do entendimento de Bardin (2011), que a define como um conjunto de técnicas de análise de comunicação que cuida do tratamento dos dados contidos em determinada mensagem.

Por se tratar de um trabalho que se utiliza de documentos e experiências de profissionais, esta técnica é a que mais contribui para descrever e interpretar os conteúdos obtidos através da coleta de dados. Nesse sentido, este tipo de análise nos permite atingir uma

⁷ Tais questionários se encontram no apêndice do trabalho.

melhor compreensão e reflexão do problema, possibilitando criar alternativas para seu enfrentamento.

3.2.1 Etapas de análise

Esta fase da pesquisa foi dividida em três momentos, a saber: etapa 01, referente à transcrição das entrevistas, definição, isolamento e codificação das unidades de análise; etapa 02: referente à categorização das unidades de análise; e etapa 03: referente à interpretação dos dados.

01) Transcrição das entrevistas, definição, isolamento e codificação das unidades de análise: em uma primeira análise das transcrições foram feitos grifos em palavras e frases consideradas pertinentes para a pergunta realizada e para pesquisa como um todo, de forma que, em alguns trechos de determinadas respostas haviam também respostas para outras perguntas, bem como haviam observações relacionadas à experiência dos entrevistados, que, embora não fossem perguntadas, consistiam em informações úteis para a pesquisa. Após grifadas as unidades selecionadas, foram inseridas notas de destaque em cada grifo. Estas notas consistiam em pequenas frases ou palavras-chave e indicavam sobre o quê estas unidades grifadas se tratavam.

Etapa 02) Categorização das unidades de análise: após a realização de todos os grifos e notas correspondentes aos dados obtidos, foi avaliado quais unidades (frases e palavras-chave) mais se repetiam e se relacionavam entre si. Após descobrir as unidades mais frequentes, bem como anexar as unidades menos frequentes àquelas unidades mais frequentes e que lhes faziam correlação, foram encontradas seis categorias de análise, a saber: 1) Relação: ensino, pesquisa, extensão e avaliação; 2) Perspectiva de crescimento da extensão e sua avaliação; 3) Importância da avaliação para extensão; 4) Realidade da extensão na UFBA; 5) Extensão, Comunicação e Sociedade; 6) Sugestões para avaliação.

Etapa 03) Interpretação dos dados: obtidas as categorias de análise, cada uma foi analisada a partir de dois processos: i) em um primeiro momento foram reunidas todas as

unidades referentes àquela categoria e interpretadas entre si, conforme a frequência que apareciam. Logo após foram analisados conforme o contexto em que apareciam na transcrição, levando em consideração os demais trechos e perguntas da entrevista; ii) em um segundo momento estas análises foram relacionadas e discutidas conforme a bibliografia utilizada no referencial, bem como os documentos utilizados nesta pesquisa.

Após categorizados e interpretados os dados com base nos documentos e teorias utilizadas no referencial teórico, procuramos, por fim responder os objetivos específicos iii e iv deste trabalho, quais sejam: iii) apontar quais as principais dificuldades encontradas para implantação de um instrumento permanente de avaliação de extensão na UFBA; iv) Indicar, a partir das experiências dos profissionais especialistas, alternativas que podem ser adotadas para que se crie um instrumento de avaliação de extensão para a Universidade.

4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

No intuito de descrever os principais marcos sobre a institucionalização da avaliação da extensão, bem como explorar os conceitos das ações de extensão e de como a UFBA as desenvolve, este quarto capítulo consiste em: i) apresentar os conceitos das principais ações de extensão desenvolvidas pela universidade; ii) ressaltar os principais avanços referentes à institucionalização da avaliação das ações de extensão no Brasil e na UFBA; e por último, iii) apontar como a UFBA se organiza administrativamente para gerir suas ações de extensão. Para tanto, foram analisados documentos de cunho nacional e interno, elaborados respectivamente pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão Universitária (FORPROEX) e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Entender os conceitos das ações de extensão é importante neste momento, pois permite visualizar o objeto sobre o qual a avaliação aqui discutida recairá. Entretanto, apesar das ações abaixo conceituadas serem as mais utilizadas na universidade, o processo de desenvolvimento da extensão não se limita nelas, de forma que outras modalidades podem ser incorporadas e desenvolvidas.

No que se refere aos marcos institucionais sobre a avaliação da extensão universitária, os documentos nacionais a aqui apresentados tiveram como principal objetivo institucionalizar os conceitos de avaliação de extensão, incorporando-os à gestão estratégica das universidades. Desta forma, foram elaborados com a pretensão de guiar as universidades brasileiras durante a construção de seus próprios mecanismos de avaliação de extensão, traçando princípios, diretrizes, dimensões e indicadores de análise. Enquanto isso, os documentos que tratam da extensão universitária produzidos pela UFBA entre os anos de 2012 e 2018, delinearão a forma como as ações de extensão são desenvolvidas pela universidade.

Em ambos os tipos de documentos, externos ou internos, foram analisados os seguintes aspectos: i) objetivo geral do documento, ii) como a extensão é tratada, iii) até que ponto o documento avança sobre o tema avaliação de extensão universitária.

Por último, a terceira parte deste capítulo descreve como a UFBA planeja e operacionaliza o desenvolvimento da sua extensão universitária. Será feita: i) a apresentação dos seus principais órgãos gestores e ii) como é realizado o registro das atividades propostas à PROEXT.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

De acordo com o livro publicado pelo FORPROEX em 2007, denominado “Extensão Universitária: Organização e Sistematização”, as ações de extensão podem ser classificadas como: a) programa; b) projeto; c) curso; d) evento; e e) prestação de serviços. Porém, além destas categorias, a Universidade Federal da Bahia desenvolve outras duas modalidades de ações, a saber: f) trabalhos e campo; e g) publicações diversas.

Entende-se como programa de extensão a junção estruturada de projetos e demais atividades de extensão, no qual há a incorporação da pesquisa, ensino e extensão objetivando a realização de um cronograma de ações apresentadas de forma clara e com diretrizes bem definidas (FORPROEX, 2007). Pode-se, desta forma, compreender que os programas de extensão fazem parte de uma modalidade mais ampla, uma vez que podem abarcar as demais modalidades de ações (cursos, eventos, publicações e outros). No tocante às demais categorias de ações de extensão, pode-se classificá-las da seguinte maneira:

a) Projeto: é a junção de atividades consecutivas de caráter social, educativo, cultural, científico e tecnológico, com metas e prazos estabelecidos. Podem estar vinculados a um programa específico ou podem ser desenvolvidos de forma isolada (FORPROEX, 2007).

c) Curso: é um tipo de ação integrada, de caráter didático, que realiza a propagação de princípios, conceitos, fundamentos, métodos e tecnologias para um determinado grupo de

peças. Deve ter carga horária mínima de 08 horas e critérios de avaliação definidos (FORPROEX, 2007).

d) Evento: é a atividade que consiste na divulgação pública, livre ou com público determinado, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo ou tecnológico executado, mantido ou validado pela universidade (FORPROEX, 2007).

e) Prestação de serviços: são ações nas quais alunos e professores a partir das técnicas e conhecimentos adquiridos na universidade prestam à comunidade atendimentos referentes a: consultas e realização de exames nas áreas de saúde, serviços jurídicos, de engenharia, educacionais, orientação sobre projetos, dentre outras atividades (FORPROEX, 2007).

f) Trabalhos de campo: são atividades que objetivam produzir e compartilhar conhecimento, realizadas junto a segmentos da comunidade, promovendo o diagnóstico, planejamento, treinamento e desenvolvimento de ações de forma democrática (UFBA, 2012).

g) Publicação e outros produtos acadêmicos: é uma modalidade na qual a ação extensionista é divulgada a partir dos mais diversos mecanismos, de forma que proporciona a divulgação cultural, artística, científica e tecnológica dos produtos obtidos na extensão universitária, a exemplo de: livros, programas de TV e rádio, relatórios, artigos, filmes, comunicação, dentre outros (UFBA, 2012).

Apesar das diferenças entre as modalidades elencadas, uma mesma proposta extensionista pode se utilizar de uma ou de várias modalidades ao mesmo tempo, como é o caso dos programas, conforme foi indicado acima.

4.2 PRINCIPAIS DOCUMENTOS NACIONAIS DO FORPROEX

4.2.1 Estabelecendo dimensões de avaliação para extensão

Tendo em vista o objetivo do Fórum Nacional em tornar permanente a avaliação institucional da extensão, inserindo-a dentro do contexto de avaliação da própria universidade, o documento Avaliação de Extensão do FORPROEX divulgado em 2001 ressaltou a necessidade de se estabelecer dimensões e indicadores a fim de possibilitar o processo de avaliação e a melhoria das experiências extensionistas.

Nesse sentido, o documento foi desenvolvido como suporte para que as universidades possam criar seus próprios instrumentos de avaliação, de forma a reunir os seus dados mais importantes, identificar suas aptidões e conhecer mais profundamente seus processos, para que assim, possam criar condições que orientem as decisões indispensáveis ao alcance dos objetivos e metas de cada instituição (FORPROEX, 2001).

Foram então estabelecidas dimensões norteadoras de análise para que as instituições de ensino as ajustem às suas respectivas realidades. Tais dimensões, conforme estabelece o documento “circunscrevem uma determinada abrangência e amplitude que possibilita sua aferição e avaliação” (FORPROEX, 2001, p. 24).

Apesar de tais dimensões serem criadas em 2001, seus conceitos foram aperfeiçoados em 2017 pelo próprio FORPROEX a partir da divulgação do Relatório de 2017 no qual define indicadores a serem utilizados para avaliação das ações nas universidades, conforme será visto mais à frente. As dimensões estabelecidas pelo Fórum foram: a) política e gestão; b) infraestrutura; c) relação universidade e sociedade; d) plano acadêmico; e) produção acadêmica. Seguem abaixo os seus conceitos:

a) A dimensão de Política e Gestão pretende avaliar em que medida as atividades de extensão se inserem nas missões e objetivos da universidade. Nesse sentido, objetiva analisar como a universidade desenvolve estrategicamente sua extensão, como capacita e incentiva seus servidores para participarem das ações propostas, assim como procura

medir a qualidade e sustentabilidade das atividades de extensão desenvolvidas (FORPROEX, 2001, 2017).

b) A segunda dimensão, referente à Infraestrutura, mede as condições físicas e gerenciais que as universidades disponibilizam para o cumprimento das atividades de extensão. Desta forma, avalia a proporção de servidores atuantes nas unidades de extensão com relação ao número de ações desenvolvidas, a disponibilidade de equipamentos e espaços culturais e esportivos para extensão, assim como a existência e qualidade dos sistemas de informação destinados ao apoio e transparência das atividades (FORPROEX, 2001, 2017).

c) A terceira dimensão, Relação Universidade e Sociedade, procura avaliar como a universidade interage com a comunidade externa, tentando entender de que forma esta relação beneficia a sociedade, dando continuidade aos projetos e programas desenvolvidos em políticas públicas. Para tanto, esta dimensão procura identificar as parcerias firmadas entre a universidade com demais organizações públicas e privadas, avaliar as mídias de comunicação com a sociedade, o nível de representação e alcance da universidade junto à comunidade, bem como avaliar o grau de comprometimento da universidade junto à população mais carente (FORPROEX, 2001, 2017).

d) A quarta dimensão, Plano Acadêmico, analisa a forma como a extensão se insere no cotidiano acadêmico do aluno, verificando a importância desse tipo de experiência em sua formação. Através disso, procura avaliar os níveis e critérios de inserção das atividades extensionistas nos currículos, procura entender como acontece a conexão da extensão com o ensino e a pesquisa e o nível de participação de docentes, discentes e técnicos na extensão (FORPROEX, 2001, 2017).

e) A quinta e última dimensão, Produção Acadêmica, diz respeito aos produtos obtidos através da experiência com a atividade extensionista. É avaliado tanto o nível de produção didática referente à orientação e suporte à construção das atividades de extensão, quanto o material obtido como fruto das atividades desenvolvidas, tais como livros, artigos, cartilhas, dentre outros (FORPROEX, 2001, 2017).

A utilização de tais dimensões de análise, conforme dispõe o FORPROEX (2001), proporciona à universidade a possibilidade de criar um instrumento de avaliação que repense sua missão institucional, a sua função na reelaboração de espaços sociais, assim como a possibilidade de identificar as suas principais prioridades e necessidades, reformulando sempre que preciso o seu planejamento.

Com isso, para que de fato seja institucional, democrático e causador de mudanças, o instrumento avaliativo deve ser elaborado de forma integrada aos processos de avaliações tradicionais da universidade, observando os fundamentos e missões da instituição. Do mesmo modo, deve ser também permanente e fazer parte da rotina acadêmica, ou seja, deve ser pensado e executado como parte da cultura da organização, de forma que a alternância de gestões não o coloque em segundo plano ou o enfraqueça (FORPROEX, 2001).

4.2.2 A incorporação da extensão no processo de avaliação universitária e a criação de indicadores

Doze anos após a divulgação do documento Avaliação de Extensão Universitária (2001), o FORPROEX aprovou durante o seu XXXI Encontro Nacional, realizado em Manaus/AM, a Política Nacional de Extensão Universitária (2012), no qual reafirmou compromissos já pactuados em outros documentos e acrescentou novos objetivos a fim de que a extensão universitária se fortaleça dentro das universidades brasileiras.

Neste documento foram elaboradas diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão pactuadas no FORPROEX, que são: a interação dialógica, interdisciplinaridade/interprofissionalidade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social.

Naquela oportunidade também se pensou e discutiu formas de implementação de um sistema de informações e de indicadores que possibilitem a avaliação das ações extensionistas. Optou-se por um sistema de monitoramento e avaliação de abrangência nacional, pelo menos com relação aos aspectos mais gerais das ações, de forma que as

instituições articulem e complementem o registro de informações de acordo com suas especificidades.

Em consonância ao relatório do FORPROEX de 2001, a comissão que elaborou o novo documento continuou adotando como parâmetros gerais para avaliação e a utilização das cinco dimensões: Política de Gestão, Infraestrutura, Relação Universidade/Sociedade, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica.

Outrossim, o novo documento acrescenta que a avaliação nacional da extensão universitária além de dever estar centrada no processo, em razão da sua própria natureza, bem como ser entendida como um processo formativo, prospectivo e qualitativo. Deve também estar integrada com os objetivos e metas firmados no próprio projeto de extensão, com isso, a avaliação deve se ater também em verificar os efeitos da participação dos envolvidos no projeto do problema social em que se debruça (FORPROEX, 2012).

No plano estratégico, o Fórum estabeleceu doze medidas necessárias ao “apoio e fomento de ações acadêmicas no âmbito das agências governamentais, do Ministério da Educação (MEC), e das próprias Instituições de Educação Superior”. Dentre tais medidas, foi citada a “Incorporação da Extensão Universitária no processo de avaliação da Educação Superior, com definição de indicadores, metodologias e instrumentos e apoio à implantação de sistemas de informação e gestão no conjunto das instituições” (FORPROEX, 2012, p. 150).

Esta medida se faz extremamente necessária no contexto atual, tendo em vista que a avaliação da extensão universitária sempre ficou à margem dos processos avaliativos da universidade, carecendo, portanto, que seja incorporada aos mecanismos de monitoramento e avaliação que as instituições de ensino superior já realizam com a pesquisa e o ensino.

4.2.2.1 Criação de indicadores conforme as cinco dimensões preestabelecidas

Cinco anos após, em 2017, o FORPROEX divulgou o documento denominado “Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)”, no qual um grupo de trabalho interinstitucional, com participação de representantes de sete instituições

públicas de ensino superior, promoveu um estudo com o intuito de realizar a criação e validação de indicadores e metodologias para avaliação da extensão universitária.

Este trabalho teve o objetivo de coletar as opiniões de docentes, técnicos e gestores com experiência em extensão universitária das cinco regiões do Brasil, a fim de consolidar um grupo de indicadores de referência para avaliação e gestão da extensão, firmando assim, um parâmetro nacional básico para as universidades públicas. Foi realizado num período de quase um ano, com a participação de representantes de universidades, centros universitários/faculdades e institutos federais de educação.

Como síntese deste processo de institucionalização da avaliação de extensão universitária no país, a partir da criação de dimensões e indicadores de análise, foi elaborado abaixo um quadro-resumo dos principais documentos divulgados pelo FORPROEX, ressaltando seus principais avanços:

Quadro 03: Principais marcos institucionais nacionais sobre a avaliação da extensão universitária:

Documento	Avanços relacionados à avaliação de extensão
Relatório FORPROEX 2001	Foram estabelecidas dimensões norteadoras de análise para que as instituições de ensino as ajustem às suas respectivas realidades. Tais dimensões foram: a) política e gestão; b) infraestrutura; c) relação universidade/sociedade; d) plano acadêmico; e) produção acadêmica.
Relatório FORPROEX 2012	Foram traçadas diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão; Foram estabelecidas algumas medidas a serem tomadas, dentre elas a Incorporação da Extensão Universitária no processo de avaliação da Educação Superior, com definição de indicadores, metodologias e instrumentos e apoio à implantação de sistemas de informação e gestão no conjunto das instituições.
Relatório FORPROEX 2017	Consolidou um grupo de 52 indicadores de referência para avaliação e gestão da extensão, firmando assim, um parâmetro nacional básico para as universidades públicas.

Fonte: elaboração própria com base na pesquisa (2019)

4.3 MARCOS INSTITUCIONAIS DA UFBA SOBRE AVALIAÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Os documentos internos aqui analisados referem-se a resoluções, regimentos e planos estratégicos criados pela UFBA a partir de 2012, ano em que foi expedida a Resolução 02/2012, atual documento que regulamenta as atividades de extensão na universidade. Tratam-se, portanto, dos documentos mais recentes referentes à extensão universitária da UFBA.

O primeiro documento analisado foi a supracitada Resolução 02/2012. Ela classifica as atividades que se configuram como modalidades de extensão, dispõe sobre o planejamento e gestão da extensão na universidade, bem como orienta sobre a coordenação, avaliação e gestão acadêmica das atividades extensionistas. O seu capítulo VI, ao tratar da avaliação e finalização dos processos extensionistas, orienta sobre a obrigatoriedade de apresentação e aprovação do relatório final das atividades desenvolvidas, sendo, portanto, pré-requisito para que a PROEXT emita o certificado de conclusão.

O segundo documento analisado foi a Resolução nº 03/2013, que trata sobre as normas complementares do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária, o PIBIEX, no qual tem como objetivo a concessão de bolsas a alunos de graduação para o desenvolvimento de atividades de extensão na UFBA. Esta resolução, ao tratar sobre as atribuições dos coordenadores de atividade, dispõe que é dever do docente/técnico avaliar o relatório final dos estudantes sob sua orientação.

O terceiro documento analisado foi a Resolução 03/2016, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX), disciplinando a sua organização e funcionamento, cuja composição e competências são definidas nos artigos 22 e 23 do Estatuto da UFBA. Dentre as competências do CAPEX traçadas nesta resolução (conforme Art.4, II), estão estabelecidas as tarefas de: “apreciar e aprovar novos

planos, programas e projetos institucionais de pesquisa, criação e inovação, submetendo-os a contínua avaliação” (UFBA, 2016, p.03).

Como podemos notar, os dois primeiros documentos analisados, apesar de preverem a obrigatoriedade da elaboração do relatório final das atividades de extensão, não citam qualquer modalidade de avaliação das ações de extensão. Ademais, o terceiro documento (Resolução 03/2016), criado 04 anos após o primeiro documento, prevê que as atividades devem ser continuamente avaliadas, porém, não especifica como se dará esta avaliação, nem determina que outro documento seja elaborado para que se organize os procedimentos desta avaliação.

O quarto documento analisado foi o Regimento Geral da UFBA, um dos principais instrumentos legais de organização da universidade. O seu título referente à extensão universitária ressalta a importância da extensão frente ao diálogo da universidade com a sociedade sob a forma de programas e atividades, estabelecendo instrumentos de incentivo à extensão e trazendo as definições e as modalidades das atividades consideradas como extensão.

Neste quarto documento, apesar de ser dada grande importância à extensão frente à construção da universidade, nota-se que em nenhum de seus títulos foi tratado sobre a questão da avaliação das atividades de extensão. O mesmo ocorre com o Estatuto da UFBA.

O quinto documento analisado foi o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA 2018-2022 (PDI UFBA 2018-2022). Este instrumento visa orientar estrategicamente a política e as práticas de gestão da universidade pelo próximo quinquênio. Nesse sentido, dispõe que um dos principais objetivos estratégicos da UFBA para os próximos anos é o de “aprofundar os impactos sociais das atividades de ensino e pesquisa através de experiências extensionistas”. Isso, a partir de dois eixos de missão: a) pelo envolvimento de, pelo menos, 30% dos alunos em projetos de extensão abrangentes e institucionalizados, no âmbito de todas as unidades universitárias; e b) pela implantação

de dispositivos institucionais que assegurem a consolidação e a qualificação das atividades de extensão (UFBA, 2018, p.68).

Neste mesmo plano foram também alinhadas diretrizes estratégicas para quantificar as atividades de extensão voltadas para o atendimento de seguimentos vulneráveis da população. Desta forma, foram previstos o aperfeiçoamento de mecanismos de registro e integração de dados sobre serviços prestados à comunidade, bem como firmadas as metas de até 2022 serem: definidos os critérios de impacto social e construídos indicadores para monitoramento do conjunto de atividades de prestação de serviços (UFBA, 2018).

Diante do que foi analisado do atual PDI, podemos notar que a universidade conseguiu externalizar seu interesse em institucionalizar a avaliação das suas atividades de extensão, uma vez que previu dois importantes passos para a construção do processo de avaliação da extensão: a construção de indicadores para monitoramento de atividades, bem como o aperfeiçoamento de registro de dados sobre serviços prestados à comunidade.

O sexto documento analisado foi a Resolução 01/2018, elaborada pelo Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX), conforme orientação do supracitado PDI 2018-2022. Nele foram criados 11 indicadores de extensão referentes ao total anual de: propostas registradas, propostas concluídas, estudantes envolvidos, parcerias envolvidas nas propostas, público atingido pela proposta, produtos gerados, produtos registrados no repositório institucional, cursos lato sensu, recursos arrecadados e de participantes externos.

Nota-se que, apesar dos indicadores serem criados em 2018, eles não estão alinhados com as dimensões propostas pela Política Nacional de Extensão Universitária em 2001 e nem pelos indicadores de avaliação também propostos pelo FORPROEXT em 2017. São indicadores que em sua maioria medem apenas a quantidade de registros de ações, participações e produtos gerados, de modo que não adentram totalmente nas dimensões de política de gestão, infraestrutura, relação universidade/sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica. Nesse sentido, o referido documento não justifica como os indicadores foram obtidos e nem justifica o porquê de sua utilização.

Diante disso, para melhor visualizar a forma que a UFBA vem normatizando a avaliação de sua extensão, foi elaborado um quadro-resumo dos principais documentos internos aqui analisados, ressaltando os seus objetivos gerais e a forma como os mesmos planejam e institucionalizam a avaliação de extensão.

Quadro 04: principais documentos da UFBA que tratam de extensão universitária:

Documento	Objetivo geral	Forma como planeja e institucionaliza a avaliação da extensão
Resolução nº 02/2012	Regulamenta as atividades de extensão na UFBA	Ao tratar da avaliação e finalização dos processos extensionistas, orienta sobre a obrigatoriedade de apresentação e aprovação do relatório final das atividades desenvolvidas
Resolução nº 03/2013	Trata sobre as normas complementares do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária, o PIBIEX	Dispõe que é dever do docente/técnico avaliar o relatório final dos estudantes sob sua orientação. Além disso, não dispõe mais sobre a avaliação.
Resolução nº 03/2016	Aprovou o Regimento Interno do Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX)	O Art.4, II estabelece a como competência do CAPEX a contínua avaliação da extensão. Porém não define como se dará esta avaliação.
Regimento Geral e Estatuto da UFBA	Dispõe como se dá a organização administrativa da universidade: seus órgãos, atividades fins, trabalhadores, finanças e patrimônio.	Ressalta a importância da extensão e sua função dentro da universidade, porém, não menciona em nenhum de seus títulos a necessidade de se avaliar as ações de extensão.
PDI/UFBA 2018/2022	Documento que visa orientar estrategicamente a política e as práticas de gestão da universidade pelo próximo quinquênio.	Dentre as diretrizes estratégicas traçadas, está a meta específica de até 2022 a definição de critérios de impacto social e construção de indicadores para monitoramento do conjunto de atividades de prestação de serviços.
Resolução 01/2018 do CAPEX	Documento que propôs indicadores de avaliação da pesquisa e extensão para institucionalização de políticas públicas institucional	Criou 11 indicadores de extensão universitária.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

4.4 GESTÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFBA

Este item tem o intuito de demonstrar como a UFBA organiza e executa sua extensão. Nesse sentido, são apresentados seus principais órgãos administrativos, os procedimentos pelos quais as propostas de ações passam para serem aprovadas, os principais programas atualmente desenvolvidos, assim como demonstra-se o procedimento de registro das atividades.

Conforme o organograma da estrutura organizacional da UFBA, a extensão da universidade é planejada e desenvolvida por três principais órgãos: o Conselho Superior de Pesquisa Ensino e Extensão (CONSEPE), o Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX) e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) (UFBA, 2010).

O CONSEPE é um órgão composto pelo reitor, pró-reitores, representantes do corpo técnico, discente, docente, bem como da comunidade, na qual se delibera sobre a política institucional de pesquisa, ensino e extensão da UFBA, dentre outras atribuições. O CAPEX, por sua vez, tem uma estrutura de representantes similar ao CONSEPE, porém, com algumas particularidades. É composto por pró-reitores das áreas de pesquisa, inovação, criação e extensão universitária, representantes de técnicos administrativos que atuam na graduação e pós-graduação, representantes do corpo docente, discente e da comunidade. Tem como principais competências supervisionar, avaliar, regulamentar e criar estratégias para as atividades de pesquisa, extensão, criação e inovação na universidade. Em ambos os órgãos é utilizada a eleição como forma de escolha dos representantes (exceto reitor e pró-reitor), no qual permanecem nestas funções por tempo limitado, sendo que cada representante possui um suplente.

Já a PROEXT é um órgão específico da extensão. Tem como propósito realizar a conexão entre universidade e sociedade a partir das demandas sociais, sendo responsável pela coordenação, fomento e articulação das ações de extensão desenvolvidas pelas diversas unidades (escolas, institutos, faculdades e órgãos administrativos) pertencentes à UFBA.

Tais articulações se dão a partir do apoio de propostas de curto ou longo prazo que objetivam a produção/difusão de conhecimentos, bem como a prestação de serviços, tendo em vista sempre o diálogo com a pesquisa e o ensino (UFBA, 2017).

Sua estrutura é composta por 01 pró-reitor, 01 secretário-executivo, 04 gestores responsáveis pelas coordenações de: Programas e Projetos, Produção de Difusão da Extensão, Formação e Integralização Curricular da Extensão e TV UFBA, além de 13 equipes compostas por técnicos administrativos, conforme o quadro completo indicado abaixo:

Quadro 05: Estrutura administrativa da PROEXT/UFBA

GESTORES	CARGO OCUPADO POR:
Pró-reitora	01 docente
Coordenador de Programas e Projetos	01 docente
Coordenador de Produção de Difusão da Extensão	01 docente
Coordenador de Formação e Integralização curricular da Extensão e da Extensão	01 docente
Coordenador da TV UFBA	01 docente
EQUIPES DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
Equipe de Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS)	02 técnicos administrativos
Equipe do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBIEX)	02 técnicos administrativos
Equipe de Registro e Certificação	02 técnicos administrativos
Cinema	01 técnico administrativo
Assessoria de Comunicação e Eventos da Extensão	02 técnicos administrativos
Equipe responsável pelo Setor de Produção	03 técnicos administrativos
Tecnologia da Informação	01 técnico administrativo
Equipe responsável pela TV UFBA	03 técnicos administrativos
Setor de Contabilidade e Patrimônio	03 técnicos administrativos
Protocolo	01 técnico administrativo
Conservação e Limpeza	01 técnico administrativo
Equipe responsável pelo setor de Segurança Patrimonial	02 técnicos administrativos

Fonte: Elaboração própria, 2019.

As propostas fomentadas pelos editais publicados pela PROEXT se desdobram em projetos, cursos, eventos, prestações de serviço ou produção e publicação, que se articulam conforme um dos programas desenvolvidos pela universidade. Atualmente a UFBA dispõe de 15 grandes programas de apoio, que, de diferentes modos coordenam a interação entre universitários e diferentes segmentos da sociedade.

Estes programas foram construídos a partir de diferentes demandas (sejam acadêmicas ou sociais) e funcionam como apoio para o desenvolvimento de ações mais amplas, com diferentes temáticas; e ações específicas, com temáticas direcionadas, a exemplo dos programas de apoio às atividades de cunho artístico e cultural, voltados pra saúde, para os movimentos sociais, para o desenvolvimento de iniciativas estudantis, dentre outras modalidades que podem ser observadas no seguinte quadro:

Quadro 06: Relação dos programas de extensão desenvolvidos pela PROEXT/UFBA

PROGRAMA	FUNÇÃO	FORMA DE APOIO
1. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Extensão - PIBIEX	Apoiar projetos de extensão propostos por docentes	Edital – Bolsas para estudantes
2. Programa Apoio à Extensão Docente - PAEXDoc	Apoiar projetos de extensão propostos por docentes	Edital – 3 linhas: Turbulências (apoia recém-contratados); Variações (apoia novos rumos de projetos existentes); Ressonâncias (apoia publicação de resultados)
3. Ação Curricular em Comunidade e Sociedade - ACCS	É um componente curricular de cursos de Graduação e de Pós-Graduação, que docentes e discentes desenvolvem ações sociais de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação.	Editais para concessão de recursos de custos e bolsas de monitoria.
4. Programa Apoio à Extensão Servidores Técnicos - PAEXTec	Apoio a projetos de extensão propostos por servidores	Edital – 3 linhas: Articulações (apoia projetos extensionistas); Experimentações – Artes (apoia projetos artísticos); Ressonâncias (apoia publicação de resultados)
5. Programa Apoio às Artes - PAArtes	Ações dedicadas a apoiar programa anual dos grupos artísticos e dos equipamentos culturais institucionalizados	<p>A) Apoio direto: Linha Grupos Artísticos e Linha Museus - promover a atividade regular de grupos artísticos e museus institucionalizados</p> <p>B) Edital – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Artística PIBIArtes - promover a iniciação de estudantes de artes nos processos de criação e montagem artística</p> <p>C) Edital – Programa Institucional de Bolsas de Experimentação Artística PIBExa - promover o protagonismo de estudantes de artes em processos autorais de experimentação artística</p>

6. Programa Apoio aos Ambulatórios - PAAMbs	Ações dedicadas a apoiar a atividade dos ambulatórios de atendimento clínico público.	A) Apoio direto: CETAD, CAPS, Práticas Integrativas B) Apoio de assessoramento e mediação ao processo de regulamentação e redesenho do seu engendramento na UFBA
7. Programa Apoio aos Projetos Especiais – PAPE	Ações dedicadas a apoiar projetos de interesse estratégico para consolidação das políticas da gestão	Apoio direto – seleção por Comitê de Pró-Reitores e Superintendentes
8. Programa Apoio às Instâncias Institucionalizadas de Atuação Estudantil	Ações dedicadas a apoiar a atividade das diferentes formas de atuação estudantil na vida universitária : escritórios modelo, empresas juniores, ligas acadêmicas	Apoio de assessoramento e mediação ao processo de regulamentação e redesenho do seu engendramento na UFBA
9. Programa Desfronteiras	Ações dedicadas a desfronterizar: disciplinas, territórios (ufba/cidade/campo), experiências (acadêmica/popular), temporalidades (tradição/experimentação)	Projetos pilotos: Saveiristas de Coqueiros – intercâmbio de saberes universidade/sociedade (2016); AÚ - A UFBA e os mestres/as de Capoeira (2016-2017)
10. Programa Entrâncias	Ações dedicadas a promover a irrigação a UFBA pelos movimentos sociais, causas indígenas e ecológicas, pelas práticas culturais urbanas e pelas mobilizações públicas contra formas de desrespeito aos direitos civis	Chamada pública: Grafitação; Apropriações Criativas (em preparação)
11. Programa Enredamentos	Ações dedicadas a tecer conexões da UFBA com outros ambientes da produção de conhecimento, por meio de intercâmbio profissional, publicações e atividade de difusão acadêmica.	A) Série de cadernos anuais UFBA extensão
		B) Série de discussões Jornadas de Extensão (museus, estudos avançados, corpos estáveis conexão internacional cultura e arte)
		C) Série de debates sobre teses Debateses (em preparação)
		D) Chamada pública Apoio à Organização de Eventos Estudantis
		E) Edital Artista Visitante (em preparação)
12. Programa Memórias UFBA	Ações dedicadas ao fomento de projetos de constituição e manutenção de memoriais, arquivos temáticos e coleções documentais acerca da história da UFBA, a partir das comemorações UFBA 70 Anos.	A) Projeto piloto: Museu Arte Popular/UFBA
		B) Chamada pública Apresentação Artística e Cultural UFBA 70 Anos (estudantes + servidores)
		C) Chamada pública Oficinas Experimentais em Áudio-Visual TV UFBA (estudantes + servidores)
13. Programa Observatório Crítico	Instalação de comitê consultivo de acompanhamento das ações da PROEXT e reflexão crítica sobre os rumos, desvios e propostas da sua política de extensão.	Editais diversos
14. Programa PROEXT explica	Série de encontros públicos para esclarecimento, por grupos setoriais, sobre as formas de atuação extensionista e suas possibilidades de apoio	Editais diversos
15. Programa PROEXT visita	Série de visitas às unidades acadêmicas para conhecer seus núcleos de extensão, seus projetos em andamento, suas expectativas e dificuldades, para planejamento conjunto de ações de suporte institucional pela PROEXT	Editais diversos

Fonte: elaboração própria de acordo com os documentos analisados, 2019.

4.4.1 Sistema de registro das atividades de extensão da UFBA

Os referidos programas financiam a maioria das ações propostas, mediante prévia publicação de editais públicos, que são gerenciados via Sistema de Editais Internos de Fomento à Extensão Universitária (SIAPEX). Este sistema tem por objetivo centralizar as chamadas dos editais administrados pela PROEXT (UFBA, 2015).

Após a divulgação dos editais, os interessados registram suas propostas de ações via Sistema de Registro e Acompanhamento de Atividades de Extensão (SIATEX). Este sistema, além de permitir que a Pró-Reitoria mantenha uma base de dados sobre as atividades desenvolvidas, confere, junto à instância responsável pela aprovação, a oficialidade e reconhecimento das atividades propostas (UFBA, 2016). Entretanto, caso a ação a ser desenvolvida não necessite de apoio de edital, deverá também ser cadastrada no mesmo sistema para fins de controle e acompanhamento.

Para submeter qualquer atividade é necessário que o proponente pertença ao quadro efetivo da UFBA, uma vez que a própria pessoa que a inscreveu será a coordenadora responsável para desenvolvê-la. Desta forma, pessoas que não têm vínculo fixo com a universidade não podem inscrever e nem serem coordenadoras da atividade, porém, podem participar como colaboradores (UFBA, 2016).

O coordenador da atividade além de ser o responsável por sua submissão, é também responsável pelo seu acompanhamento (via sistema), alterações de dados (caso seja necessário) e relatório final após finalização da ação. Após a aprovação da atividade e homologação pelo setor responsável, a atividade é registrada junto à PROEXT.

Para que se tenha acesso ao SIATEX é necessário que o proponente acesse previamente o Sistema Integrado de Usuários e Serviços (SIUS), plataforma vinculada à UFBA que tem por finalidade a integração de bases de dados de usuários dos diversos sistemas da

universidade. Após este acesso, o proponente pode obter uma senha que permite o acesso ao SIATEX.

O SIATEX possibilita seu acesso a partir de 06 tipos de usuários, que são: i) proponente – docente ou técnico que propõe a atividade; ii) representante de instância de aprovação – perfil destinado às pessoas responsáveis pela apreciação e homologação das propostas, são os dirigentes das unidades de ensino e órgãos administrativos; iii) dirigentes de unidade e órgão - neste perfil os dirigentes dão ciência nas proposições realizadas por servidores da sua própria unidade; iv) gestor PROEXT – perfil do pró-reitor (a) da PROEXT, no qual realiza a análise preliminar da proposta; v) setor de registro – perfil dos responsáveis pela análise, pesquisa e registro das propostas e relatórios, geralmente é utilizado por técnicos administrativos da PROEXT; e por fim, vi) gestor SIATEX – tipo de usuário que pode consultar, pesquisar, atualizar e cancelar propostas e relatórios.

Ainda de acordo com o Manual (2016), durante o processo de registro, devem ser informados dados gerais do proponente, carga horária da atividade, sua periodicidade, seu resumo, público-alvo e horário que acontecerá. Além disso, deve ser informada a área de conhecimento da proposta: ciências exatas e da terra, ciências biológicas, ciências da saúde, ciências agrárias e veterinárias, ciências sociais aplicadas, engenharias, ciências humanas, linguística, letras e artes; bem como a sua área temática: educação, saúde, comunicação, direitos humanos e justiça, trabalho, tecnologia e produção, meio ambiente ou cultura. Também deverá ser indicada a modalidade da atividade a ser desenvolvida: programa, projeto, curso, evento, prestação de serviço ou produção e publicação.

De acordo com o art. 10 da Resolução (2012), após as referidas ações serem submetidas, devem ser apreciadas e aprovadas por uma instância específica da universidade. Desta forma, deve ser aprovada pela Congregação, quando a inscrição for realizada por técnicos, docentes, por uma unidade universitária ou por mais de uma unidade universitária; pelo Conselho Deliberativo, quando a proposição surgir de órgãos estruturantes da Reitoria; ou pelo CAPEX nos demais casos.

Após a execução do plano de trabalho apresentado na submissão da atividade, é dever do coordenador enviar pelo próprio sistema SIATEX o relatório final da ação desenvolvida para que seja discutido e aprovado pela instância que aprovou a sua submissão. Após isso, os certificados são liberados para que sejam emitidos (UFBA, 2012).

Ao longo dos últimos cinco anos, conforme demonstram os relatórios UFBA em Números de 2019, 2018, 2017, 2016 e 2015, referentes aos anos base de 2018, 2017, 2016, 2015 e 2014, respectivamente, a Universidade teve um total de 3.023 atividades de extensão registradas no sistema SIATEX e um total de 100.232 pessoas participantes. Abaixo temos uma tabela com os números de registros e participantes referentes às atividades de programa, projeto, eventos, cursos/minicursos, prestação de serviços e publicações contabilizadas entre os anos de 2014 a 2018 e logo abaixo temos uma breve análise desses números.

Quadro 07: Quantitativo de registros e participações nas atividades de extensão dos anos 2014 a 2018.

2018 (ano base)	Propostas Registradas	Participantes
Programas	15	1112
Projetos	171	20298
Cursos e minicursos	92	31951
Publicações e outros produtos acadêmicos	19	62
Eventos	167	
Prestação de Serviços	16	2190
2017 (ano base)	Propostas Registradas	Participantes
Programas	11	2080
Projetos	142	2360
Cursos e minicursos	66	1881
Publicações e outros produtos acadêmicos	7	
Eventos	106	1485
Prestação de Serviços	23	942
2016 (ano base)	Propostas Registradas	Participantes
Programas	13	659
Projetos	194	7451
Cursos e minicursos	230	2936
Publicações e outros produtos acadêmicos	4	
Eventos	205	1243
Prestação de Serviços	23	394
2015 (ano base)	Propostas Registradas	Participantes
Programas	44	1618
Projetos	207	4761

Cursos e minicursos	269	2889
Publicações e outros produtos acadêmicos	8	
Eventos	258	3905
Prestação de Serviços	36	224
2014 (ano base)	Propostas Registradas	Participantes
Programas	35	3080
Projetos	137	2447
Cursos e minicursos	238	3928
Publicações e outros produtos acadêmicos	36	
Eventos	232	297
Prestação de Serviços	19	39
TOTAL:	3023	100232

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios UFBA em Números de 2015 a 2019.

Ao analisar os dados da tabela, nota-se a falta de linearidade nos números apresentados, uma vez que, a depender da modalidade e do ano avaliado, os registros de propostas e participantes são significativamente distintos. Ou seja, em determinados anos a tabela apresenta números de registros de ações e participantes altos, já em outros anos, apresenta registros substancialmente baixos, temos como exemplo disso as modalidades de programas e projetos.

Na modalidade de programas há um evidente decréscimo nos registros de propostas e participantes entre os anos de 2014 e 2018, de modo que o número de registros de propostas salta de 35 registros em 2014 para apenas 15 registros em 2018, nesse mesmo sentido, o registro de participantes que era de 3.080 em 2014, passa para apenas 1112 registros em 2018. Já com relação à modalidade de projetos, esta dinâmica é inversa, uma vez que se nota um aumento de registros de propostas e de participantes entre os anos de 2014 e 2018, pois conforme se pode verificar na tabela, o número de registro de propostas e participantes salta, respectivamente, de 137 e 2447 em 2014, para, respectivamente 171 e 20298 em 2018.

Um dos motivos da desproporcionalidade do número de registros nos anos relatados se dá em decorrência do costume que há na universidade dos professores não cadastrarem suas ações de extensão no sistema SIATEX, segundo justificou um dos entrevistados, conforme pode-se verificar na análise das entrevistas abaixo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme os procedimentos de análise explicitados no capítulo de metodologia, as análises dos dados coletados culminaram na evidenciação de 05 categorias, a saber: 1) Relação: ensino, pesquisa, extensão e avaliação; 2) Perspectiva de crescimento da extensão e sua avaliação; 3) Importância da avaliação para extensão; 4) Realidade da extensão na UFBA; 5) Extensão, Comunicação e Sociedade. Neste capítulo realizamos as análises sobre cada uma destas categorias.

5.1 RELAÇÃO: PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E AVALIAÇÃO

Durante a análise dos dados obtidos com as entrevistas, foi observado que, frequentemente, ao se falar de extensão, muito também se falava sobre o ensino e a pesquisa. Em algum ponto das considerações expostas pelos entrevistados, esta correlação vinha à tona, mesmo quando as perguntas não tinham o fim de se relacionar os três eixos (pesquisa, ensino e extensão). Esta associação se deve, em grande medida, devido à forma como a extensão foi conceituada dentro dos textos legais da universidade, enquanto eixo componente do tripé universitário. Entretanto, apesar de sempre estarem se correlacionando formalmente, os dados indicam que, na prática, estes três eixos não estão sendo construídos de modo uniforme.

Podemos observar também que ao se falar da relação: pesquisa, ensino e extensão, os dados apontam para uma certa desconexão no desenvolvimento destes três eixos no que se refere às suas práticas avaliativas. Desta forma, foram verificados os seguintes descompassos desta relação: i) assimetria entre os eixos e as métricas de avaliação da universidade; ii) falta de percepção prática da complementariedade dos eixos e iii) grande demanda de trabalho do ensino e da pesquisa.

De acordo com o Entrevistado 03, apesar de haver uma complementariedade muito importante entre pesquisa, ensino e extensão, ele enxerga que a extensão tem sido

desvalorizada, e isto, segundo conta, está fundamentalmente atrelado às métricas de avaliação da universidade, que muito se concentram na avaliação do ensino e da pesquisa, deixando de lado a avaliação da extensão. Nesse sentido, chama a atenção para o crescimento da pesquisa e dos programas de pós-graduação no país e na UFBA, uma vez que, este crescimento tem proporcionado um maior número de docentes envolvidos com a pesquisa, deixando de lado os projetos extensionistas.

Este problema, segundo o Entrevistado 03, também está relacionado à falta de percepção, por parte dos professores, do aspecto denominado “complementariedade de eixos” (informação verbal)⁸, visto que muitos realizam apenas pesquisa ou apenas extensão e se esquecem que ambas se complementam e trazem muitos resultados quando são trabalhadas de forma conjunta.

A respeito disso, o Entrevistado 08 também afirmou que a maioria de seus colegas docentes pesquisadores não dão tanta oportunidade para a experiência extensionista, apesar de ser tão importante quanto a pesquisa e ao ensino:

Muitos dos meus colegas apesar de saberem que a universidade é composta pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão, encaram a construção destes eixos de forma separada, devido a falta de tempo para se dedicarem em ações extensionistas bem como uma certa cultura por parte dos professores pesquisadores de se dedicarem exclusivamente à pesquisa, já que ela atualmente proporciona maior status pra universidade (informação verbal)⁹.

Segundo conta, a falta desse envolvimento está atrelada ao fato de que alguns professores não encaram a extensão como uma atividade que pode ser feita de forma complementar, havendo um certo imaginário de que deva ser feita de forma separada. Além disso, relata que os professores muitas vezes têm preferido trabalhar com a pesquisa devido ao status que ela proporciona, visto que a mesma é percebida como o eixo que dá visibilidade à universidade

⁸ Professor extensionista 03, mar. 2020.

⁹ Professor extensionista 08, jul. 2020.

Nesse sentido, de acordo com o FORPROEX (2012), a atual conjuntura universitária, apesar de ter proporcionado o crescimento da extensão universitária, também traz desafios que necessitam ser superados. Um destes desafios é a superação do desenvolvimento da extensão enquanto ação isolada das demais dimensões da universidade, de modo que se faz necessário criar uma relação de colaboração entre a extensão e os demais eixos que compõe a universidade, de forma que se garanta um real impacto pedagógico na experiência extensionista do estudante.

Para os entrevistados 02, 04 e 05, ocorre na universidade uma subvalorização dos resultados da extensão, se comparado com os produtos da pesquisa e do ensino. Ambos citam o exemplo dos diversos editais de seleção espalhados na universidade que privilegiam com pontuações maiores as experiências acadêmicas oriundas da pesquisa e do ensino, deixando muitas vezes de lado as experiências obtidas através da extensão.

No que se refere a esta assimetria entre a valoração dos resultados obtidas no ensino, pesquisa e extensão, o entrevistado 04 diz o seguinte:

Na minha compreensão, há uma assimetria entre pesquisa, ensino e extensão, e ela está diretamente relacionada ao peso que as atividades de extensão representam na atribuição de valores dos itens das avaliações. Como é sabido, o maior peso recai sobre a produção intelectual. Assim, diante das inúmeras demandas diárias, os docentes, em geral, optam pela produção de artigos, livros e assim vai (Informação verbal).¹⁰

Esta constatação corrobora com o FORPROEX (2012) ao afirmar que o elitismo e o conservadorismo ainda são características marcantes nas estruturas das universidades brasileiras, uma vez que colegiados e departamentos impõe limitações legais no âmbito do crescimento da extensão nas universidades. Nesse sentido, é citado o descompasso quanto à inserção das experiências extensionistas nos planos de ascensão profissional e nos quesitos de pontuação em seleções e alocação de vagas para professores.

¹⁰ Professor extensionista 04, abr. 2020.

De igual modo, Kienetz (2018) também observa que nas avaliações de desempenho docente no âmbito federal há uma maior valorização das atividades relacionadas à pesquisa e ao ensino. Desta forma ressalta a necessidade de que a universidade desenvolva um sistema de avaliação que melhor valorize as atividades produzidas pela extensão.

Para os entrevistados 04, 05 e 08, o excesso de demandas colocadas aos professores também acaba afastando-os da extensão, uma vez que acabam ficando sobrecarregados com as obrigações colocadas pelos departamentos e programas de pós-graduação, sobrando pouco tempo para se dedicarem efetivamente à extensão.

De acordo com o entrevistado 05, há também uma cobrança maior aos professores para que apresentem resultados oriundos do ensino e da pesquisa, uma vez que os critérios de avaliação institucional demandam destes eixos maiores resultados, de forma que afetam diretamente os indicadores de qualidade da instituição. Estes indicadores podem ser exemplificados a partir do IGC (Índice Geral de Cursos), avaliação promovida pelo MEC, e pela Avaliação CAPES, promovida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, utilizados, respectivamente, para avaliar os cursos de graduação e pós-graduação.

Apesar destes descompassos, alguns dos entrevistados ressaltaram que a UFBA também tem se esforçado para promover esta conexão entre os eixos pesquisa, ensino e extensão. De acordo com os entrevistados 02, 03, 06 e 07, um exemplo disso foi a criação da ACCS (Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade). Isso, pois ao se falar de complementariedade de eixos ou de crescimento da extensão, estes entrevistados citavam o exemplo da ACCS e associavam esta ação com as seguintes expressões: “inovação”, “legado da UFBA”, “experiência inovadora”, “rica experiência”, “articulação entre ensino, pesquisa e extensão”, “integração de eixos”.

A UFBA criou este tipo de atividade como forma de curricularizar a extensão, de modo a proporcionar aos alunos a experiência da extensão no mesmo momento em que está cumprindo uma disciplina. Ela acontece no formato de disciplina, porém, se distingue das

disciplinas tradicionais devido a sua transdisciplinaridade e possibilidade de o professor proponente executá-la na própria comunidade, na procura de alternativas para enfrentamento de problemas sociais (UFBA, 2019).

O Entrevistado 03 afirma que apesar de ser subvalorizada dentro da universidade, as ACCS's consistem em um grande avanço da universidade na articulação dos eixos, pois além de possibilitar a articulação de um projeto de extensão com uma disciplina, é possível também envolver projetos de pesquisa dentro desta disciplina.

Diante das considerações realizadas pelos entrevistados, pode-se observar que a relação pesquisa, ensino e extensão, de fato, não é articulada de maneira uniforme dentro da universidade, principalmente no que se refere às práticas avaliativas, havendo, desta forma, uma desvalorização das práticas extensionistas.

Esta desvalorização, conforme aponta Frota (2017), está associada ao fato de que a atividade extensionista, se comparada com o ensino e a pesquisa, é uma prática ainda recente nas universidades brasileiras, deste modo, trata-se de um eixo que além de receber menos investimentos financeiros, também recebe menos tempo e menos importância nas estruturas burocráticas da universidade.

Entretanto, conforme afirma Paula (2013), as dificuldades de compreensão e implementação da extensão universitária não apenas se dão em virtude deste eixo ser um dos últimos a ser implantado nas universidades, mas também por conta do seu maior nível de complexidade, uma vez que a atividade extensionista possui uma natureza interdisciplinar e na qual acontece, em grande medida, fora das salas e aulas e laboratórios. Trata-se de um eixo que absorve um grande campo de atuação, na qual necessita dar conta de demandas de um público amplo e diverso.

No que se refere à questão da complementariedade de eixos, Castro (2004), Incrocci e Andrade (2018) afirmam que, apesar de existir a obrigatoriedade de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, condição esta estabelecida pela Constituição Federal

de 1988, as estruturas gerais das universidades brasileiras não permitem de fato a sua consolidação.

Nesse sentido, Castro (2004) afirma que a questão da indissociabilidade não passa de mera formalidade dentro da realidade universitária, e isso se dá, pois não se discute sua operacionalidade na gestão das IES, ou seja, não são debatidas e nem implementadas estratégias metodológicas que coloquem o referido princípio em prática. Trata-se de um princípio normatizado e muito difundido nos discursos dos atores universitários, entretanto, pouco compreendido e praticado pela comunidade acadêmica.

5.2 PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO DA EXTENSÃO E SUA AVALIAÇÃO

Esta categoria nos indica quais são as expectativas dos entrevistados com relação ao desenvolvimento da extensão e a criação de instrumentos para sua avaliação. Sua análise demonstra um certo otimismo com relação ao crescimento e fortalecimento deste eixo na universidade, entretanto, também se percebe certa preocupação com relação aos rumos que a atual política de governo vem destinando à universidade pública, sobretudo nos últimos dois anos.

Para os entrevistados 03, 05, 08 e 09 há uma evidente perspectiva de crescimento da extensão dentro da universidade. Nesse sentido, acreditam que isso influenciará a gestão das instituições de ensino para que criem instrumentos de avaliação para extensão. Este crescimento está atrelado ao estabelecimento das novas normas divulgadas pelo MEC e pela CAPES, no que se referem, respectivamente, à extensão universitária e avaliação dos programas de pós-graduação.

Para o Entrevistado 05, o estabelecimento das novas diretrizes nacionais sobre educação superior divulgadas recentemente pelo MEC, referente à curricularização da extensão nos cursos de graduação, ajudarão a extensão se fortalecer dentro das universidades, uma vez que os cursos serão obrigados incluir em suas grades curriculares um percentual mínimo de atividades de extensão:

Com o estabelecimento das diretrizes nacionais para a curricularização da extensão no nível superior, acredito que possamos ter como perspectiva um crescimento das atividades relacionadas a extensão, por exemplo. Isso se dará de forma gradativa, claro, mas no avançar dos anos a perspectiva é que haja um crescimento exponencial dessas atividades (Informação verbal).¹¹

O entrevistado se refere à Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, na qual estabelece as diretrizes para extensão no ensino superior. Nesta resolução são normatizados os deveres da IES com relação à inclusão da extensão em seus projetos pedagógicos, na qual inclui a obrigatoriedade da reserva de no mínimo 10% (dez por cento) da carga horária dos cursos de graduação para atividades de extensão, bem como a sujeição da extensão a uma contínua avaliação (BRASIL, 2018).

Para os entrevistados 03, 08 e 09 também está acontecendo atualmente uma maior aproximação da pesquisa com a extensão, principalmente quando se fala da inserção das produções técnicas, tecnológicas e de impacto dentro dos programas de pós-graduação. A princípio, esta aproximação já vinha acontecendo devido à expansão dos programas de pós-graduação profissionais, uma vez que há nestes programas um grande incentivo para que a pesquisa se debruce sobre a realidade fática de alguma instituição ou comunidade, de modo que os frutos desta pesquisa sejam transformados em produtos que gerem impacto naquela realidade.

Para o entrevistado 03, estes produtos estão diretamente relacionados com a prática extensionista, uma vez que a produção técnica geralmente é fruto das ações de extensão:

Sobre a importância de se fazer pesquisa e extensão simultaneamente, há também o próprio desenvolvimento dos chamados programas de pós-graduação profissionais, né? Já que o mestrado profissional vai conferir à produção técnica uma importância que até então ela não era vista e a produção técnica comumente é fruto de atividade extensionista, então começa haver uma revalorização da extensão (informação verbal).¹²

¹¹ Professor extensionista 05, abr. 2020.

¹² Professor extensionista 03, mar. 2020.

Nesse sentido, o entrevistado traz à discussão a questão da inserção das produções técnicas e tecnológicas dentro das atuais métricas de avaliação dos programas de pós-graduação, sejam profissionais ou acadêmicos.

Ainda de acordo com o Entrevistado 03, que vem acompanhando o recente debate nacional sobre as modificações dos parâmetros de avaliação da CAPES, tais mudanças farão com que as chamadas dimensões de impacto passem a ter grande relevância em relação à dimensão da produção científica, impactando aquilo que atualmente qualifica a produção científica, de forma a dar um maior grau de importância àquilo que é produzido pela extensão. Nesse sentido, o entrevistado ainda salienta:

Essa preocupação em se discutir o impacto atualmente é algo que de certa forma vai acabar incluindo, né, e absorvendo tudo que diz respeito à produção de técnica/tecnológica e portanto concernindo a questão da extensão (Informação verbal).¹³

Ou seja, a extensão, por ser muito íntima das questões relacionadas a produtos de impacto, terá a possibilidade de se incorporar ainda mais à pesquisa, possibilitando, desta forma, uma maior valorização de seus produtos.

De acordo com os entrevistados 08 e 09, a questão das novas métricas de avaliação é um assunto muito importante para os programas de pós-graduação, uma vez que está diretamente ligada à pontuação dos programas, por isso já se discute na universidade formas de se atender a estas novas exigências da CAPES. Segundo conta o entrevistado 08, uma das questões levantadas nas reuniões de colegiado do seu Programa de Pós-graduação tem sido as futuras articulações de projetos de pesquisa com projetos de extensão, nesse sentido, conta:

Além de fazer extensão, faço também pesquisa e faço parte do colegiado do Programa de Pós-Graduação, durante as últimas reuniões de planejamento, temos falado bastante sobre as mudanças da avaliação que a Capes está preparando para o próximo quadriênio. Estamos agora discutindo articulações dos projetos de pesquisa com um viés também

¹³ Professor extensionista 03, mar. 2020

voltado pra extensão, por conta dessa questão da dimensão tecnológica e de impacto (Informação verbal)¹⁴.

Com isso, pode-se notar que, diante das mudanças legais referentes às métricas de avaliação da pós-graduação e da própria obrigatoriedade da inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação, está ocorrendo dentro dos níveis de planejamento da universidade um movimento de inclusão da extensão nos demais eixos de produção de conhecimento da universidade.

Incrocci e Andrade (2018), ao discutir sobre a temática, afirmam que o fortalecimento da extensão no campo científico envolve a instituição de normas e mecanismos que qualifiquem a extensão como capital válido. Para os autores, apesar dos impasses e batalhas que acontecem no campo de desenvolvimento científico, a extensão universitária vem conseguindo estabelecer seu espaço, como exemplo prático disso, citam o aumento significativo de investimentos que desde 2008 a extensão vem recebendo dentro da política universitária. Isso além de gerar seu maior reconhecimento no domínio do campo científico, tem também possibilitado uma maior inclusão da comunidade dentro da realidade universitária.

Por outro lado, apesar das novas exigências que a CAPES e o MEC vêm tomando com relação às produções de impacto e às atividades de extensão, por, conseqüentemente, aproximar a extensão do ensino e da pesquisa, de forma a valorizar e dar mais importância aos produtos da extensão, alguns dos entrevistados também relatam fatores políticos negativos que podem interferir no crescimento da extensão, a exemplo da crise financeira e orçamentária que a universidade vem enfrentando, devido os cortes e bloqueios que o governo federal tem realizado no orçamento das universidades federais.

Os entrevistados 01, 05 e 07, apesar de acreditarem no crescimento da extensão nos próximos anos, temem as conseqüências da crise financeira que a UFBA vem enfrentando atualmente. Para o Entrevistado 07, as universidades federais “vêm sofrendo uma política de asfixiamento fruto do negacionismo científico e autoritarismo do atual

¹⁴ Professor extensionista 08, jul. 2020.

governo”(informação verbal)¹⁵, Por isso, apesar dos esforços empenhados, tal política tende a enfraquecer todos os eixos da universidade, inclusive o desenvolvimento das atividades de extensão.

De acordo com Britto (2017), os atuais ataques à autonomia da universidade vêm ocorrendo por meio dos cortes orçamentários e das ameaças de cunho conservador. Tais ataques têm por missão a dissolução dos espaços de interação da universidade com a sociedade, com o objetivo de isolar a universidade em seus próprios muros. De acordo com a autora, o resultado desse processo é o aniquilamento das relações de cidadania entre universidade e comunidade, com o intuito estratégico de ocasionar a repulsão da sociedade perante a universidade pública. Isso tende a ir contra a uma das principais missões da extensão universitária, que é o diálogo e a construção do conhecimento a partir da interação entre universidade e sociedade, com vistas ao enfrentamento de problemas sociais.

Deste modo, cabe neste momento de crise, que a extensão universitária se articule e reafirme o seu papel social perante a sociedade, de modo a ampliar suas pontes de comunicação com a sociedade (BRITTO, 2017). Tal processo de reafirmação requer uma mobilização na qual a extensão se solidifique, garantindo não somente a efetividade e publicidade de suas ações, mas também estratégias que demonstrem que a universidade pública pertence à sociedade. Por sua vez, a avaliação possibilitará o melhoramento dos processos de desenvolvimento da extensão e, conseqüentemente, seu fortalecimento dentro universidade, caracterizando-se, portanto, como um importante mecanismo de fortalecimento da extensão e de sua relação com a comunidade.

5.3 IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PARA EXTENSÃO

¹⁵ Professor extensionista 07, jul. 2020.

Esta categoria é fruto das reflexões dos entrevistados sobre o que é avaliação e o que a sua falta implica à extensão universitária. De um modo geral, há um consenso sobre a importância da avaliação, sobretudo no que diz respeito às funções de: i) proporcionar a criação de parâmetros e com isso melhorar o direcionamento das práticas extensionistas; ii) melhorar a publicidade e transparência do que é realizado e iii) requalificar a própria extensão. Quanto aos prejuízos da ausência de um processo de avaliação, são citados: i) o subaproveitamento da extensão; ii) fragilidade da política extensionista; iii) falta de comprometimento dos extensionistas.

Dentre as palavras e frases mais relatadas pelos entrevistados em suas falas nesta categoria, podemos citar: “criação de indicadores”, “parâmetros”, “critérios”, “fortalecimento das atividades”, “requalificação dos projetos”, “autorreflexão”, “processo de aperfeiçoamento”, “multiplicidades de atividades de extensão”, “visibilidade para extensão”, “acompanhamento das atividades”, “aprimoramento da extensão”, “complexidade da avaliação”, “dimensões de avaliação”, “falta de parâmetros”, “política extensionista”. Isso reflete certa preocupação dos entrevistados com o âmbito avaliativo das atividades de extensão.

O Entrevistado 03 ressalta que, em um sentido amplo, a avaliação cumpre um papel muito importante que é o de refletir sobre si e sobre aquilo que se faz, pois: “qualquer grupo e instituição deve ter a capacidade de autorreflexão, então serve para extensão. Por isso, a capacidade de refletir sobre o que se faz, para melhorar a qualidade da extensão que se realiza é fundamental, central” (informação verbal)¹⁶. Desta forma, é evidenciada a possibilidade que a avaliação proporciona ao extensionista, no sentido de poder realizar a autorreflexão, ou seja, rever e aprimorar aquilo que está sendo realizado.

De acordo com os entrevistados 03 e 04, a avaliação é indispensável nos processos de desenvolvimento da extensão, uma vez que possibilita a criação de parâmetros e critérios de acompanhamento que requalificam a construção do próprio modo de fazer extensão,

¹⁶ Professor extensionista 03, mar. 2020.

ou seja, permite que o extensionista reveja o seu modo de fazer extensão e que desenvolva melhores práticas.

De acordo com o entrevistado 08, a avaliação proporcionaria “um olhar mais criterioso pro fazer extensão, pois o extensionista terá que cumprir determinados parâmetros durante a execução da atividade, parâmetros estes que serão analisados depois se foram cumpridos” (informação verbal)¹⁷. Para tanto, ressalta para necessidade de a universidade definir bem os parâmetros que pretende usar, de modo que leve em conta as várias formas de se fazer extensão.

De acordo com o Entrevistado 01, há muito desconhecimento na universidade com relação aos programas e projetos executados, pois grande parte da comunidade universitária sequer sabe que existem e como funcionam. Desta maneira, ressalta que aquilo que se passa por crivos da avaliação, de um modo geral, está mais propenso a sobressair, logo, um instrumento de avaliação proporcionaria uma maior visibilidade ao que é produzido, de forma a dar um maior destaque aos programas e projetos bem avaliados.

De acordo com o Entrevistado 05, a falta de um método de avaliação tem impactado diretamente o crescimento e a visibilidade da extensão, uma vez que a falta de critérios e indicadores definidos que indiquem sobre em que se deve investir e se aprimorar, acaba gerando um certo estacionamento ou até regressão no desenvolvimento da extensão. De igual modo, a falta de instrumentos avaliativos também contribui, de certa forma, com o anonimato de relevantes programas e projetos, uma vez que a avaliação também tem a função de destacar/dar visibilidade às atividades bem avaliadas.

Nesse sentido, o Entrevistado 09 ressalta sobre a importância da transparência dos resultados das ações de extensão, uma vez que é utilizado dinheiro público para sua produção. Para tanto, salienta sobre a necessidade de criação de parâmetros e critérios sobre a publicação desses dados, de forma que demonstre a quem a extensão está

¹⁷ Professor extensionista 08, jul. 2020

alcançando e como está alcançando. Não devendo a publicação dos dados ficar adstrita à indicação de número de participantes e certificados emitidos.

Para o Entrevistado 03, a falta da avaliação além de gerar o subaproveitamento da extensão, também acaba tornando sua política “frágil e inconsistente” (informação verbal)¹⁸, uma vez que a falta de parâmetros e critérios na política acaba fazendo com que os professores desenvolvam e avaliem suas atividades do seu próprio jeito, e isso, conseqüentemente, acaba diminuindo a comunicação e o intercâmbio dentro da comunidade extensionista. Desta forma, uma política inconsistente que não cria consensos e unidades dentro de uma comunidade acaba afastando as atividades e os próprios atores extensionistas uns dos outros.

Para o Entrevistado 05, a avaliação levanta informações que auxiliam na adoção de políticas para fortalecimento da extensão. De modo que a ausência do mecanismo de avaliação colabora com a desvalorização e empobrecimento da própria política de extensão.

Ademais, o Entrevistado 02 ressalta que a falta de um método avaliativo fixo também acaba atraindo extensionistas que não são comprometidos com a extensão, que apenas fazem por fazer, sem muitos critérios. Segundo conta o entrevistado, isso acarreta o fazer extensão de qualquer maneira, sem critérios definidos, pois: “o profissional passa a fazer essa atividade, também, sem muito compromisso, onde muitos dizem que fazem apenas para constar que está se fazendo extensão para a universidade” (informação verbal)¹⁹.

Desta forma, os entrevistados reforçam os benefícios da avaliação já apontados por estudiosos da temática, como Ala Harja (2000), Castanhar (2003), Serapione (2016), no sentido de que a prática avaliativa é um importante mecanismo de gestão para auxílio na criação de parâmetros para direcionamento das decisões administrativas, bem como instrumento capaz de gerar informações úteis para publicidade e transparência de gestão da extensão. Deste modo, acaba possibilitando a requalificação das práticas realizadas,

¹⁸ Professor extensionista 03, mar. 2020

¹⁹ Gestor Proext 02, mar. 2020

ao passo que a extensão terá a possibilidade de se reinventar, criando novas maneiras de se tornar mais sustentável e transparente.

Além disso, colaboram com a visão de Kienetz (2018), no sentido de que a avaliação é capaz de gerar um melhor aproveitamento das práticas extensionistas, na medida que é capaz de possibilitar o desenvolvimento de práticas com um maior grau de efetividade, já que os gestores e os próprios extensionistas terão a possibilidade de ter uma visão mais ampla sobre o processo de realização da atividade.

E também colaboram com o entendimento de Santos e Meirelles (2013), no sentido de que a avaliação, enquanto mecanismo político de atuação, proporciona um maior fortalecimento da extensão, uma vez que, além de gerar um maior valor e importância social, proporciona critérios que instigam os extensionistas a melhorarem suas práticas de forma coletiva.

.

5.4 REALIDADE DA EXTENSÃO NA UFBA

Esta quarta categoria de análise foi extraída das falas dos gestores da PROEXT/UFBA (entrevistados 01 e 02), em especial do Entrevistado 01, que trabalha diretamente com os registros das atividades de extensão. Estes dados evidenciam aspectos da gestão no que se refere ao desenvolvimento da extensão na universidade. Deste modo, revelam as principais dificuldades relacionadas à organização e ao desenvolvimento das atividades extensionistas. Nesta análise, podemos dividir as dificuldades relatadas em duas principais partes: i) mobilização dos atores e ii) aspectos estruturais.

O aspecto referente à mobilização dos atores diz respeito à falta de conhecimento da comunidade acadêmica sobre o que efetivamente a extensão faz e como funciona, ou seja, refere-se à educação sobre a extensão na universidade. Para os entrevistados, ainda tem-se um grande número de docentes, técnicos e colaboradores que ainda não sabe o verdadeiro significado da extensão universitária, de modo que ainda desconhecem as possibilidades que a extensão proporciona.

Para o Entrevistado 01, a atual gestão ainda se vê na necessidade de desempenhar um trabalho de base, referente à mobilização de atores para educação sobre o que é a extensão universitária. Nesse mesmo sentido, o Entrevistado 02 relata que: "a UFBA ainda tem um quadro de docentes e discentes, bem como um corpo técnico de funcionários, que ainda desconhece o significado da verdadeira atividade da extensão universitária"(informação verbal)²⁰.

Desta forma, o entrevistado 01 relata que a PROEXT ainda está em um processo de construção, adaptação e melhoramento da extensão, uma vez que tem enxergado nas diversas sucessões de gestões da Pró-Reitoria, a consolidação de etapas muito importantes para construção da extensão na universidade. E, apesar dos avanços alcançados por esta e demais gestões, o mesmo julga que a tendência é de que se continue dando enfoque nas ações de educação da extensão.

Ainda segundo o entrevistado, a próxima etapa provavelmente será a mobilização da PROEXT pela inserção da avaliação dos processos da extensão, entretanto, pelo fato da universidade ser muito grande e os gestores ainda estarem focados nesse trabalho de base (de educação sobre o papel da extensão), a implantação deste tipo de avaliação não é um objetivo imediato:

Desde que eu entrei aqui nós... já passei por três Pró-reitoras, cada uma com um perfil e o que eu observo é uma evolução. No primeiro caso, que como a Resolução era bem nova, o que acontece é que o interessante era que as pessoas colocassem as atividades no sistema. A segunda já teve uma melhor forma de é... filtrar. E agora, a atual Pró-reitora, ela vem fazendo um trabalho básico de, vamos assim dizer, educacional, pra que as pessoas entendam efetivamente o que é a extensão e como a Universidade entende essa extensão. Acredito que talvez os próximos passos, possam vir a ser com base nessa... nesse instrumento que você pensa. Porém, não sei se isso vai ficar a cargo da pró-reitoria, porque... a Universidade inteira é muito grande. Atualmente a gente "tá" com alguns núcleos que estão mais ativos, inclusive, por conta desse trabalho da Pró-reitora em fazer divulgação sobre a extensão (informação verbal).²¹

²⁰ Gestor Proext 01, mar. 2020.

²¹ Gestor Proext 01, mar. 2020.

Desta forma, nota-se que, apesar da avaliação ser considerada importante na gestão do desenvolvimento da extensão na universidade, ela ainda não é colocada como prioridade dentro da instituição, tendo em vista que a gestão ainda está concentrada no trabalho de base referente a incorporação da extensão na universidade.

Além da referida necessidade da gestão, referente à priorização de esforços ainda nesse trabalho base de divulgação da extensão e conseqüentemente, mobilização dos atores, também foram encontrados outros fatores que dificultam a construção do processo de avaliação da extensão na universidade. Estes outros fatores, conforme classificamos acima, referem-se aos aspectos estruturais.

Estes aspectos estruturais dizem respeito às dificuldades técnicas/administrativas enfrentadas principalmente pelo setor de registro das atividades. Dentre estas dificuldades, podemos citar: i) ausência da avaliação na gestão estratégica da PROEXT; ii) defasagem do sistema de registros, iii) capacitação de servidores, iv) quadro de técnico-administrativo pequeno e v) defasagem das legislações.

5.4.1 Gestão estratégica e avaliação

Ao ser questionado aos gestores entrevistados sobre como tem ocorrido a inserção da avaliação da extensão universitária na gestão estratégica da Pró-Reitoria, o Entrevistado 01 respondeu não saber responder a questão. Já o entrevistado 02 respondeu que nas reuniões de planejamento da unidade são pontuadas questões relacionadas à avaliação das propostas submetidas aos editais de fomento, entretanto, não são discutidas ainda questões referentes à avaliação referente ao desenvolvimento das atividades. Desta forma, percebe-se que falta à Pró-Reitoria a inclusão da dimensão avaliativa em sua gestão estratégica, sendo, portanto, algo que merece a urgente atenção da unidade.

5.4.2 Defasagem do sistema de registros

O atual sistema de registros de atividades de extensão utilizado pela universidade, denominado SIATEX (Sistema de Registro e Acompanhamento de Atividades de Extensão), foi implantado em 2008 e atualmente cumpre o papel de receber as propostas de atividades elaboradas pelos professores e técnicos extensionistas, para que a PROEXT avalie se estão de acordo às exigências dos editais que estas propostas concorrem. Serve de controle das atividades de outras extensões realizadas, ainda que as propostas destas extensões não estejam vinculadas a editais. E, dentre outras funcionalidades, serve de controle para emissão de certificados (UFBA, 2016).

Apesar de ser um sistema central e de grande importância na gestão das propostas de extensão, os entrevistados relatam que este sistema além de possuir muitas limitações e falhas, faz parte de uma plataforma antiga que recorrentemente precisa de adaptações e manutenções para que possa atender as necessidades do setor. Entretanto, após as atualizações e manutenções deste sistema, é frequente que outras funcionalidades suas sofram interferências prejudiciais. Nesse sentido, o Entrevistado 01 relata:

Porque a cada vez que a gente mexe no sistema antigo, pra fazer alguma atualização, a gente não sabe em que aquilo vai impactar. Então... a gente nota muito isso no SIATEX, se a gente quer buscar determinada informação e implementa "tal coisa" no sistema, a gente só vai ver o impacto disso, às vezes, "ah, dá um erro lá na frente"(informação verbal)²².

Deste modo, segundo o Entrevistado 01, há ocasiões que as falhas deste sistema geram dúvidas com relação à própria informação coletada, os técnicos ficam sem saber se a informação que está colocada lá é a mesma que foi registrada:

Então, o sistema SIATEX, ele, apesar de todos os nossos esforços, ele é falho na produção de dados pra gente. Então a depender da maneira como esse dado é coletado, até na própria STI, pode ter diferença. E isso causa um transtorno pra gente aqui no sentido de que a gente não tem certeza se aquela informação que a gente "tá" obtendo dos dados é verdadeira, entendeu?(informação verbal).²³

²² Gestor Proext 01, mar. 2020.

²³ Gestor Proext 01, mar. 2020.

Além disso, o entrevistado 01 relata sobre a falta de comunicação do atual sistema com os outros sistemas da universidade, de modo que isso acaba gerando um retrabalho por parte da equipe administrativa, uma vez que é necessário completar as lacunas do SIATEX com informações de outros canais. Isso faz com que os técnicos tenham que realizar um retrabalho, ou seja, fazer manualmente o trabalho que o próprio sistema deveria realizar:

Nós temos outros sistemas que trabalham com a parte de editais, né.. O meu, o SIATEX é o básico, mas pra uma pessoa concorrer a um edital ela tem que se inscrever em outro sistema, que não conversa com o SIATEX. E, principalmente quando a gente tem que fazer levantamento de dados de atividades de editais, o sistema deveria dar uma planilha com alguns dados, e ele não faz isso. E pra solicitar que seja implementada essa funcionalidade no sistema existe todo um caminho. Ou seja, tem que entrar em contato com a CI pra eles lá alocarem uma pessoa pra mexer na engenharia, pra poder... Então, isso, às vezes, não acontece e a gente fica sem o dado ou tem que fazer isso manualmente, o que é meio louco, né. "Cê" acessa o sistema pra ir de atividade em atividade pra contar na mão, então... às vezes, retrabalho (Informação verbal)²⁴

Esta situação acaba gerando diversas dificuldades na publicação dos dados, uma vez que, para serem finalizados, além do retrabalho, todo o processo de levantamento e cruzamento de dados acabam requerendo mais tempo, já que o sistema não disponibiliza as informações que deveria disponibilizar.

De acordo com os entrevistados 01 e 02, atualmente a PROEXT aguarda a implantação de um novo sistema para gerenciamento das atividades de extensão. Este novo sistema faz parte da aquisição da UFBA de um conjunto de módulos de gestão acadêmica. Alguns destes módulos a exemplo do SIGRG (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos), SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos) já foram implantados, porém, ainda não há previsão de quando o módulo de extensão será disponibilizado.

²⁴ Gestor Proext 01, mar. 2020.

Outro problema também enfrentado pela Pró-reitoria que envolve a questão da mobilização dos professores e utilização do SIATEX é o fato de ser muito recorrente na universidade a realização da extensão pelos professores sem que registrem a atividade no sistema SIATEX, de modo que tem ocasionado o sub-registro perante a Pró-Reitoria sobre as ações de extensão que são desenvolvidas na Universidade.

Segundo o Entrevistado 01, há anos que o número de registros de atividades é bem maior que outros anos, porém, a gestão fica sem saber se realmente houve naquele ano um maior número de pessoas realizando extensão ou simplesmente foi um ano em que os professores realizaram mais registros no sistema. Esta informação responde aos questionamentos realizados na parte de análise documental deste trabalho, onde foram analisados os documentos que revelam os números de registros de ações e certificados emitidos pela PROEXT entre os anos de 2014 e 2018, na qual, de fato, foram verificados que em alguns anos o número de registros de ações e certificados emitidos são bem superiores se comparado com outros anos.

Desta forma, há de se salientar que a falta desses registros além de ser muito prejudicial à transparência da universidade, que fica sem ter o controle exato das atividades de extensão que são realizadas na universidade, também impede que estas extensões sejam certificadas pela unidade competente, no caso, a PROEXT.

5.4.3 Quadro de técnicos-administrativos pequeno

Segundo os entrevistados 01 e 02, a PROEXT também conta com um quadro de técnicos enxuto. Por conta disso e da grande demanda de serviços, a equipe acaba ficando sobrecarregada, o que acaba gerando maiores óbices à implantação de um processo de avaliação das atividades em andamento. O setor de registro, por exemplo, é composto por apenas dois técnicos administrativos.

5.4.4 Capacitação de servidores

Quanto à questão da capacitação, foi informado que eventualmente são oferecidos cursos aos servidores da unidade, quando há a necessidade de capacitação. De modo que a PROEXT solicita o curso à PRODEP (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas) para que o ofereça. Entretanto, segundo foi relatado, até o momento não foram disponibilizados cursos para capacitação de avaliação em extensão.

5.4.5 Defasagem das legislações

O Entrevistado 01 também ressalta sobre a deficiência de legislações relacionadas à extensão, uma vez que a Resolução 02/2012 do CAPEX/UFBA, foi o primeiro instrumento legal a orientar sobre extensão dentro da universidade, de modo que foi criada de forma tardia e mesmo assim deixou algumas lacunas para a gestão, principalmente com relação aos prazos.

Os referidos aspectos relatados na pesquisa: i) ausência da avaliação na gestão estratégica da PROEXT; ii) defasagem do sistema de registros, iii) ausência de capacitação de servidores, iv) quadro de técnico-administrativo pequeno e v) defasagem das legislações, são deficiências administrativas que também se fazem presentes na gestão das atividades de extensão de outras universidades públicas, conforme apontam os autores Kienetz (2018), Fraga (2017) e Serrano e Meirelles (2013) em suas respectivas pesquisas.

Para Serrano e Meirelles (2013), é comum ser diagnosticado dentro da gestão das universidades brasileiras, alguns fatores que dificultam o processo de avaliação da extensão, tais como: falta de recursos humanos, falta de recursos financeiros, falta de vontade política, precariedade das formas de registro, ausência de identificação do público beneficiado, bem como a falta de capacitação técnica sobre avaliação aos servidores das Pró-Reitorias. Tais impedimentos impossibilitam não somente o registro e acompanhamento das ações ao longo do tempo, mas a própria noção técnica de como se

deve proceder para que seja realizada a avaliação, uma vez que a maioria das pessoas não sabem como avaliar.

Já Fraga (2017), relata que dentre os motivos que causam ineficiência e ineficácia na gestão das atividades de extensão universitária, pode-se citar: a falta de recursos financeiros, a ausência de planejamento ou planejamento mal realizado, disfunções burocráticas, bem como a falta de articulação entre as instâncias superiores da universidade. Tais motivos impedem o desenvolvimento eficiente e eficaz da extensão, bem como a sua correta avaliação.

Nesse sentido, Kienetz (2018) também argumenta em sua pesquisa que, dentre outros motivos, a avaliação da extensão universitária é impedida de ser realizada devido à falta de sistemas de registros adequados, a falta de capacitação técnica aos servidores atuantes na área, a falta de mão de obra, a falta de controle e manejo das informações coletadas, bem como a falta de um planejamento adequado que atenda as diversas dimensões da extensão.

Para Kienetz (2018), ainda, é necessário que a universidade comece a repensar sobre suas práticas administrativas de modo a se preparar para as perspectivas de crescimento da extensão universitária, uma vez que a extensão, por se figurar como um importante mecanismo de comunicação entre universidade e sociedade, tende a ser cada vez mais valorizada. Como reflexo prático dessa valorização, cita a determinação do MEC referente a inclusão das práticas de extensão em pelo menos 10% da carga horária dos cursos de graduação.

Outrossim, diante das dificuldades técnicas supracitadas pelos entrevistados da presente pesquisa, nota-se que os aspectos estruturais apontados necessitam ser revistos e ajustados para que se possa criar condições favoráveis à construção de um mecanismo de avaliação, principalmente no que se diz respeito à modernização dos sistemas de registros, uma vez que, se trata do principal canal de registro e comunicação entre os coordenadores extensionistas e a Pró-Reitoria.

Esta necessidade já vem sendo apontada pelo FORPROEX (2012) desde a divulgação do seu Plano Nacional de Extensão Universitária, na qual cita como um dos desafios da extensão das universidades brasileiras a atualização dos seus sistemas de informação, de modo a superar a prática de registros isolados de informações e conseqüentemente melhorar a qualidade das informações coletadas.

De acordo com Cunha e Guimarães (2013), o sistema informações é uma importante ferramenta que auxilia a gestão com o registro das atividades propostas. Desta forma, cumpre três funções básicas: registrar os dados da ação de extensão proposta; realizar o processamento dos dados cadastrados, de modo a transformá-los em informações úteis, a partir dos processos de cruzamento, estruturação e análise dos dados; e por fim, a entrega final da informação, a partir de relatórios e apresentações gráficas.

Ainda de acordo com Cunha e Guimarães (2013), o sistema de informações é indispensável para estruturação do sistema de monitoramento e avaliação, pois é a partir de seus recursos que a Pró-reitoria consegue acompanhar e analisar a dinâmica das atividades de extensão na universidade.

Nesse sentido, conforme explicita Santos e Meirelles (2013), durante a construção de um processo de avaliação da extensão, a universidade pode contar com duas possibilidades: i) criar seu processo de avaliação a partir de um sistema de registros já existente; ou ii) primeiramente projetar seu processo de avaliação, e a partir disso, criar um sistema de registros que contemple os objetivos definidos nesta avaliação.

Na primeira hipótese, a avaliação deverá se adequar ao atual sistema de registros e às informações disponíveis, de modo que estará limitada tanto em termos de quantidade, quanto em termos de qualidade de informações, ao passo que a avaliação provavelmente não alcançará os objetivos pretendidos no seu planejamento. A segunda hipótese, entretanto, permitirá que o processo de avaliação proposto possa moldar o sistema de registros a ser implantado, de forma que poderá indicar quais informações deverá coletar. Para os autores, a segunda opção é a mais indicada, uma vez que permite projetar um

sistema de registros que de fato consigo gerar informações úteis para a aferição do impacto e da efetividade das ações de extensão (MEIRELES; SERRANO, 2013).

Desta forma, considerando as atuais dificuldades e lacunas relatadas sobre o SIATEX, é indicado que a UFBA defina antes como será seu processo de avaliação de extensão, para que depois possa formular o seu novo sistema de registro de atividades, conforme os objetivos propostos no seu processo de avaliação.

Destaca-se também a importância da mobilização dos atores extensionistas, uma vez que esta falta de mobilização além de acarretar o desconhecimento da comunidade acadêmica sobre o que é e como funciona a extensão universitária, também ocasiona a falta de controle da PROEXT com relação às práticas de extensão desenvolvidas e que não passam pelos editais de fomento. Estas ações que não são registradas além de deixar de fazer parte da prestação de contas da universidade, não aparecendo nos relatórios anuais da universidade, ocasionarão dificuldades aos gestores quando forem realizar a avaliação das ações concluídas

Por fim, a questão da mobilização dos atores universitários perpassa também por uma questão já discutida anteriormente: a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Visto que, conforme indicado pelos entrevistados 03 e 08, bem como esclarecido por Castro (2004), grande parte da comunidade acadêmica não sabe como o princípio da indissociabilidade pode ser instrumentalizado. Deste modo, a mobilização dos atores cumpre a tarefa de também ensinar como se promove esta interação.

5.5 EXTENSÃO, COMUNIDADE E SOCIEDADE

Esta categoria revela como acontece o processo de comunicação da extensão com a comunidade, seja com relação à divulgação das atividades propostas, ou com relação à divulgação dos produtos/resultados obtidos com tais atividades. Nesse sentido, são apontadas falhas e sugestões para o aprimoramento da comunicação.

De acordo com o entrevistado 01, há um setor dentro da Pró-Reitoria que realiza a divulgação das atividades, de modo que as ações que são divulgadas são apenas aquelas registradas no SIATEX. Os principais canais de divulgação são: o *site* da PROEXT, a página do Facebook®, a lista de *e-mail* “todos” (atualmente este meio é utilizado com pouca frequência) e eventualmente, quando o professor solicita com antecedência, os *outdoors* da UFBA.

Ainda de acordo com o Entrevistado 01, este atual modelo de divulgação não é o ideal, uma vez que frequentemente ocorrem falhas de comunicação entre o setor de publicação e os coordenadores das atividades. Dentre as falhas mais recorrentes, é citado: o fato de que muitos coordenadores não enviam as informações para divulgação da atividade, sendo que eles mesmos divulgam por seus próprios canais; ocorrerem ocasiões em que são divulgadas informações com locais e datas desatualizadas, uma vez que os coordenadores das atividades alteram a programação da extensão e não informam a PROEXT; que, no geral, são poucas as atividades que são divulgadas pelos canais da PROEXT; e que os canais de divulgação não são amplos como deveriam ser, poucas pessoas acessam.

Para o Entrevistado 01, o canal ideal de publicação destas informações seria por meio de uma plataforma de dados abertos, no qual alcançaria um número maior de pessoas, bem como haveria uma maior facilidade de atualização das informações das ações. De igual modo, há a necessidade de um sistema de registros que melhor auxilie no suporte de divulgação das informações.

Para o Entrevistado 02, é essencial que a universidade também crie um canal de diálogo direto com o público-alvo que recebe os serviços das ações. As comunidades que recebem os extensionistas geralmente não têm acesso aos canais formais de publicidade das atividades, por isso é necessário que ocorram visitas *in loco* para que as informações sejam divulgadas verbalmente, seja diretamente com a população ou por meio de associações, sindicatos, ou outra organização pertencente àquela comunidade.

No que se refere à participação de profissionais externos e da comunidade nas ações de extensão promovidas pela universidade, os entrevistados 03, 04, 05, 06, 07 e 08 revelam que observam uma efetiva presença destes sujeitos nas ações que se envolveram. Entretanto, o Entrevistado 03 revela que nem todas as ações de extensão acontecem esta efetiva participação externa:

Porem isso não ocorre com todos, vai depender da maneira como as pessoas estão fazendo extensão, por exemplo tem um tipo de atividade de extensão que é mera transferência tecnológica, então as vezes você pode fazer transferência tecnológica, a partir da ideia de que o sujeito que recebe, é um sujeito passivo, está lá só pra receber. Isso é uma concepção que criticamos, porém ela é real, existe. Tem gente que trabalha assim. Então depende do tipo de extensão que é feita. Há diferentes tipos de modelos de extensão, inclusive aqueles que dizem que pessoas participam, mas na prática não estão participando. Desde aqueles que colocam a participação como questão de princípio e aqueles que não (Informação verbal)²⁵.

Deste modo, o Entrevistado 03 relata que existem tipos de extensão, a exemplo dos programas que o mesmo desenvolve, na qual a efetiva participação social é colocada como questão de princípio, sendo, portanto, fundamental para o desenvolvimento do programa. Porém, também existem outras variedades de extensão que a questão da participação social não é colocada como algo primordial, de forma que não ocorre uma efetiva participação social, inclusive ressalta que existem atividades de extensão que deveriam ocorrer a participação da comunidade, entretanto, na prática, a participação não acontece.

No que se refere à publicidade dos produtos obtidos pelas ações de extensão, os entrevistados 02,03, 05, 06 e 07 contam que a universidade organiza seminários e publica artigos em cadernos de extensão. Entretanto, os entrevistados 03, 05, 06 e 07 relatam que a forma que os atuais mecanismos de divulgação dos resultados são insuficientes. Para os entrevistados 05 e 06, estas formas de divulgação necessitam ser ampliadas, bem como ser mais dinâmicas, para que acompanhem os novos modelos de comunicação virtual.

²⁵ Professor extensionista 03, mar. 2020.

De acordo com o Entrevistado 07, a comunicação é um fato de grande relevância dentro da extensão, pois é a partir dela que a extensão tem início, com o convite aos alunos e comunidade a participarem das atividades, e é a partir dela também que a extensão conclui seu ciclo, divulgando os resultados obtidos. Nesse sentido, conclui que tem notado na UFBA pouco fomento para que os produtos extensionistas obtidos sejam divulgados, diferente do que ocorre com os resultados da pesquisa, na qual há uma diversidade de fomentos para divulgação.

Conforme a análise dos dados, nota-se que os mecanismos de comunicação utilizados na extensão da universidade carecem de aprimoramentos para que possam garantir a efetiva publicidade referente à realização das atividades para seu público-alvo e para os alunos, além disso, necessitam também ser melhor fomentados os mecanismos de divulgação dos produtos obtidos na extensão.

De acordo com Vieira (2015), a extensão universitária exige um processo de comunicação diferenciado, uma vez que a relação estabelecida entre universidade e sociedade pode encontrar diversos obstáculos pelo caminho. Nesse sentido, a universidade frequentemente encontra dificuldades para criar e manter um elo de comunicação com a população que pretende desenvolver a extensão, uma vez que, a depender da comunidade/público-alvo, a universidade necessita se empenhar para encontrar o instrumento de comunicação adequado.

Isso acontece em razão de a extensão trabalhar com os públicos mais diversificados, desde comunidades rurais, quilombos, aldeias até os grandes aglomerados urbanos. Desta forma, há determinadas comunidades que não se adaptam a instrumentos de comunicação como redes sociais ou telefone. É necessário, em muitos casos, conforme explicitado pelo Entrevistado 02, que a comunicação ocorra se forma presencial, diretamente com a comunidade

Apesar das dificuldades envolvidas nesse processo, a comunicação entre universidade e comunidade é de grande importância, uma vez que possibilita ao coordenador

extensionista a averiguação sobre as reais necessidades do público alvo. Esta averiguação impede que chegue à comunidade tipos de ações que não são de seu interesse.

O aprimoramento da comunicação permitirá a efetivação de uma maior participação social nas ações desenvolvidas, proporcionando assim a concretização de um dos principais objetivos da extensão universitária que é o diálogo democrático entre universidade e comunidade. Desta forma, necessita-se que os mecanismos de divulgação da extensão da UFBA sejam reestruturados, para que, além de democráticos, possam ser mais amplos e efetivos no atingimento do seu público.

No que se refere à questão da difusão dos resultados da extensão, pode-se perceber das informações prestadas pelos entrevistados que há ainda na universidade poucos incentivos para que os produtos extensionistas sejam publicados.

Nesse sentido, Thiollent (2011) ressalta que muitos dos resultados obtidos nas atividades de extensão acabam ficando esquecidos nos relatórios finais de prestação de contas ou páginas da web pouco visitadas, de modo que, os produtos que conseguem ser divulgados em revistas ou livros também acabam sendo subaproveitados, uma vez que a comunidade acadêmica não tem a prática de valorizar as publicações que fogem dos critérios de “ranqueamento” dos periódicos indexados. De acordo com o autor, as revistas de extensão seguem uma dinâmica diferente das revistas de periódicos, de forma que fogem dos padrões exigidos pelos indexadores.

Desta forma, além da necessidade de ampliação dos meios de divulgação dos produtos extensionistas, acrescenta-se a questão da readequação desses meios de divulgação, de modo que possam de fato alcançar a comunidade acadêmica e à sociedade. Estas necessidades se coadunam com os objetivos estratégicos do FORPROEX

(2012), que incluem a busca por apoios e financiamentos para implantação de sistemas de comunicação da extensão, de modo a favorecer a divulgação de suas políticas, atividades e produtos.

6 SUGESTÕES PARA CRIAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Este capítulo reúne as principais sugestões dos professores, gestores, bem como deste pesquisador, com relação à criação do processo de avaliação para a extensão da UFBA, de modo que podem ser divididas em 05 aspectos principais, a saber: i) questões estruturais; ii) momento da avaliação; iii) relação com os demais eixos da universidade; iv) etapas da avaliação. Tais sugestões levam em consideração o atual estágio de desenvolvimento das atividades de extensão na universidade, ao passo que, além de ajudar na construção de um processo avaliativo, por consequência, colaboram no ajuste de medidas necessárias para o próprio desenvolvimento/manutenção da extensão.

6.1 QUESTÕES ESTRUTURAIS

De acordo com os entrevistados 02, 03, 04, 05 e 07, para que se crie um processo de avaliação da extensão é necessário que haja a participação dos atores que tenham experiência na prática extensionista. Para tanto, a princípio, faz-se necessário que seja criado um grupo ou comissão composta por professores extensionistas e técnicos administrativos da universidade.

De acordo com o Entrevistado 03, é necessário, preliminarmente, que os atores extensionistas sejam envolvidos em um espaço coletivo de debate, na qual possam decidir e encaminhar suas propostas a partir das suas experiências com a prática extensionista. Logo após, o entrevistado salienta sobre a necessidade de também realizar um mapeamento/inventário sobre os diversos tipos de extensão que são realizados na universidade, nesse sentido, ressalta a necessidade de se conhecer os diversos processos que a prática extensionista proporciona:

Eu acho necessário conhecer mais o que aqueles que realizam a extensão fazem. Fazer uma espécie de inventário. Trazer pra uma discussão qual extensão é feita na UFBA, ou quais extensões são feitas. Conhecer um pouco mais essas práticas extensionistas. Porque você tem diferenças tanto

na maneira de fazer a extensão, quanto em relação às áreas que estas extensões se aplicam (Informação verbal²⁶).

O Entrevistado 02, por sua vez, sugere a criação de um comitê avaliador, na qual possa contar com a participação de professores extensionistas e da própria PROEXT. Este comitê poderá ser composto por profissionais de diversas áreas do conhecimento e que, de forma multidisciplinar, possam construir uma avaliação que dê conta das diferentes formas de fazer extensão.

De acordo com o Entrevistado 05: “além da necessidade da criação de uma comissão própria, é necessário também que sejam realizadas consultas à comunidade acadêmica sobre a criação desta avaliação” (informação verbal)²⁷. O entrevistado ressalta que a depender da modalidade de ação e da área de conhecimento que a extensão é realizada, a extensão pode variar de forma considerável, por isso é preciso que a comunidade extensionista participe ativamente deste processo de construção. Isso implicará na criação de um instrumento de avaliação que realmente funcione, proporcionando menos falhas e lacunas futuramente.

Nesse sentido, o Entrevistado 03 ressalta que após ser realizado o mapeamento/inventário das ações de extensão da universidade, será possível saber como é o perfil da extensão na UFBA. Diante da identificação desse perfil, será possibilitado, dentro do espaço coletivo de discussões e decisões, bem como da troca de experiências das diversas áreas e modalidades de extensão, identificar quais são os principais obstáculos a serem superados para criação desse processo de avaliação.

O Entrevistado 07 observa que a questão da avaliação da extensão não vem sendo trabalhada na universidade como deveria ser, por isso, considera importante neste momento que as instâncias superiores da universidade comecem a se posicionar de forma mais concreta para que a Pró-Reitoria e os professores extensionistas comecem a se organizar para efetivação do instrumento de avaliação.

²⁶ Professor extensionista 03, mar. 2020.

²⁷ Professor extensionista 05, abr. 2020.

O Entrevistado 06 informa que poderia ser incluído no atual sistema de registro SIATEX uma etapa referente avaliação, na qual seriam inseridos os critérios e indicadores estabelecidos previamente. Entretanto, conforme foi informado pelo Entrevistado 01, geralmente quando o sistema SIATEX passa por algum ajuste ou é inserida alguma funcionalidade, outras funcionalidades do próprio sistema são afetadas. Para tanto, seria também necessário a utilização de um novo sistema, mais moderno, no qual se possa instrumentalizar esse processo avaliativo de forma mais eficiente.

Conforme também informou o Entrevistado 01, é importante que este novo sistema se comunique com os sistemas dos demais eixos da universidade para que se evite retrabalhos durante o registro e cruzamento de dados.

O Entrevistado 05 sugere que também seja criada uma plataforma digital na qual os projetos de extensão executados pela universidade tenham seus dados cadastrados em domínio público, para que as demais pessoas tenham acesso às suas informações básicas, a exemplo de como acontece com os diretórios de grupos de pesquisa da Plataforma Lattes.

Por fim, o Entrevistado 08 observa que é necessário a criação de um mecanismo de avaliação, mas o seu processo de construção deve atentar aos princípios da praticidade, de modo que seja desenvolvido um método que seja eficiente e que não se perca nos processos burocráticos. Isso possibilitará uma avaliação com maiores chances de ser efetiva e permanente.

6.2 MOMENTOS DA AVALIAÇÃO

De acordo com a análise dos dados, com exceção dos entrevistados 02 e 09, todos ressaltaram que a fase de finalização das ações de extensão é um dos momentos mais importantes no processo de avaliação. Isso, pois a finalização “permite que se enxergue a

experiência obtida como um todo” (informação verbal)²⁸, e da mesma forma, “permite que se verifique se a atividade cumpriu com aquilo que se comprometeu na fase inicial da proposta” (informação verbal)²⁹. Isso demonstra que a fase final das atividades é considerada como um momento estratégico de grande relevância dentro do processo avaliativo da extensão universitária.

Entretanto, foram citados também outros momentos importantes dentro da avaliação, a exemplo das etapas meio, que ocorrem durante o desenvolvimento da extensão, bem como a etapa que antecede o início da execução da atividade, referente à confecção e análise das propostas.

Para os entrevistados 03 e 08, apesar da fase final ser um momento privilegiado, a avaliação necessita ser pensada como um processo amplo, que consiga enxergar o desenvolvimento da extensão como um todo. O Entrevistado 03 ressalta que a avaliação precisa ser transversal, de modo que seja algo parecido com o monitoramento, devendo acompanhar a extensão em seus diferentes momentos. Nesse sentido, o Entrevistado 08 também coloca que “a avaliação deve ocorrer de forma processual, durante todos os momentos da atividade”³⁰.

De acordo com o Entrevistado 05, a avaliação poderá acontecer ao final de cada ciclo da atividade extensionista, conforme as etapas estabelecidas na proposta da ação. De forma parecida, o Entrevistado 08 ressalta que a extensão tem um caráter muito peculiar, podendo ser desenvolvida de diferentes formas. Desta maneira, informa que as fases de avaliação das ações de extensão podem ser diferentes a depender da modalidade que se realiza e de como se realiza a extensão, por isso sugere que durante o cadastramento da atividade no sistema de registros, a pessoa proponente da atividade deverá informar em quais momentos deverá ser realizada a avaliação.

²⁸ Professor extensionista 03, mar. 2020.

²⁹ Professor extensionista 04, abr. 2020.

³⁰ Professor extensionista 08, jul. 2020.

Por sua vez, o Entrevistado 02 salienta que durante sua experiência com extensão universitária já presenciou a execução de alguns projetos sem muito planejamento por parte dos proponentes da atividade. O entrevistado informa que apesar de serem projetos bem-intencionados, não atendiam as reais necessidades da comunidade na qual eram executados. Desta forma, acredita que o período que antecede o início da ação caracteriza-se como uma das fases ideais, pois nela é possível verificar se a extensão em questão irá realmente atender à necessidade que o público-alvo do projeto exige:

Então o momento ideal para avaliação eu diria que é antes da concepção dos projetos. É muito importante definir as ações de extensão já conhecendo o público, local e características diversas do público-alvo. De forma interdisciplinar, se pode conhecer melhor uma comunidade e construir projetos que tenham maior chances de sucesso em suas execuções (Informação verbal).³¹

Desta forma, acredita que nesta fase de concepção dos projetos, deve haver um diálogo interdisciplinar com a comunidade escolhida com o público-alvo para que a ação seja de fato geradora de mudanças sociais e que atenda os reais interesses da comunidade, portanto, trata-se de um uma fase que necessita ser acompanhada pela avaliação.

6.3 RELAÇÃO COM OS DEMAIS EIXOS DA UNIVERSIDADE

De um modo geral, os entrevistados observam que a atividade extensionista requer a criação de um processo de avaliação próprio. Para os entrevistados 04, 06 e 08, as características diferenciadas da extensão demandam uma metodologia de avaliação diferenciada dos demais mecanismos de avaliação que a universidade dispõe.

Para os entrevistados 01, 03, 05 e 07, a avaliação da extensão deve ser específica, no sentido de atender os diferentes modos de fazer extensão, entretanto, ela não pode deixar de lado a relação de eixos: pesquisa, ensino e extensão. Logo, é necessário que haja critérios específicos da extensão, mas também critérios que observem em que medida acontece a complementariedade dos eixos.

³¹ Professor extensionista 02, mar. 2020.

Para o Entrevistado 06, durante o processo de criação deste mecanismo de avaliação da extensão deve-se tomar cautela para não repetir as mesmas características das avaliações do ensino e da pesquisa, de modo a formular um processo que realmente atenda os processos específicos da extensão e que leve em conta a opinião da comunidade/público-alvo das atividades. Nesse sentido, os Entrevistados 02, 04, 06 e 08 ressaltam que a o público-alvo participante das ações são partes diretamente interessadas nas atividades, por isso devem ser ouvidas na avaliação.

6.4 ETAPAS DA AVALIAÇÃO

O Entrevistado 06 sugere que a avaliação seja dividida em interna e externa. Na avaliação interna haveria duas etapas: a primeira, com a opinião dos participantes/público-alvo da extensão, no caso, a comunidade; na segunda etapa, uma autoavaliação dos extensionistas que realizam a atividade. A avaliação externa ocorreria através da PROEXT com a análise dos resultados apresentados pelos coordenadores ao final da atividade.

O Entrevistado 09 sugere que a avaliação ocorra de dois modos e com critérios diferentes para cada modo. A princípio, a avaliação ocorreria durante a execução dos projetos, de acordo com seus respectivos critérios. Logo após, deverá ocorrer no final da ação, com a apresentação dos resultados finais, na qual ocorreria também a utilização de seus respectivos critérios. Isso, pois a depender do momento de desenvolvimento da ação, os critérios deverão ser elaborados de formas distintas.

Abaixo temos um quadro com as principais sugestões evidenciados a partir das considerações expostas pelos Entrevistados, bem como oriundas da análise e reflexão dos dados pelo pesquisador.

Quadro 08: Quadro-resumo: sugestões propostas pelos entrevistados e pelo pesquisador

Aspecto das sugestões	Sugestões
-----------------------	-----------

Questões estruturais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação de comissão composta por professores extensionistas e técnicos administrativos <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Profissionais multidisciplinares 1.2 Criação de um espaço coletivo de discussões e decisões 2. Consulta à comunidade extensionistas da universidade 3. Mapeamento/Inventário das ações de extensão da UFBA 4. Posicionamento de instâncias superiores sobre a avaliação da extensão 5. Novo sistema de registros que substitua o SIATEX <ol style="list-style-type: none"> 5.1. Sistema que se comunique com demais sistemas de gestão da extensão. 5.2. Que supere as atuais falhas do sistema atual. 6. Plataforma de domínio público para divulgação/consulta das atividades em andamento e concluídas. 7. Processo avaliativo que não se perca nos obstáculos da burocracia.
Momentos da avaliação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Especial atenção à fase final da atividade. 2. Avaliação Processual – Acompanhe todos os momentos da ação. <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Final de cada ciclo da ação. 3. O proponente poderá sugerir momentos importantes para avaliação de sua atividade. 4. Antes do início da atividade (Estabelecimento de contato com o público-alvo para confirmação de suas reais necessidades).
Relação com demais eixos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de um instrumento/processo específico, com critérios específicos para avaliação de extensão 2. Criação de critérios que observe a complementariedade de eixos: pesquisa, ensino e extensão. 3. Atenção às peculiaridades da extensão, aos diversos modos de desenvolver as atividades. 4. Levar em consideração informações provenientes da comunidade/público-alvo das ações.
Etapas da avaliação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação Interna <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Opinião do público-alvo 1.2. Autoavaliação dos extensionistas 2. Avaliação Externa

	<p>2.1. Avaliação da PROEXT com a análise dos resultados.</p> <p>3. Durante a execução das atividades com a utilização de critérios específicos para este momento</p> <p>4. No final, com critérios também específicos para finalização.</p>
<p>Demais sugestões do pesquisador</p>	<p>1. Inclusão da avaliação de extensão na gestão estratégica da Pró-Reitoria de Extensão.</p> <p>2. Contratação de um maior número de servidores técnicos para trabalharem com a avaliação de extensão.</p> <p>3. Capacitação dos servidores técnicos e professores extensionistas (em especial os componentes da comissão de avaliação).</p> <p>4. Criação/atualização das legislações específicas da extensão e da avaliação de extensão.</p> <p>5. Mobilização dos professores extensionistas que realizam extensão sem o financiamento dos editais da PROEXT para que cadastrem suas atividades no sistema de registro.</p> <p>6. Ampliação e modernização dos meios de comunicação da extensão.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Diante das supracitadas sugestões, percebe-se que a universidade necessita se adequar a uma série de medidas técnicas/administrativas para que seja construído um ambiente no qual o processo de avaliação de extensão seja desenvolvido e possa se manter ao longo do tempo. Tais medidas necessitam ser encaradas como investimento de médio e longo prazo, no qual poderão proporcionar o fortalecimento e crescimento na extensão da universidade.

Entretanto, para que tais investimentos comecem a ser instrumentalizados, é necessário que a avaliação também se torne uma prioridade administrativa. Para Cunha e Guimarães (2013), é imprescindível que a gestão da extensão comece a inserir a dimensão avaliativa dentro de suas prioridades organizacionais, para que, de forma processual, a avaliação comece a fazer parte das metas e objetivos da unidade. Nesse sentido, o planejamento é essencial para que a gestão comece analisar o quais são as medidas necessitam ser tomadas para que o projeto de avaliação amadureça e seja colocado em prática.

Além dos investimentos de ordem técnica e administrativa, pode-se notar das falas dos entrevistados certa preocupação no sentido de que o mecanismo de avaliação das atividades de extensão deve ser construído a partir de diversos olhares, de modo que o seu processo de elaboração possa ter contribuições dos diversos atores envolvidos no fazer extensão, ou seja, além de contar com as experiências dos professores coordenadores, possa também contar com as contribuições dos técnicos administrativos, dos alunos e principalmente do público beneficiário das ações.

Nesse sentido, Cunha e Guimarães (2013) argumentam que o desenvolvimento de um sistema de avaliação e monitoramento exige um trabalho colaborativo de profissionais e equipes que trabalham com a gestão da extensão e de outros âmbitos da universidade, ou seja, necessita das contribuições de gestores, programadores, representantes de colegiado, docentes, alunos, técnicos, dentre outros colaboradores.

Esta preocupação é evidenciada devido ao caráter singular que a extensão universitária possui, uma vez que, envolve uma variedade de elementos em seu processo de desenvolvimento, tais como: as múltiplas modalidades de ações, grande variedade de atores universitários e não universitários, assim como uma gama de demandas envolvidas. Nesse sentido, a extensão requer um mecanismo que contemple uma visão global, na qual enxergue as suas várias facetas.

Este posicionamento reforça o entendimento de Santos, Meirelles e Serrano (2013) quando salientam que, para se criar um instrumento de avaliação, faz-se necessário ir além dos indicadores formais e adentrar na realidade da universidade, de modo que seja levado em consideração as suas diversas peculiaridades. Bem como reforça as colocações de Ramos (2012), quando considera que a avaliação deve ser realizada a partir de diferentes visões sobre o seu processo.

Nesse mesmo sentido, Viella e Spessatto (2020) esclarecem que a avaliação de programas não se resume a um procedimento meramente técnico, pelo contrário, deve-se levar em consideração o contexto político em questão, bem como os diversos sujeitos envolvidos

na prática daquela atividade. Ao passo que se faz necessário construir um processo avaliativo atento às múltiplas formas de se fazer extensão, levando em consideração suas diversas modalidades, atores envolvidos e demandas.

Diante da necessidade de o processo de avaliação levar em consideração os diversos atores da extensão, faz-se importante dar uma especial atenção à comunidade destinatária das ações. Isso, pois de acordo com Dagnino (2010), a universidade tem construído uma extensão de caráter meramente “ofertista”, ou seja, não tem questionado à comunidade o quê de fato lhes é considerado relevante ou o quê de fato necessitam. Ou seja, antes da comunidade ser consultada sobre suas reais necessidades, a universidade já lhes apresenta e oferta o tipo de extensão que mais lhe parece interessante e conveniente.

Esta observação de Dagnino é complementada pela crítica de Incrocci e Andrade (2018, p.207) quando indagam: “de que forma falar em aproximação, democratização e mediação sem que todos os atores sejam efetivamente envolvidos e ouvidos?”. Para os autores, o modelo de extensão construído pelas universidades brasileiras tem negligenciado os anseios e necessidades dos atores não universitários, de modo que a comunidade tem tido pouca oportunidade de expressar o que ela realmente deseja. Este tipo de produção de extensão se contrapõe a uma das diretrizes básicas da extensão universitária, referente à interação dialógica entre universidade e comunidade, na qual preceitua o diálogo democrático como uma das principais ferramentas do fazer extensão (INCROCCI; ANDRADE, 2018, p.207).

Construir um processo de avaliação de extensão que também leve em conta a opinião da comunidade poderá proporcionar a superação da supracitada “extensão ofertista”, uma vez que possibilitará uma maior confluência entre os interesses da universidade e as reais necessidades da comunidade. Conforme discutido anteriormente, na dimensão sobre “extensão, comunidade e sociedade”, isso será possível a partir de um processo de comunicação que de fato se adeque ao perfil do público-alvo da ação proposta.

Deste modo, podemos concluir que a construção do processo de avaliação da extensão carece não somente de investimentos financeiros para viabilização de procedimentos

técnicos e administrativos, mas necessita também de um espaço coletivo de debate e planejamento. Nesse sentido, necessita levar em consideração os diversos processos de interação existentes na prática extensionista, não se resumindo em um processo isolado, mas multifacetado, no qual leve em consideração diferentes atores, saberes e olhares.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme explicitado na Introdução, esta pesquisa teve objetivo refletir sobre a extensão universitária na Universidade Federal da Bahia a fim de buscar caminhos e possibilidades para construção de um processo avaliativo para suas atividades de extensão. Nesse sentido, foram analisados os principais documentos de gestão que tratam sobre a extensão universitária, bem como foram ouvidas as experiências de profissionais que trabalham diariamente com o tema.

Ao fim das reflexões e análises do que foi pesquisado, foi constatado que a extensão universitária tem crescido e tem perspectiva de crescer cada vez mais dentro das universidades, devido seu papel multidisciplinar, inclusivo e propulsor de mudanças sociais. Nesse sentido, a importância de sua avaliação também vem sendo salientada por diversos pesquisadores, gestores e pelo FORPROEX, à medida que foram elaborados indicadores e dimensões para auxiliar as universidades na implantação de seus processos avaliativos.

De acordo com a pesquisa, foi possível verificar que, apesar da universidade ser constituída a partir dos três eixos: pesquisa, ensino e extensão, os dados indicam, que, na prática, tais eixos não são desenvolvidos de maneira uniforme, principalmente no que se refere às práticas avaliativas. Nesse sentido, foram verificados os seguintes desequilíbrios desta relação: i) assimetria entre os eixos e as métricas de avaliação da universidade; ii) falta de percepção prática da complementariedade dos eixos e iii) grande demanda de trabalho do ensino e da pesquisa. Estes descompassos têm proporcionado a desvalorização da extensão em comparação com os demais eixos.

Apesar desta desvalorização, conforme observam os entrevistados, há uma expectativa de crescimento da extensão dentro das universidades, seja devido ao estabelecimento de diretrizes divulgadas pelo MEC no qual determina a inclusão da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, e também pelo fato da avaliação dos cursos de pós-graduação realizada pela Capes estar começando a conferir às produções técnicas e

tecnológicas maior grau de importância, ao passo que este tipo de produção científica relaciona-se diretamente com as práticas extensionistas.

Entretanto, o contexto político e econômico que as universidades públicas vêm enfrentando, consubstanciado nos cortes orçamentários e diminuição da autonomia universitária é apontado como fatores que podem afetar negativamente o desenvolvimento da extensão.

Ademais, de modo geral, há um consenso entre os entrevistados, conforme suas experiências na UFBA, sobre a importância da avaliação, sobretudo no que diz respeito às funções de: i) proporcionar a criação de parâmetros e com isso melhorar o direcionamento das práticas extensionistas; ii) melhorar a publicidade e transparência do que é realizado e iii) requalificar a própria extensão. Quanto aos prejuízos da ausência de um processo de avaliação, são evidenciados: i) o subaproveitamento da extensão; ii) fragilidade da política extensionista; iii) falta de comprometimento dos extensionistas.

Desta forma, apesar da UFBA dispor em seus documentos legais sobre a necessidade de se avaliar a extensão, não tem se preocupado em trazer para o plano prático estratégias que possibilitem de fato a inclusão da avaliação em sua gestão. Nesse sentido, foi evidenciada uma série de circunstâncias que atualmente impedem a inserção da avaliação, dentre as quais pode-se citar: ausência de metas sobre avaliação na gestão estratégica da PROEXT, defasagem do sistema de registros, falta de capacitação sobre avaliação de extensão para os servidores, quadro de técnico-administrativo pequeno, bem como a defasagem das legislações internas.

Além destes impedimentos, foi constatado também que a universidade ainda necessita mobilizar sua comunidade acadêmica quanto o papel da extensão. Para os entrevistados, ainda tem-se um grande número de docentes, técnicos e colaboradores que ainda não sabe o verdadeiro significado da extensão universitária, de modo que ainda desconhecem as possibilidades que a extensão proporciona.

Desta maneira, ao se falar sobre a construção de um processo de avaliação, é preciso falar também sobre necessidade de se investir nos trabalhos de base da extensão. É necessário que a universidade de fato entenda o que é a extensão universitária, o que ela faz, como faz, e para quem faz. É necessário que a comunidade acadêmica conheça o real significado da extensão e a sua importância ao se conectar com o ensino e a pesquisa.

Entretanto, é necessário que este processo de mobilização acadêmica seja realizado conjuntamente com a construção de um mecanismo de avaliação de extensão. Isso, pois a própria avaliação pode auxiliar neste trabalho de base, uma vez que o entendimento sobre o que é extensão e como pode ser realizada já serão difundidos a partir do entendimento das atuais dimensões e indicadores estabelecidos. É importante que a construção do fazer extensão esteja atrelada com a sua avaliação.

Por fim, este trabalho traz uma série de sugestões com o intuito de contribuir com a gestão universitária na construção de seu mecanismo de avaliação de extensão. Tais sugestões são organizadas a partir da seguinte maneira: i) questões estruturais, ii) momentos da avaliação, iii) relação com os demais eixos, iv) etapas da avaliação e v) sugestões do pesquisador³². A partir de tais contribuições, espera-se que novos caminhos e possibilidades se abram para que tal mecanismo se torne realidade na UFBA, de modo fortalecer e fomentar a crescimento deste canal democrático e propulsor de mudanças sociais que é a extensão universitária.

³² As sugestões podem ser verificadas no item 5.6 do capítulo resultados e discussões.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo . 4 ed. Lisboa: Edições70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Sicon, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 21, mar. 2019.

_____. Decreto-lei 916 de 8 de outubro de 1969. Cria a comissão incentivadora dos Centros rurais universitários de treinamento e ação comunitária CINCRUTAC e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 21, mar. 2019.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 21, mar. 2019.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 26, mar. 2019.

_____. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Política Nacional de Dados Abertos. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 26, mar. 2019.

_____. Decreto nº 9.943 de 30 de Julho de 2019. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de jul de 2019.

_____. MEC/SESu. Perfil da Extensão Universitária no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 1995. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002057.pdf>> Acesso em 21/04/2019.

_____. Projeto Rondon. Nossa História. Disponível em: <<https://projektorondon.defesa.gov.br/portal>> Acesso em 23/05/2019.

CARNEIRO, Moaci Alves. Extensão universitária: versão e perversões: estudo tentativo de identificação do débito social das universidades federais do Nordeste. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. GT Políticas de Educação Superior. XXVII Reunião da Anped, 2004.

Center for World University Rankings. Disponível em: <www.cwur.org> Acesso em: 22/09/2019.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Revista de Administração Pública, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã. O ensino superior, da Colônia à era Vargas. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

_____, Edite da Penha; GUIMARÃES, Marília Barcellos. Sistema de Monitoramento e Avaliação. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte: Edufmg, 2013.

DAGNINO, Renato. Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande; Florianópolis: Editora Universidade Estadual da Paraíba; Insular, 2014.

FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRAGA, Silva Bruno. Grau de efetividade na gestão de projetos em extensão universitária e as estratégias para seu alcance. 2017. Dissertação. (Mestrado em Administração). Universidade de Salvador, Salvador, 2018.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Brasília: UnB, 1987.

_____. Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2017.

_____. Política nacional de extensão universitária. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012. (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

_____. Avaliação da Extensão Universitária: Brasília: MEC/SESu; Curitiba: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.3)

_____. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007 (Coleção Extensão Universitária; v.6).

GONÇALVES, N. G.; VIEIRA, C. S. Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 269-291, jan/jun. 2015.

GURGEL, Roberto Mauro. Extensão universitária: comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez; São Paulo: Autores associados; São Paulo: Universidade Federal do Ceará, 1986.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Rev. Serv. Público*, Brasília, v.56, n.2, p.137-160, 2005.

_____. Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso Pronatec. *Estudos em Avaliação Educacional*, [s.l.], v. 27, n. 66, p.624-661, 22 dez. 2016. Fundação Carlos Chagas.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. Fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. *Revista Sociedade e Estado*, v 33, n 01, p (189-214). Brasília, 2018.

KAPLAN, R.; NORTON, D. *The Balanced scorecard: translating strategy into action*. Boston: Harvard Business School Press, 1996.

KIENETZ, Taiani Bacchi. Avaliação da extensão universitária: uma proposta para as ações de extensão da Universidade Federal de Santa Maria. 2018. Dissertação. (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2018.

PAULA, João Antonio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces – Revista de Extensão*, v. 1, n. 1, p. 5-23, Belo Horizonte, Jul./Nov. 2013.

PORTER, Michael E. *Estratégia competitiva*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

SANTOS, Boaventura S. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

SANTOS, Sonia, MEIRELES, Fernando e SERRANO, Rossana. Avaliação da extensão: Dos conceitos fundamentais a reflexões sobre a prática. Em *Avaliação da Extensão Universitária*. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG. 2013.

_____, Fernando. Avaliação da extensão: Um estudo sobre as principais diretrizes e suas repercussões para avaliação da extensão : . Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG.2013.

STAKE, R. E. (2005). Qualitative Case Studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research* (pp. 443-466). Thousand Oaks, CA, : Sage Publications Ltd.

THIOLLENT, Michel. Proposta para melhorar as publicações de extensão universitária. *Revista de Extensão*, v 2, n 1. Santa Maria, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Estatuto e Regimento da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Estatuto_Regimento_UFBA_0.pdf> Acesso em 09/04/2019.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Bahia 2018/2022. Disponível em: <<https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/pdi-2018-2022.pdf>> Acesso em 15/04/2019.

_____. Resolução 02/2012. Aprova o Regulamento de Extensão Universitária da UFBA. Disponível em: <<https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Resolucao.pdf>> Acesso em: 05/04/2019.

_____. Resolução 03/2013. Dispõe sobre as normas complementares do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária. Disponível em: <<https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/.pdf>> Acesso em 05/04/2019.

_____. Resolução 03/2016. Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX). Disponível em: <<https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Resolucao.pdf>> Acesso em 06/04/2019.

_____. Resolução 01/2018. Elaborada pelo Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX), dispõe sobre criação de indicadores para valiação de extensão. Disponível em: <www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resolucoes/Resolucao> Acesso em 23/09/2019.

_____. UFBA em Números 2019. Disponível em: <www.proplan.ufba.br/ufba_em_numeros> Acesso em 07/07/2019.

_____. Programas de Extensão UFBA. Informa os programas desenvolvidos pela PROEXT até 2017. Disponível em: <<https://proext.ufba.br/programas>> Acesso em 03/03/2019.

_____. Orçamento da UFBA para 2020 é menor do que o de 2019. Disponível em: <www.ufba.br/ufba_em_pauta/orcamento-da-ufba-para-2020-e-menor-do-que-o-de-2019> Acesso em 03/04/2020.

_____. Manual do SIATEX UFBA 2016. Dispõe sobre procedimentos de utilização do SIATEX. Disponível em: <<https://proext.ufba.br/siatex-sistema-de-registro-e-acompanhamento-de-atividades-de-extensao>> Acesso em 17/08/2019.

_____. UFBA em Números ano 2015 - 2019. Dados da UFBA referentes aos anos base de 2014 a 2018. Acesso em: <<https://proplan.ufba.br/estatisticas/ufba-em-numeros>> Acesso em 17/03/2020.

UFMG. Avaliação Proext. Disponível em: <www2.ufmg.br/proex/Avaliacao> Acesso em: 05/06/2019.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de coleta de dados no campo. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, Silvia Cristina et al. A relevância da comunicação rural na difusão de informações para a agricultura familiar: um estudo de caso do “codaf”. Fórum Ambiental da Alta Paulista, São Paulo, v. 11, n. 2 (p. 168 a 183), 2015.

VIELLA, Maria dos Santos Lopes; SPESSATTO, Marizete Bortolanza; SANTOS, Fabiana Besen. Avaliação de políticas públicas: percursos e reflexões nas publicações brasileiras. Revista Brazilian Journal of Development, v6, n 3, p (13455-13467). Curitiba, 2020.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O Uso da Triangulação na Pesquisa Científica Brasileira em Administração. Administração: Ensino e Pesquisa, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015.

WORTHEN, R. B.; SANDRES, J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de programas: concepções e práticas. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.

APÊNDICE

Apêndice 01

Quadro de indicadores detalhado com objetivo, unidade de medida e forma de cálculo elaborado pela FORPOREX em seu relatório de 2017.

a) Indicadores de Política de Gestão (PG)

Código e Nome	PG1: Importância estratégica da extensão universitária
Objetivo	Avaliar a presença da extensão na definição da missão institucional da IES (caracterizar sua importância ao nível estratégico)
Unidade de Medida	Qualitativa binária: SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	PG2: Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária
Objetivo	Identificar na IES a existência de órgãos definidores de políticas de extensão, responsáveis pela implementação de normas e regulamentações
Unidade de Medida	Qualitativa binária: SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	PG3: Institucionalização de programas e projetos de extensão
Objetivo	Avaliar o nível de oferta aos alunos matriculados na instituição (em regime presencial) de programas e projetos institucionalizados
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: alunos/programas e projetos
Fórmula de Cálculo	= N° de alunos de graduação presencial matriculados no ano / N° de programas e projetos institucionalizados
Código e Nome	PG4: Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira
Objetivo	Avaliar a incorporação de critérios de promoção funcional associados ao envolvimento em ações de extensão no Plano de Carreira dos Servidores
Unidade de Medida	Qualitativa binária: SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	PG5: Formação em gestão da extensão para servidores dos órgãos/setores responsáveis pela extensão
Objetivo	Avaliar a proporcionalidade do número de horas de treinamento em gestão da extensão universitária disponibilizada anualmente aos servidores (incluindo gestores)
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: horas de treinamento/servidor
Fórmula de Cálculo	= N° de servidores da extensão capacitados no ano/ n° total de servidores da extensão
Código e Nome	PG6: Participação dos servidores da extensão em eventos da área
Objetivo	Avaliar a proporcionalidade do número de eventos e congressos de extensão universitária com a participação de servidores da extensão (incluindo gestores)
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: eventos/servidor
Fórmula de Cálculo	= N° de participações ativas em eventos/ número total de servidores
Código e Nome	PG7: Capacitação em extensão promovida ou apoiada pela pró-reitoria (ou equivalente) aberta à comunidade acadêmica
Objetivo	Avaliar a participação em treinamentos em extensão de docentes, técnicos e alunos de modo a despertar o interesse pela prática extensionista
Unidade de Medida	Proporção: participantes/eventos
Fórmula de Cálculo	= N° de participantes capacitados no ano / n° total de eventos promovidos por ano
Código e Nome	PG8: Garantia da qualidade na extensão
Objetivo	Identificar a existência de procedimentos formais e sistematizados para avaliação e aprovação de propostas, acompanhamento da execução e resultados de ações de extensão
Unidade de Medida	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	PG9: Taxa de aprovação de propostas de extensão em editais externos
Objetivo	Avaliar o percentual de projetos e programas submetidos e aprovados em editais externos

Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	= (Nº total de propostas de programas e projetos de extensão aprovados com financiamento/ Nº total de propostas de programas e projetos de extensão submetidos) x 100
Código e Nome	PG10: Taxa de conclusão de ações de extensão
Objetivo	Identificar o quantitativo de ações de extensão concluídos no tempo pré-definido (com apresentação de relatório final)
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	= (Nº anual de ações de extensão finalizadas no prazo / número total de ações com prazo para acabar no ano) x 100
Código e Nome	PG11: Recursos do orçamento anual público voltado para extensão
Objetivo	Identificar o percentual de recursos aprovados no orçamento ordinário da IES destinados exclusivamente à extensão
Unidade de Medida	Percentual (%)
Fórmula de Cálculo	= (Orçamento anual destinado exclusivamente à extensão / Orçamento total da IES no ano) x 100
Código e Nome	PG12: Recursos para extensão captados via edital público externo
Objetivo	Avaliar a capacidade institucional para captação externa de recursos via editais governamentais, fundos, outros
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	= (Orçamento de captação externa para extensão no ano / orçamento total da extensão no ano) x 100
Código e Nome	PG13: Recursos para extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados
Objetivo	Avaliar a capacidade institucional para captação externa de recursos via prestação de serviços
Unidade de Medida	Quantitativa
Fórmula de Cálculo	= Total de recurso captado no ano

b) Indicadores de Infraestrutura (Infra)

Nesta dimensão foram definidos 8 indicadores.

Código e Nome	Infra1: Disponibilidade de espaço físico adequado para órgãos/setores de gestão da extensão
Objetivo	Avaliar a adequabilidade dos espaços físicos disponibilizados pelas IES para atividades administrativas da pró-reitoria de extensão (ou equivalente)
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: área/servidor
Fórmula de Cálculo	= Área administrativa da pró-reitoria (ou equivalente) em metros quadrados / Nº de servidores da pró-reitoria (ou equivalente)
Código e Nome	Infra2: Estrutura de pessoal nos órgãos/setores de gestão da extensão
Objetivo	Avaliar a proporcionalidade das ações de extensão em relação ao quantitativo de servidores (técnico-administrativos) permanentes na(s) unidade de gestão da extensão universitária
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: ações extensionistas/servidor
Fórmula de Cálculo	= Nº anual de ações de extensão aprovadas / Nº de servidores técnico-administrativos da extensão em todas as unidades de apoio à extensão
Código e Nome	Infra3: Disponibilidade de equipamentos* adequados para eventos culturais
Objetivo	Avaliar a disponibilidade de espaços culturais com infraestrutura adequada (teatros, salas de exposição, cinemateca etc)
Unidade de Medida	Qualitativo: SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	Infra4: Disponibilidade de espaços esportivos adequados
Objetivo	Avaliar a disponibilidade de espaços esportivos com infraestrutura adequada (ginásios, quadras de esporte, etc)
Unidade de Medida	Qualitativo: SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	Infra5: Disponibilidade de espaços adequados de apoio ao empreendedorismo
Objetivo	Avaliar a disponibilidade de espaços de apoio ao empreendedorismo com infraestrutura adequada (incubadoras, escritórios de apoio etc)
Unidade de Medida	Qualitativo: SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	Infra6: Logística de transporte de apoio à extensão
Objetivo	Avaliar a capacidade de atendimento de demandas de transporte para as ações de extensão
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	= (Nº de solicitações de transporte para ações de extensão atendidas / Nº total de solicitações de transporte para ações de extensão) x 100

Código e Nome	Infra7: Acesso e transparência das ações extensão
Objetivo	Identificar a existência de bases de dados e de ações de extensão disponíveis para consulta pública
Unidade de Medida	Qualitativa, binária, SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	Infra8: Sistemas informatizados de apoio a extensão
Objetivo	Identificar a existência de infraestrutura de sistemas de informação com a finalidade de apoiar a extensão: inscrição, acompanhamento e controle, prestação de contas das ações
Unidade de Medida	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica

c) Indicadores de Plano Acadêmico (PA)
Para esta dimensão foram definidos 9 indicadores.

Código e Nome	PA1: Regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos
Objetivo	Identificar a existência de regulamentação para inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação.
Unidade de Medida	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	PA2: Nível de inclusão da extensão nos currículos
Objetivo	Identificar o nível de inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação.
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	$= (\text{N}^\circ \text{ de cursos de graduação com extensão incorporada no currículo} / \text{N}^\circ \text{ total de cursos de graduação da IES}) \times 100$
Código e Nome	PA3: Articulação extensão – ensino
Objetivo	Identificar a percentagem de programas e projetos de extensão articulados com o ensino.
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	$= (\text{N}^\circ \text{ de programas e projetos integrados com o ensino} / \text{N}^\circ \text{ total de programas e projetos de extensão no ano}) \times 100$
Código e Nome	PA4: Articulação extensão – pesquisa
Objetivo	Identificar a percentagem de programas e projetos de extensão articulados com a pesquisa
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	$= (\text{N}^\circ \text{ de programas e projetos integrados com a pesquisa} / \text{N}^\circ \text{ total de programas e projetos de extensão no ano}) \times 100$
Código e Nome	PA5: Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa
Objetivo	Avaliar contribuições geradas a partir da relação dialógica universidade e demais setores da sociedade, materializadas em: novas linhas e grupos de pesquisa implantados, mudanças curriculares, novas metodologias, outras
Unidade de Medida	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica

Código e Nome	PA6: Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão
Objetivo	Avaliar o nível de participação de estudantes em ações de extensão universitária e o consequente empenho institucional
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	$(\text{N}^\circ \text{ de estudantes de graduação em regime presencial envolvidos em ações de extensão} / \text{N}^\circ \text{ total de estudantes de graduação em regime presencial da IES})$
Código e Nome	PA7: Participação geral da extensão no apoio ao estudante
Objetivo	Avaliar o quantitativo de bolsas de extensão em relação ao total de bolsas concedidas para alunos de graduação, exceto as bolsas de assistência estudantil
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	$= (\text{N}^\circ \text{ anual de bolsas de extensão para alunos de graduação} / \text{N}^\circ \text{ total anual de bolsas para alunos de graduação excluindo assistência estudantil}) \times 100$
Código e Nome	PA8: Participação de docentes na extensão
Objetivo	Avaliar o nível de participação direta (coordenação e/ou execução) de professores em ações de extensão universitária
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	$(\text{N}^\circ \text{ de técnicos-administrativos do quadro permanente da IES envolvidos em ações de extensão} / \text{N}^\circ \text{ total de técnicos-administrativos do quadro permanente da IES}) \times 100$
Código e Nome	PA9: Participação de técnicos-administrativos na extensão
Objetivo	Avaliar o nível de participação direta (coordenação e/ou execução) de técnicos-administrativos na extensão

Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	N° de técnicos administrativos do quadro permanente da IES envolvidos em ações de extensão / N° total de técnicos administrativos do quadro permanente da IES) x 100

d) Indicadores de Relação Universidade – Sociedade (RUS)

Nesta dimensão foram definidos 8 indicadores.

Código e Nome	RUS1: Representação da sociedade na IES
Objetivo	Identificar a participação de representantes da sociedade civil nas instâncias deliberativas da instituição (conselhos, câmaras, comissões e outros)
Unidade de Medida	Qualitativa: SIM ou NÃO
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	RUS2: Parcerias interinstitucionais
Objetivo	Identificar a proporção de convênios, contratos e acordos de cooperação com organizações do setor público, privado e movimentos sociais organizados, em relação ao total de ações de extensão desenvolvidas
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: parcerias/ações
Fórmula de Cálculo	N° de convênios, contratos e acordos firmados / N° total de ações de extensão
Código e Nome	RUS3: Envolvimento de profissionais externos na extensão da IPES
Objetivo	Avaliar o nível de colaboração de professores e técnicos de outras instituições e não acadêmicos com a extensão universitária
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: colaboradores externos / ações
Fórmula de Cálculo	N° total de ações com colaboradores externos no ano / n° total de ações de extensão no ano
Código e Nome	RUS4: Representação oficial da IES junto à sociedade civil
Objetivo	Avaliar o nível de representação da IES em entidades da sociedade civil (conselhos, outros)
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	$= (\text{N}^\circ \text{ de docentes e técnicos do quadro permanente da IES em representações da sociedade civil} / \text{N}^\circ \text{ total de docentes e técnicos do quadro permanente da IES}) \times 100$
Código e Nome	RUS5: Meios de comunicação com a sociedade
Objetivo	Avaliar a diversidade das mídias institucionais utilizadas na comunicação: sites, redes sociais, jornais, rádios, tv, outras
Unidade de Medida	Qualitativos: modalidades de mídia
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	RUS6: Alcance da Prestação de Contas à Sociedade
Objetivo	Identificar os mecanismos utilizados para prestar contas à sociedade dos recursos recebidos, atividades desenvolvidas e resultados alcançados
Unidade de Medida	Qualitativa: relação de instrumentos de prestação de contas utilizados
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	RUS7: Público alcançado por programas e projetos
Objetivo	Identificar o alcance dos programas projetos de extensão junto à comunidade externa
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: pessoas atendidas / programas + projetos
Fórmula de Cálculo	N° total de pessoas atendidas por programas e projetos no ano / N° total de programas e projetos apoiados no ano
Código e Nome	RUS8: Público alcançado por cursos e eventos
Objetivo	Identificar o alcance das ações de extensão junto à comunidade externa por meio de cursos e eventos
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: pessoas atendidas / cursos + eventos
Fórmula de Cálculo	N° total de pessoas atendidas por cursos e eventos no ano / N° total de cursos e eventos apoiados no ano
Código e Nome	RUS9: Público alcançado por atividades de prestação de serviço
Objetivo	Identificar o alcance das ações de extensão (prestação de serviço) junto à comunidade externa
Unidade de Medida	Unidade de medida - Quantitativa
Fórmula de Cálculo	$= \text{N}^\circ \text{ total anual de pessoas física e/ou jurídicas atendidas por prestação de serviço}$
Código e Nome	RUS10: Ações de extensão dirigidas às escolas públicas
Objetivo	Avaliar o grau de compromisso da IES com o ensino público
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	$(\text{N}^\circ \text{ de ações de extensão dirigidas às escolas públicas} / \text{N}^\circ \text{ total de ações de extensão registradas}) \times 100$
Código e Nome	RUS11: Professores da rede pública atendidos por cursos de formação continuada
Objetivo	Avaliar o grau de compromisso da IES com o ensino público.

Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: professor/curso
Fórmula de Cálculo	= N° de professores da rede pública atendidos / N° total de cursos de extensão ofertados
Código e Nome	RUS12: Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas
Objetivo	Avaliar o grau de comprometimento social da IES com a população em situação de vulnerabilidade
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	(N° de ações de extensão dirigidas à população em vulnerabilidade social / N° total de ações de extensão registradas) x 100
Código e Nome	RUS13: Municípios atendidos por ações extensionistas
Objetivo	Avaliar o percentual de municípios atendidos pelas ações de extensão em relação ao total de municípios que são abrangidos pela respectiva IES
Unidade de Medida	Quantitativa, percentual (%)
Fórmula de Cálculo	= (N° municípios atendidos nas ações de extensão/ N° de total de municípios abrangidos pela IES) x 100

e) Indicador de Produção Acadêmica (Prod)
Para esta dimensão foram definidos 9 indicadores.

Código e Nome	Prod1: Ações de extensão desenvolvidas por modalidade
Objetivo	Avaliar o nível de oferta de ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço) relativamente ao total de alunos de graduação da IES
Unidade de Medida	Quantitativa, proporcional
Fórmula de Cálculo	N° ações / n° de alunos de graduação matriculados em regime presencial
Código e Nome	Prod2: Produção de materiais para instrumentalização da extensão
Objetivo	Identificar a produção de materiais para orientação e apoio ao desenvolvimento das ações de extensão: livros, manuais, cartilhas, outros
Unidade de Medida	Qualitativo: relação de materiais produzidos nos últimos 2 anos
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Código e Nome	Prod3: Produção de livros ou capítulos com base em resultados da extensão
Objetivo	Identificar a produção de livros ou capítulos produzidos a partir de resultados das ações de extensão
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: publicação/ações
Fórmula de Cálculo	= N° total de livros ou capítulos publicados com base em extensão no ano / N° total de programas e projetos apoiados
Código e Nome	Prod4: Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão
Objetivo	Identificar a produção de artigos produzidos a partir de resultados das ações de extensão
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: publicação/ações
Fórmula de Cálculo	= N° total artigos-resumos publicados como resultado das ações de extensão / N° total de programas e projetos apoiados
Código e Nome	Prod5: Comunicações em eventos com base em resultados da extensão
Objetivo	Identificar a apresentação de trabalhos em eventos (congressos, seminários, colóquios etc) a partir de resultados das ações de extensão
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: comunicações/ações
Fórmula de Cálculo	= N° total comunicações apresentadas como resultado das ações de extensão / N° total de programas e projetos apoiados
Código e Nome	Prod6: Produções audiovisuais
Objetivo	Identificar o número de novas produções áudios-visuais geradas a partir de resultados da extensão
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: produções/ações
Fórmula de Cálculo	= N° total de produções audiovisuais como resultado das ações de extensão / N° total de programas e projetos apoiados
Código e Nome	Prod7: Produções artísticas (exposições, espetáculos, outros)
Objetivo	Identificar o número de produções artísticas produzidas e lançadas a partir de resultados da extensão
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: produções/ações
Fórmula de Cálculo	= N° total de produções artísticas como resultado das ações de extensão / N° total de programas e projetos apoiados
Código e Nome	Prod8: Empreendimentos graduados em incubadoras
Objetivo	Identificar o número de novas empresas egressas de incubadoras da IES lançadas no mercado
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: empresas/ações
Fórmula de Cálculo	= N° total de empresas graduadas no ano

Código e Nome	Prod9: Cooperativas populares graduadas em incubadoras
Objetivo	Identificar o número de novas cooperativas populares egressas da Incubadoras de Cooperativas Populares da IES.
Unidade de Medida	Quantitativa, proporção: cooperativas populares
Fórmula de Cálculo	= Número total de cooperativas populares graduadas no ano

Apêndice 02

Tabela com os roteiros das fases 1 e 2 das entrevistas alinhadas com as dimensões e indicadores propostos pela FORPROEX.

Dimensão	Código e Nome do Indicador	Roteiro de Entrevista – Gestor e Técnicos Administrativos	Roteiro de Entrevista – Professores Extensionistas
1) Política de Gestão (PG)	PG1: Importância estratégica da extensão universitária	<p>1) Você considera que a Ufba tem posicionado a extensão e sua avaliação de forma adequada no seu Plano de Desenvolvimento Estratégico? Explique:</p> <p>2) De que forma você enxerga a institucionalização da extensão e sua avaliação nos regulamentos da universidade?</p> <p>3) Como você percebe a extensão frente à pesquisa e ao ensino no que se refere aos critérios de promoção de carreira dos profissionais técnicos da universidade?</p> <p>4) A quem você atribui a falta de um instrumento de avaliação na UFBA?</p> <p>5) Conforme sua experiência com a extensão, o que a falta de um método definido de avaliação tem ocasionado nas práticas extensionistas da universidade?</p>	<p>1) Como você percebe a extensão frente à pesquisa e ao ensino no que se refere aos critérios de promoção de carreira dos docentes da universidade?</p> <p>2) No que se refere à perspectiva de crescimento, se comparado à pesquisa e ao ensino, de que forma você enxerga o desenvolvimento da extensão nos próximos anos?</p> <p>3) Para você o que implica a avaliação de extensão?</p> <p>4) Quais medidas a Ufba/Proext poderiam tomar para implantar um instrumento de avaliação? (Indicar pelo menos 03 iniciativas)</p> <p>5) Conforme sua experiência com extensão, o que a falta de um método definido de avaliação tem ocasionado nas práticas extensionistas da universidade?</p>
	PG2: Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária		
	PG3: Institucionalização de programas e projetos de extensão		
	PG4: Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira		
	PG5: Formação em gestão da extensão para servidores dos órgãos/setores responsáveis pela extensão		
	PG6: Participação dos servidores da extensão em eventos da área		
	PG7: Capacitação em extensão promovida ou apoiada pela pró-reitoria (ou equivalente) aberta à comunidade acadêmica		
	PG8: Garantia da qualidade na extensão		
	PG9: Taxa de aprovação de propostas de extensão em editais externos		
	PG10: Taxa de conclusão de ações de extensão		

	<p>PG11: Recursos do orçamento anual público voltado para extensão</p> <p>PG12: Recursos para extensão captados via edital público externo</p> <p>PG13: Recursos para extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados</p>		
2) Infraestrutura (Infra)	Infra1: Disponibilidade de espaço físico adequado para órgãos/setores de gestão da extensão	1) Há dentro na PROEXT/UFBA algum projeto ou pretensão de se criar um núcleo de avaliação das atividades de extensão? Se sim, como seria?	1) Como seria a estrutura ideal (ex: sistema integrado ao de cadastros de projetos, formulários físicos/online) para avaliação de programas e projetos de extensão?
	Infra2: Estrutura de pessoal nos órgãos/setores de gestão da extensão	2) Como se dá o gerenciamento dos projetos cadastrados? (fale um pouco sobre os sistemas de informação utilizados e suas principais falhas)	2) Em que momento você considera mais oportuno avaliar? Por quê?
	Infra3: Disponibilidade de equipamentos* adequados para eventos culturais	3) Os atuais sistemas de registro dariam conta de serem utilizados também como ferramenta de avaliação? Se sim, de que forma?	3) A avaliação da extensão deve ser realizada de forma isolada ou em conjuntos com os demais eixos da universidade (pesquisa e ensino)? Explique:
	Infra4: Disponibilidade de espaços esportivos adequados	4) Como seria a estrutura ideal (ex: sistema integrado ao de cadastros de projetos, formulários físicos/online) para avaliação de programas e projetos de extensão?	
	Infra5: Disponibilidade de espaços adequados de apoio ao empreendedorismo	5) A avaliação da extensão deve ser realizada de forma isolada ou em conjuntos com os demais eixos da universidade (pesquisa e ensino)? Explique:	
	Infra6: Logística de transporte de apoio à extensão	6) Qual o momento ideal no ciclo dos projetos e programas de extensão para se avaliar?	
	Infra7: Acesso e transparência das ações extensão	7) De que forma são realizadas capacitações e treinamentos dos técnicos da PROEXT?	
	Infra8: Sistemas informatizados de apoio a extensão	7.1) Houve algum treinamento para trabalhar com avaliação?	
		8) Enumere as principais razões que dificultam a gestão de realizar a avaliação:	
3) Plano Acadêmico (PA)	PA1: Regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos	1) Tomando por base o atual modelo de gestão universitária, como você percebe a extensão frente ao ensino e a pesquisa?	1) Por qual motivo você considera que a avaliação do ensino e da pesquisa são mais desenvolvidas que a avaliação da extensão?
	PA2: Nível de inclusão da extensão nos currículos		

	<p>PA3: Articulação extensão – ensino</p> <p>PA4: Articulação extensão – pesquisa</p> <p>PA5: Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa</p> <p>PA6: Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão</p> <p>PA7: Participação geral da extensão no apoio ao estudante</p> <p>PA8: Participação de docentes na extensão</p> <p>PA9: Participação de técnicos-administrativos na extensão</p>	<p>2) Por qual motivo você considera que a avaliação do ensino e da pesquisa são mais desenvolvidas que a avaliação da extensão?</p> <p>3) Tem algo que você vê na avaliação do ensino e da pesquisa que precise ser desenvolvido na extensão?</p> <p>4) Você considera adequado o atual modelo de creditação da extensão nos currículos dos alunos de graduação? Explique:</p> <p>5) Qual motivo você relacionaria a falta de participação de técnicos universitários à extensão?</p> <p>6) Um maior envolvimento de docentes, técnicos e alunos nas atividades de extensão influenciaria o papel e a importância da avaliação da extensão? Por quê?</p>	<p>2) Tem algo que você vê na avaliação do ensino e da pesquisa que precise ser desenvolvido na extensão?</p> <p>3) Se compararmos o número de professores envolvidos com a pesquisa e o número de professores envolvidos com a extensão, perceberemos uma certa discrepância. Qual o motivo você relacionaria a isso?</p> <p>4) Como o atual modelo de extensão dialoga com o ensino e a pesquisa?</p> <p>5) Um maior envolvimento de docentes, técnicos e alunos nas atividades de extensão influenciaria o papel e a importância da avaliação da extensão? Por quê?</p>
<p>4) Relação Universidade – Sociedade (RUS)</p>	<p>RUS1: Representação da sociedade na IES</p> <p>RUS2: Parcerias interinstitucionais</p> <p>RUS3: Envolvimento de profissionais externos na extensão da IPES</p> <p>RUS4: Representação oficial da IES junto à sociedade civil</p> <p>RUS5: Meios de comunicação com a sociedade</p> <p>RUS6: Alcance da Prestação de Contas à Sociedade</p> <p>RUS7: Público alcançado por programas e projetos</p> <p>RUS8: Público alcançado por cursos e eventos</p> <p>RUS9: Público alcançado por atividades de prestação de serviço</p>	<p>1) Como você percebe a participação de profissionais externos à UFBA nas ações de extensão?</p> <p>2) De que forma acontece a publicização das atividades de extensão com a sociedade?</p> <p>3) De acordo com a resposta anterior, você considera a forma como a extensão é publicizada atualmente, ideal? Explique:</p> <p>4) De que forma a Ufba pode tornar os resultados da avaliação de suas atividades de extensão mais transparentes?</p>	<p>1) Como você percebe a participação de profissionais externos à UFBA nas ações de extensão?</p> <p>2) De acordo com os projetos e programas de extensão que você já teve contato ou ouviu falar, você considera que há a participação efetiva da comunidade externa?</p> <p>3) Como você enxerga o atual modelo de divulgação dos resultados das atividades de extensão?</p> <p>4) De que forma a Ufba pode tornar os resultados da avaliação de suas atividades de extensão mais transparentes?</p>
<p>5) Produção Acadêmica (Prod)</p>	<p>Prod1: Ações de extensão desenvolvidas por modalidade</p> <p>Prod2: Produção de materiais para instrumentalização da extensão</p> <p>Prod3: Produção de livros ou capítulos com base em resultados da extensão</p>	<p>1) Há na universidade algum tipo de fomento para que os produtos das atividades de extensão sejam divulgados? Se sim, quais?</p> <p>2) De que forma estes produtos podem ser avaliados?</p>	<p>1) Há na universidade algum tipo de fomento para que os produtos das atividades de extensão sejam divulgados? Se sim, quais?</p> <p>2) Você enxerga que o meio acadêmico como um todo tem valorizado os produtos da extensão tão quanto os produtos da pesquisa? Explique:</p>

	Prod4: Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão		3) De que forma estes produtos podem ser avaliados?
	Prod5: Comunicações em eventos com base em resultados da extensão		

Apêndice 03

Lista das universidades ranqueadas pela revista *Times Higher Education (THE)*, na qual foram verificadas se realizam e divulgam a avaliação das ações de extensão a partir de seus sites:

Nome da Universidade	Site pesquisado
Universidade de São Paulo	https://www5.usp.br/
Universidade Estadual de Campinas	https://www.unicamp.br/unicamp/
Universidade Federal de Minas Gerais	https://ufmg.br/
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial
Universidade Federal de Santa Catarina	http://ufsc.br/
Universidade Federal de São Paulo	https://www.unifesp.br/
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	www.puc-rio.br/index.html
Universidade de Brasília	http://www.unb.br/
Universidade Federal de Pelotas	portal.ufpel.edu.br/
Universidade Estadual Paulista	https://www2.unesp.br/